



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 05

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 11 de Dezembro de 2008

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)

Após a apresentação da correspondência entrada na Mesa, deu-se início à Agenda da Reunião com a continuação do debate sobre o **Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores**.

No debate participaram os Srs. Deputados Artur lima (*CDS/PP*), Cláudio Almeida (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Ricardo Cabral (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), António Ventura (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Manuel Silveira (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*), Bárbara Chaves (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), José Cascalho (*BE*), Pedro Gomes (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Hernâni Jorge (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*), José Gaspar Lima (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Saúde (*Miguel Correia*), da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), do

Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*) e o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

No encerramento do debate proferiram intervenções finais os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Marinho (*PSD*), Hélder Silva (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Carlos César*).

Após o encerramento do debate, o Sr. Presidente da Mesa declarou aprovado o Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores, uma vez que não deu entrada na Mesa nenhuma moção de rejeição.

O Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), não concordando com a decisão do Sr. Presidente da Mesa de não pôr o Programa do Governo à votação, recorreu da decisão do Sr. Presidente para o Plenário.

Submetido à votação, o recurso apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD foi rejeitado por maioria.

Fizeram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e Zuraída Soares (*BE*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados:

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva
Ana Luísa Pereira **Luís**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Duarte José Botelho da **Ponte**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques da **Silva**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira **Jorge**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel Medina Rodrigo **Raposo**

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Conselho de Ministros o Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva nº 2007/71/CE, da Comissão, de 13 de Dezembro de 2007, que altera o Anexo II da Directiva nº2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Dezembro de 2000, relativa aos meios portuários de recepção de resíduos gerados em navios e resíduos de carga e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 165/2003, de 24 de Julho.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Presidência do Conselho de Ministros o Projecto de Decreto-Lei que aprova o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei nº 196/89, de 4 de Junho.

Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da nossa Reunião, com a continuação do debate sobre o **Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores**.

Ontem, na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde, estávamos num período de esclarecimentos e, se bem me lembro, está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Cumprimento e saúdo o Sr. Secretário Regional da Saúde e gostaria de dizer que compreendo que é a primeira vez que toma posse neste cargo e, naturalmente, também na área, porque não é a sua e talvez isso justifique um bocadinho este seu discurso pouco ambicioso, quase uma descrição daquilo que foi o passado do Serviço Regional de Saúde e nada para o futuro.

No entanto, há uma questão que eu gostaria de colocar e queria que V. Exa. me explicasse e descrevesse, em termos gerais, as linhas do Plano Regional de Saúde 2009/2013.

Queria perguntar-lhe também por que é que no Programa do Governo não se faz nenhuma referência às unidades de saúde de ilha?

Era só. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde para prestar esclarecimentos.

(* **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começava por responder ao Sr. Deputado António Gonçalves.

Eu subscrevo as palavras do Sr. Deputado Rogério Gomes quanto à telemedicina que está efectivamente a acontecer no Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

Acrescento ainda que de 2004 a 2007 realizaram-se 10.909 consultas de especialidade, de especialistas deslocados ao Centro de Saúde de Santa Cruz da Flores, onde se incluem habitantes da ilha do Corvo, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, se no relatório do IDT de 2007 a prevalência com consumo de qualquer substância ilícita ao longo da vida e nos últimos 30 dias, é nos Açores respectivamente 9,9% e 1,4%, isto se tivermos em conta uma população dos 15 aos 64 anos e 14,9% e 3% dos 15 aos 34 anos, ou seja, população adulta e jovem, qualquer um destes dados é substancialmente inferior a qualquer outra Região de Portugal Continental.

A nova Direcção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, para além do que está no programa, começará precisamente por fazer um diagnóstico da nossa situação, para que não surjam dúvidas e possa ser um ponto zero e possamos, a partir daí, avaliar a acção da Direcção Regional.

Sr. Deputado Pedro Gomes, o problema da cobertura assistencial dos médicos de clínica geral é nacional. Nos Açores está localizado nos Concelhos de Angra, Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Só?!

O Orador: Nestes está a decorrer o programa de consultas de horário pós-laboral de médicos de família, de forma a colmatar esta falha.

O Sr. Deputado não teve atenção à minha intervenção quando referi as medidas que estariam no Programa do X Governo para resolver esta questão.

Portanto, a primeira é estudar...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mais um estudo?

Deputado Costa Pereira (PSD): Levam a vida a estudar.

O Orador: ... e implementar mecanismos alternativos de retribuição dos profissionais de saúde, com base na produtividade e na definição de objectivos e, para além disso, a criação de bolsas de especialização em áreas carenciadas da saúde.

Pela avaliação daquilo que tem sido feito até esta altura, desde 2000 a 2007, deram-se mais 32.470 consultas. O número total de actos praticados nos Centros de Saúde, em 2007 foi de 555.765, o que dá uma média de 2,27%. Quer isto dizer que cada açoriano foi visto, em média, pelos profissionais dos Centros de Saúde duas vezes por ano.

Por outro lado, o rácio entre consultas e urgências, em 4 anos, melhorou 8%, o que é bom, o que evidencia que há um esforço na programação e não no atendimento dos serviços de urgência.

Por último gostaria de dizer que de 2000 para 2007 nós passámos de 107 médicos de família para 125, mais 14 que os 111 que tínhamos em 2004 e, portanto, mais 13%. O caminho é este.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao Plano Regional de Saúde, quero dizer que ele vai ser criado. É um Plano para 2009/2012.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Vai ser criado!

O Orador: Exactamente! Eu não lhe posso estar aqui a dizer quando, mas é um plano ambicioso e vai definir níveis de saúde para cada açoriano, dentro da fase do ciclo de vida de cada um.

Neste momento ainda não sei qual é esse nível. Tem que ser estudado primeiro para depois então lhe poder dizer isso.

Relativamente às Unidades de Saúde de Ilha não é verdade que não estejam referidas neste Programa. Vou ler-lhe uma: “melhorar o nível e a cobertura assistencial de medicina geral e familiar nos Centros de Saúde ou Unidades de Saúde de Ilha”. Portanto, as Unidade de Saúde de Ilha estão referidas aqui no Programa do X Governo Regional.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é chamado rigor democrático!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Saúde:

No programa eleitoral do Partido Socialista tem escrito o seguinte:

“Objectivo 2 – Medida 1:

Continuar a implementar o modelo das Unidades de Saúde de Ilha nas ilhas com Hospital”. Onde é que isto está referido no Programa do Governo? Foi esta a pergunta que lhe fiz.

Sr. Secretário, de boas intenções vive uma parte do nosso imaginário e, pelo menos, espero que seja assim.

Eu vou ler o parágrafo da sua intervenção:

“Quanto à prevenção da saúde, o Plano Regional de Saúde 2009/2012 assume principal destaque...”

Se assume existe e eu queria perguntar ao Sr. Secretário o que é que foi feito?

Os senhores começam logo no Objectivo 1 – Medida 1 do seu Programa: “Continuar a implementar o Plano Regional de Saúde e os seus programas”.

Eu queria saber qual é o programa que os senhores vão implementar? É o 2004/2006? É o 2007/2011 ou o 2009/2013?

Sr. Secretário, naturalmente os senhores têm três Planos Regionais de Saúde em vigor e não aplicaram um. Bravo, Sr. Secretário! Têm três em intenções, um que nunca quiseram aplicar, um que foi proposto à comissão para o fazer e que nunca o fez e outro que existe num plano de intenções.

Sr. Secretário, é essa a política de saúde? Com esta base eu não sei para onde vamos.

Portanto, Sr. Secretário, os senhores têm três em vigor e vai ter que explicar isto.

Relativamente a ilhas com futuro, Sr. Secretário, este Programa é muito menos ambicioso, porque no Programa 2004/2008 os senhores diziam: “Garantir – e repito Sr. Secretário para o senhor ouvir bem, embora a culpa não seja sua, o senhor tem uma herança – garantir a cobertura assistencial por médico de medicina geral e familiar a toda a população”.

Neste Programa já são mais modestos e dizem: “... melhorar a cobertura assistencial”.

Sr. Secretário, nas ilhas com hospital, relativamente aos médicos de medicina geral e familiar, os senhores falharam redondamente esse objectivo, falharam quando queriam...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não apoiado!

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Não se fazem médicos por geração espontânea.

O Orador: Sr. Secretário, não estamos a falar de aviões, isso foi ontem. Agora faça o favor de me deixar continuar. Tenha calma.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Quem me manda calar aqui dentro é aquele senhor que está ali!

O Orador: Eu não o mandei calar.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado Artur Lima.

O Orador: Sr. Secretário Regional da Saúde, são estas questões que lhe queria colocar sublinhando o objectivo de 2004/2008, que era a cobertura a toda a população e falharam esse objectivo. Os senhores assumem no novo programa, mas são muito menos ambiciosos.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Ricardo Cabral, o mundo para mim não começou em 1996, começou muito antes do que isso.

Sr. Secretário Regional, eu compreendo a sua resposta, mas a verdade é que a realidade é muito mais dura do que aquilo que parece nas estatísticas.

O problema do consumo de drogas atinge, actualmente, proporções alarmantes. É um problema quase incontornável.

Existem locais perfeitamente identificados, onde, em plena luz do dia, se podem ver traficantes que se confundem com consumidores e consumidores que se confundem com traficantes. Traficantes que se passeiam impunemente junto escolas e de locais de concentração de juventude.

E para constatar esta realidade, para ter a noção da verdadeira dimensão deste problema, uma das primeiras acções a desenvolver pela responsável da nova

Direcção Regional, devia ser – **fazer um roteiro daquilo a que o matutino do Ponta Delgada há bem pouco tempo chamava de “O roteiro da vergonha”!**

Deputado José San-Bento (PS): O senhor diga isso à Dra. Berta Cabral!

O Orador: Isto é uma responsabilidade do Governo Regional. Existe por todos os Açores e está aqui em S. Miguel.

Deputado Domingos Cunha (PS): Veja lá qual é o programa da sua Câmara! É zero!

O Orador: Ou seja, visitar os inúmeros locais onde abundam as seringas e os restos de papel de prata, deixados pelos consumidores depois de utilizados!

Encarar este problema com vontade de contribuir para a sua redução, é ter a noção, exacta, de que os Açores são, de facto, uma das regiões do país onde se registam as maiores detenções relacionadas com o tráfico de drogas, e onde 80% dos roubos e pequenas criminalidades são praticados por indivíduos que precisam de dinheiro para comprar drogas.

V. Exa. sabe que no estabelecimento prisional de Ponta Delgada, mais de 70% dos reclusos são jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e que estão presos por crimes relacionados com tráfico de droga?!

Tem conhecimento, que a Casa de Saúde de S. Miguel se debate com a falta de meios e de médicos especialistas para o tratamento e acompanhamento dos cerca de 200 toxicodependentes que lá precisam de receber apoio para o tratamento da Metadona!? Sabe que ali não existem vagas suficientes para o tratamento da Metadona, aos reclusos toxicodependentes do estabelecimento prisional de Ponta Delgada?!

Sr. Secretário Regional, se deve ser motivo de preocupação o problema do consumo e do tráfico das drogas pesadas, não pode nem deve ser esquecido o problema do tráfico dos medicamentos que vieram como substitutos da heroína! O subotex e o suboxon!

Estes produtos, que são comparticipados pelo Serviço Regional de Saúde, não parecem estar a ter os efeitos de inibidores das necessidades de heroína.

A sua consecutiva utilização e a falta de acompanhamento das necessárias terapias de ajuda habitua à sua dependência.

Certamente sabe Vossa Excelência que, no ano de 2006, foram prescritas, nos Açores, receitas médicas que resultaram no fornecimento de 18.068 embalagens de subotex.

Quer isto dizer, que foram colocadas à disposição dos consumidores dependentes, uma média de mais de 1.500 embalagens de subotex por mês.

E se uma embalagem com 7 comprimidos custa 22 € ao utente e 15 € ao Serviço Regional de Saúde, um só comprimido atinge 30 € quando vendido no mercado negro.

Porque tenho que terminar esta intervenção, peço a V. Exa. que se digne informar esta Assembleia, de quais as medidas que pretende implementar para o controlo das receitas médicas e doentes que necessitam do subotex e do suboxon?

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): E as alterações à lei, Sr. Deputado?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tendo a certeza de que usará prudentemente o seu minuto e meio, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Rogério Veiros, na sua intervenção de ontem, disse que tinha percebido que eu concordava com o Programa do Governo na área da Saúde.

Não quero que fique nenhuma dúvida a este respeito: concordo com a massificação da deslocação de especialistas ao Corvo, porque o Programa do Governo falta à verdade quando diz que ela já sucedeu na anterior legislatura.

Deputado Rogério Veiros (PS): Eu não disse isso ontem.

O Orador: Disse, sim senhor.

Concordo que se aperfeiçoem os mecanismos de evacuação aérea, porque eles não são ainda os ideais para situações de grande urgência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Está a mudar de opinião.

O Orador: Por outro lado, quero aqui denunciar, publicamente, o comportamento do clínico do Posto de Saúde do Corvo, uma vez que esse senhor pratica um horário

diário que se restringe ao período entre as 9H00 e as 11H00, algo completamente ilegal no âmbito das obrigações de um funcionário público.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, vai continuar a permitir esta vergonha?

Muito obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem prejuízo da intervenção que farei, da tribuna, a propósito da matéria em discussão, quero com muito a propósito dirigir algumas questões cirúrgicas ao Sr. Secretário Regional da Saúde, não sem antes o cumprimentar de forma especial saudando-o pela sua nomeação para o nobre cargo de membro do X Governo Regional, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho da missão.

Nós queremos que, por obrigação, o Governo Regional dos Açores trate da saúde dos açorianos, mas trate bem, porque até aqui não tem sido assim.

Para as questões cirúrgicas que lhe quero dirigir, Sr. Secretário Regional, devo dizer que me defraudou a expectativa, quer o programa eleitoral, quer a sua intervenção.

Para quem se propõe fazer política e apresentar políticas para o Serviço Regional de Saúde, destacou na sua intervenção de tribuna as medidas administrativas como se elas fossem o principal dever de um membro do governo ou de um governo regional.

A criação de um provedor da saúde é uma medida administrativa, não é política para a saúde dos açorianos.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A criação da Inspeção Regional da Saúde é outra medida administrativa para o Serviço Regional de Saúde, não é política de saúde para melhorar os cuidados de saúde ao serviço dos açorianos.

Sr. Secretário, ficou muito aquém da definição do Serviço Regional de Saúde, porque o Serviço Regional de Saúde, mais do que escrutínio ao seu desempenho, precisa de orientação e de políticas para melhorar a sua qualidade e é isso que tem faltado.

Peças essenciais para melhorar a qualidade do Serviço Regional de Saúde ou mesmo para orientar as políticas, são as prometidas nas malfadadas soluções que até hoje não surgiram.

Gostava de lhe perguntar, repito, de forma cirúrgica, o que é feito da Carta de Saúde? Diga-me com resposta cirúrgica também. Está elaborada?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está em estudo!

O Orador: Estando, apresente a esta casa a mesma Carta de Saúde para a Região Autónoma dos Açores.

Sr. Secretário Regional, outra questão cirúrgica, merecedora de igual cirúrgica resposta. Há um subfinanciamento crónico do Serviço Regional de Saúde. É sabido, tem causado especiais dificuldades aos gestores dos hospitais, agora EPE's ou mesmo dos Centros de Saúde que, confrontados com o habitual, e ainda bem, escrutínio da Secção Regional do Tribunal de Contas, tem criado dificuldades, quer aos gestores do Serviço Regional de Saúde, quer às diferentes unidades de Saúde.

Quantos contratos-programa estão neste momento, e relativos a 2008, assinados com os hospitais EPE's da Região Autónoma dos Açores?

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Qual o valor de cada um e a relação percentual entre aquele que é o contrato-programa previsto para o corrente ano e designadamente o orçamento de despesa destes mesmos hospitais EPE's no ano transacto?

Passada a saudação e o voto de um bom desempenho na sua missão, exijo agora respostas claras e objectivas, porque, após a aprovação deste Programa, está investido na sua função de governante.

Deputados Pedro Gomes e António Marinho (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Eu vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde para prestar esclarecimentos, não sem antes saudar o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro por, em matéria de saúde, ter passado do diagnóstico de mamógrafo para o tratamento cirúrgico, o que significa que se tem dedicado a estes temas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): As mamografias já estão feitas!

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, não existem três Planos Regionais de Saúde. Não podem coexistir, a não ser que fosse um para o Grupo Oriental, um para o Grupo Central e outro para o Grupo Ocidental.

Neste momento o que está em vigor é o 2004/2006, que foi estendido até ao fim de 2008 e, portanto, temos apenas em vigor um Plano Regional de Saúde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Olhe, o seu antecessor não o disse!

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade. Leia dos documentos!

O Orador: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o médico dá consultas das 9,30 às 11,30 horas possivelmente porque é suficiente.

Sr. Deputado José Bolieiro, ao contrário do que disse, eu entendo que a criação do Provedor do Utente da Saúde e da Inspeção Regional da Saúde são medidas fortemente políticas, não são medidas administrativas. São medidas que visam, sobretudo, elevar os níveis de qualidade da prestação de serviços do Serviço Regional de Saúde. Aí divergimos consideravelmente, Sr. Deputado.

Relativamente à Carta de Saúde, ela visa adequar os meios para os fins que se pretendem atingir. Ora bem, os fins estarão no Plano Regional de Saúde de 2009/2012 e, portanto, a Carta de Saúde só será conhecida nessa altura.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então não está feita. Cirurgicamente não há Carta de Saúde!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está em estudo!

O Orador: Ela vai aparecer como Plano Regional de Saúde. Tem que ser complementar. São dois instrumentos complementares.

Relativamente ao subfinanciamento que o Sr. Deputado diz existir na saúde e concretamente nos hospitais EPE, devo-lhe dizer que desde que os hospitais são EPE, passaram a ser pagos pela sua produção e não na lógica anterior das dotações orçamentais.

Portanto, os hospitais estão neste momento a receber aquilo que corresponde à sua produção.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é verdade. É falso em relação ao Hospital de Angra!

O Orador: Relativamente aos contratos-programa tenho a dizer que existem três contratos-programa em vigor, de 2007/2009, nos três hospitais e que o valor dos contratos-programa é 34 milhões para o Hospital de Ponta Delgada, 3 milhões para o Hospital de Angra e 11,5 milhões para o Hospital da Horta.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E as percentagens em relação ao ano transacto?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao Programa do Governo gostaria de lhe dizer que além de estar escrito no Objectivo 1, medida 2 sobre o Serviço Regional de Saúde, introduzidas as Unidades de Saúde de Ilha, também nós temos nos nossos manifestos eleitorais, o que para a população açoriana é suficientemente seguro, porque sabem que o Partido Socialista é um partido de palavra e aquilo que coloca nos seus manifestos eleitorais cumpre e não é como outros partidos.

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente à questão da cobertura do Serviço Regional de Saúde, Sr. Deputado, ela melhorou e melhorou com o número de médicos e gostaria de lhe dizer que se nós fôssemos um território contínuo, com 240 mil habitantes, com o número de médicos de famílias que nós temos, tínhamos dos melhores rácios do mundo em termos de cobertura, porque daria pouco mais de 1.900 pessoas por cada médico de família.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Mas não somos.

O Orador: Por isso, Sr. Deputado, teríamos uma boa cobertura, teríamos a melhor nacional, seríamos melhor do que a Madeira, sendo um território contínuo.

O senhor não se pode esquecer que nós temos nove ilhas e os médicos estão distribuídos por essas mesmas nove ilhas, mas mesmo assim estamos bem.

Relativamente às questões levantadas aqui no âmbito da toxicodependência, gostaria de lhe dizer duas coisas, Sr. Deputado:

Existem dois assuntos, o controlo do tráfico e o policiamento que bem sabe, infelizmente, nós não temos grandes meios de actuação no âmbito do Governo Regional para podermos actuar sobre essa matéria, existindo também a outra actuação que pode ser na prevenção e no combate à toxicodependência por outras vias.

Nesse âmbito estamos a trabalhar e temos neste Programa de Governo trabalho para fazer nestes próximos quatro anos com a coragem que é necessário ter nessa matéria. Gostaria também de lhe dizer, Sr. Deputado, que não é enfiando a cabeça na areia, como pretendem fazer os senhores do PSD em relação ao poder local e em relação a essa matéria, que conseguem ajudar o Governo Regional no combate, porque o combate à toxicodependência é um desígnio de todos, ...

Deputados Berto Messias e Domingos Cunha (PS): *Muito bem!* **O Orador:** ... do Governo Regional, do Poder Local, da Sociedade e de toda a gente. Não é vir aqui e dizer que a responsabilidade é só do Governo Regional, Sr. Deputado.

Mas, mais:

Relativamente às questões que o senhor aqui levantou, elas foram entregues ao Ministério Público para uma investigação, mas não é só atirar foguetes para o ar, Sr. Deputado. Se o senhor conhece casos em concreto denuncie também, faça como o Governo Regional, que mandou para o Ministério Público para investigação.

Deputado Domingos Cunha (PS): *Muito bem!*

O Orador: Isso não é só responsabilidade da prescrição médica certamente, o senhor tem que ver que na cadeia existem outros intervenientes e não podemos só responsabilizar a prescrição médica sobre essa matéria.

Por isso, meus senhores, mais uma vez gostaria de dizer que em política de saúde o nosso legado é positivo. Estamos a herdar um bom trabalho e vamos continuar a fazer um bom trabalho pela Região Autónoma dos Açores.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(* **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria cumprimentar aqui o meu amigo Artur Lima, porque as pessoas têm que saber que nós somos amigos há muito tempo, mas temos ideias muito diferentes da política de saúde, ...

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... apesar de trabalharmos juntos há muitos anos. Apesar disso também conseguimos chegar a conclusões boas.

Desta vez queria dizer-te, Artur, o seguinte: quando tu dizes que o Programa é pouco ambicioso, ele não é pouco ambicioso, ele diz que vai reforçar as medidas preventivas e promover a saúde, vai aumentar e reforçar a informatização do nosso sistema, vai assegurar a acessibilidade e devo dizer que ela tem aumentado.

Quando o Sr. Deputado diz que os médicos de medicina geral e familiar são poucos, queria lembrar a toda a Assembleia que não se faz médicos por geração espontânea e quero lembrar que as políticas da estratosfera de antigamente da ministra Leonor Beza é que fizeram o estrangulamento muito grave e o Sr. Deputado também sabe, como eu e todos sabemos, que nesta altura foi uma altura crítica porque desapareceu a possibilidade de fazer uma distribuição inteligente de médicos de clínica geral e familiar pelo País inteiro.

Fixar médicos na nossa Região não é fácil e no Programa Eleitoral está lá uma linha a dizer que é importante chamar a atenção de todos para podermos captar recursos humanos qualificados na área da saúde. Está lá escrito.

Quem diz que não é ambicioso, é a sua forma de ver as coisas. Nós achamos que o Programa é muito ambicioso e vamos trabalhar muito para que a saúde, dentro de 4 anos, tenha indicadores ainda maiores e melhores do que agora.

Queria também chamar a atenção que em 10 anos crescemos 13,6% nos médicos de clínica geral e familiar. É pouco, precisamos de trabalhar mais, mas temos que arranjar forma de os fixar, não com o estalar de dedos, mas vamos conseguir, porque a meta tem sido aumentar e nunca diminuir.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Ricardo Manuel Viveiros Cabral, meu estimado amigo de há 25 anos e por mais 25 seguramente cá estaremos, meu caro e distinto colega que tivemos a honra de trabalhar juntos e produzir um grande trabalho por essa Região e continuaremos, com certeza, com o mesmo espírito, Sr. Deputado, mas o senhor é Socialista, eu não sou e, portanto, nessa matéria temos divergências.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Há uma grande diferença. Eu já sabia.

O Orador: O que eu não sabia, Sr. Deputado Ricardo Cabral, é que o senhor era tão fundamentalista. Disso eu nunca me tinha apercebido.

Considerar este Programa ambicioso, o senhor tinha que o comparar com alguma coisa e este é uma repetição do de 2004/2008.

Deputado Duarte Ponte (PS): Já era ambicioso.

O Orador: E que falhou em todos os seus objectivos.

Sr. Secretário, onde é que está o programa de combate à diabetes? O programa de combate às doenças da nutrição? O programa de combate às doenças cardio-cérebro-vasculares? O programa de combate às doenças respiratórias? No Programa 2004/2008 onde é que estão previstos estes programas? Quais são os resultados? Qual é a avaliação que fazem disto e o que é que os senhores perspectivam para o futuro? É a mesma coisa que perspectivaram antes, voltam a perspectivar e vão outra vez falhar redondamente.

Quanto ao Plano Regional de Saúde, Sr. Secretário, vamos ser um pouco mais objectivos e rigorosos.

O primeiro está aqui publicado a 30 de Agosto de 2004.

Depois houve um despacho que nomeou um grupo de trabalho para fazer o Plano de 2007/2011, de 26 de Outubro de 2006.

Depois há uma Resolução da Presidência do Governo a dizer que aquele grupo de trabalho já está a desenvolver as actividades conducentes à elaboração do Plano, que já está a trabalhar desde 2006 e, portanto, há dois anos, e que o Plano Regional de Saúde 2004/2006 ia até ao final da presente legislatura que já acabou, ou seja, os senhores têm aqui um vazio. Ou os senhores fazem um despacho a dizer que está em

vigor aquele ou a Região não tem Plano Regional de Saúde. É isto que se passa, Sr. Secretário, e vamos ser rigorosos e certinhos nas coisas.

Já vimos que os objectivos que os senhores propunham no outro plano falharam quase todos, nos objectivos da prevenção e do combate à doença, à obesidade. Eu já os enumerei todos. Os senhores falharam e agora vêm repetir mais do mesmo.

A Carta de Equipamentos de Saúde é outra quimera que os senhores vêm para aqui anunciar e a Carta Hospitalar, também prometida, onde é que ela anda? É também para entroncar no Plano Regional de Saúde de 2009/2013, que ninguém sabe o que é? Sr. Secretário, isto é um conjunto de boas intenções, que não é, obviamente, responsabilidade só sua, é dessa maioria.

O senhor um dia vai comigo à rua e vamos perguntar aos açorianos quanto tempo esperam por uma consulta do seu clínico geral.

Já que o Sr. Secretário fala aqui em racionalização, faça-lhe mais uma pergunta cirúrgica:

Vamos continuar também a ter aquela medida pioneira como o senhor diz aqui no seu Programa – o senhor gosta muito de medidas pioneiras – que é ter um dermatologista de prevenção 24 horas? Esta não é pioneira só em Portugal, é no mundo, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É pioneiro em tudo!

O Orador: Gostaria que me respondesse se esse pioneirismo é para continuar daqui para o futuro.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o pioneirismo é uma ambição deste Governo.

Relativamente à Carta Hospitalar eu devo dizer-lhe que esta Carta faz parte da Carta de Equipamentos e, portanto, faz parte daquilo que eu chamo Carta de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não faz!

O Orador: Em relação aos programas na área da diabetes, das doenças de nutrição, doenças mentais, doenças cérebro-cardio-vasculares, doenças respiratórias e doenças oncológicas, elas mantêm-se no Plano, porque as doenças continuam e, portanto, têm que se manter, obviamente, no Plano Regional de Saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Resultados? Já estavam no outro!

O Orador: Já estavam no outro e vão continuar neste.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses): E vão ficar daqui até ao fim dos tempos.

O Orador: Parece-me que já respondi às questões colocadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esqueceu-se do Plano Regional de Saúde!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E do dermatologista!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E do dermatologista, vamos ser pioneiros?

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Francisco Coelho, na primeira vez que me dirijo a V. Exa, nas suas novas funções para esta legislatura, começo por o saudar, pessoalmente, desejando-lhe felicidades no seu desempenho.

Aos colegas, que se iniciam no desempenho do seu mandato de Deputados, saúdo-os de forma particular, desejando-lhes felicidades.

É com a aprovação do seu Programa, que o X Governo Regional toma a efectiva investidura nas suas funções. O quarto governo regional consecutivo da responsabilidade do Partido Socialista e chefiado pelo Presidente Carlos César. O seu anunciado último mandato, como o próprio já confirmou.

A este propósito vem-me à memória o verso da canção:

“Hoje é o primeiro dia do resto da tua vida”.

Vozes da bancada do PSD: *muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Olhe que não!

O Orador: Frase que, naturalmente, adapto ao fim de um ciclo político e de governação do Partido Socialista.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Para lá vamos!

O Orador: Se é indesmentível que tem sido um ciclo de vitórias eleitorais e de estabilidade governativa para o Partido Socialista, à custa de Carlos César, a verdade é que, para os açorianos o ciclo tem sido de clara frustração, em matéria de cuidados de saúde, pela oportunidade perdida de uma reforma de qualidade e consequente do Serviço Regional de Saúde.

A herança da política de saúde pela qual os governos socialistas são responsáveis é má. Juridicamente justifica repúdio.

Mas deixemos a herança e falemos do futuro.

Há muito que alterar. Muito para fazer, com novidade.

Muito para planear. Muito para corrigir.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Ficou tudo por fazer!

O Orador: Para ter sucesso na reforma inadiável do Serviço Regional de Saúde dos Açores, não basta realizar o que vem previsto neste programa de governo, que na sua essência apenas indica continuidade e aperfeiçoamentos.

Se nos limitássemos a analisar o Programa do Governo, bastariam breves palavras, para tão escassas novidades.

À incapacidade do PS para definir prioridades no seu programa de governo para a saúde, o PSD reage com iniciativa e com propostas claras para a definição de prioridades.

Apontemos, então, as prioridades.

Sr. Secretário, peço a sua atenção.

Primeira: É urgente assegurar o financiamento adequado ao Serviço Regional de Saúde.

A inequívoca opção política que defendemos é a de assegurar cuidados de saúde aos açorianos, em níveis médios do padrão de qualidade que é garantido no País e na União Europeia, acompanhando as novas tecnologias e os avanços da medicina.

Urge acabar com o subfinanciamento crónico às unidades de saúde. Os seus orçamentos ficam constantemente aquém dos seus níveis de produtividade.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Os resultados de produtividade alcançados são apenas conseguidos pelo excepcional esforço, aliás, eticamente inexigível, dos gestores e dos profissionais das unidades de saúde dos Açores.

É inadiável a concretização de Planos de Investimento nas diferentes áreas da Saúde, com financiamento apropriado, desde logo e a saber:

- Para a aquisição de material. Do material necessário a todas as unidades de saúde e há falta;

- Para a realização de obras. Entre outras, e desde já, a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada, a construção do Hospital de Angra do Heroísmo, e as de reabilitação no Hospital de Ponta Delgada, que garantam a sua continuidade no cumprimento dos requisitos de uma unidade de saúde hospitalar, que está acreditada internacionalmente;

- Para a manutenção atempada e adequada dos equipamentos de todas as unidades de saúde.

Segunda prioridade: Acesso de todos os açorianos aos cuidados de saúde, através do médico de família.

Continuam, e esta é a herança de repúdio, cerca de 80 mil açorianos sem médico de família.

Estes açorianos chegam ao seu direito a cuidados de saúde através, imagine-se, da urgência hospitalar e dos Serviços de Atendimento Urgente nos Centros de Saúde. É com esta disfunção no sistema que se aumentam os custos e a despesa do Serviço Regional de Saúde, inviabilizando o objectivo de uma relação de estabilidade entre o doente e o seu médico.

Reconheço a bondade do protocolo das chamadas consultas abertas nos Centros de Saúde para os utentes sem médico de família. Pecou por tardio, apenas começou há cerca de dois meses. No entanto não é o ideal, nem é suficiente.

Terceira prioridade: Recenseamento rigoroso das insuficiências de recursos humanos. Contra o continuado desinteresse do Governo Regional em conhecer os níveis concretos de envelhecimento dos actuais profissionais do Serviço Regional de Saúde, urge projectar, a médio prazo, o impacto da saída dos médicos que estão a caminho

da sua reforma e dos que passarão a ser dispensados da prestação de urgência nocturna, a partir dos 50 anos. Isso é política, não são medidas administrativas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Urge, definir estratégias para reforçar e renovar os médicos do Serviço Regional de Saúde.

Quarta prioridade: Promover uma correcta articulação entre as diferentes unidades de saúde dos Açores, designadamente através de projectos que, pela telemedicina, liguem os hospitais da Região aos centros de saúde de influência de cada um, situados nas ilhas onde não está localizada a unidade hospitalar, nos domínios determinantes da teleconsulta e telediagnóstico, e nas especialidades mais comuns, quer no ambulatório, quer no serviço de atendimento permanente daquelas unidades. A rede de telemedicina pode ser factor determinante para a redução, a curto prazo, dos custos sociais e financeiros relacionados com a deslocação de doentes e de especialistas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Convocam-se os que realizam a necessidade de uma mudança efectiva no fim deste ciclo político, que termina em 2012, com 16 anos da mesma governação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Perante este fraco Programa de Governo, o PSD propõe mudar a atitude e começar a reformar já o Serviço Regional de Saúde nos Açores.

Estão apresentadas propostas.

O Governo está desafiado a corrigir o seu rumo na Saúde dos Açores.

Disse!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Parecendo não haver inscrições para esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Cabral para uma intervenção.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Quero cumprimentar Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores e Vossa Excelência, Senhor Presidente do X Governo Regional e desejar muitos sucessos nas vossas coordenações e orientações.

Às senhoras deputadas, aos senhores deputados, às senhoras e senhores membros do Governo desejo igualmente as maiores felicidades nesta Legislatura.

Esperando que a música das nossas palavras e dos nossos pensamentos sejam um verdadeiro contributo para a elevação da qualidade de vida das pessoas da Região Autónoma dos Açores.

A sociedade são as pessoas que a constituem.

A área da saúde posiciona-se assim como uma peça fulcral na manutenção de um colectivo pensante e activo, como a força motriz para a qualidade de vida das pessoas.

Para o X Governo Regional dos Açores a saúde é uma prioridade.

A existência orgânica de uma Secretaria Regional unicamente dedicada aos assuntos sensíveis da saúde e respectivos procedimentos é um sinal de atenção concentrada e orientada, por parte dos responsáveis e decisores, para a área da saúde na nossa Região.

Os constitucionalistas de 1976 escreveram, no artigo 64º, “todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover”.

A responsabilidade pública, aliada aos cuidados da responsabilidade individual deverão contribuir para a redução significativa dos problemas de saúde.

Sob a égide da Organização Mundial da Saúde, foi assinada na Estónia, em Junho transacto, por cinquenta e três (53) dos seus estados membros europeus a “Carta de Tallinn: Sistemas de Saúde e Prosperidade”, que salienta o impacto fundamental dos sistemas de saúde das populações, no desenvolvimento económico, na coesão social, na competitividade e na produtividade das nações. Portugal foi um dos subscritores, pelo que é nossa responsabilidade perpetuar a concretização destas orientações.

A Saúde Pública, a promoção da saúde e a prevenção das doenças deverão estar sempre na agenda política dos Governos.

A saúde das pessoas influencia a produtividade e o progresso de uma Região, aumentando o bem-estar, a liberdade, a auto-estima e a felicidade das populações.

O Governo da Região Autónoma dos Açores elaborou no seu Programa estratégias e estabeleceu prioridades para os açorianos e para as pessoas que vivem nos Açores.

Os objectivos prioritários do Partido Socialista e do Governo Regional dos Açores, para a saúde, são:

- Reforçar as iniciativas de promoção da saúde e prevenção das doenças;
- Combater e tratar as dependências de uma forma atenta e muito direccionada;
- Consolidar a informatização da Saúde;
- Melhorar as acessibilidades de todos os utentes em todas as ilhas;
- Assegurar o direito da universalidade na prestação de cuidados de saúde;
- Assegurar a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital;
- Reforçar a política dos incentivos à captação e fixação dos novos recursos humanos da saúde na Região Autónoma dos Açores;
- Continuar com a política de melhoramento dos equipamentos e das estruturas de saúde na região;
- Fomentar as parcerias do Serviço Regional de Saúde com entidades públicas e entidades com iniciativa privada;
- Avaliar a eficiência de todos os procedimentos em saúde;
- Dar continuidade às políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade.

Sendo cada um de valor intrínseco inegável, estes objectivos unificados formam um todo que é algo mais do que apenas a soma das suas partes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Estamos na fase de planeamento para mais quatro anos.

Vamos proceder à implementação das medidas.

Finalmente, serão avaliadas as metas alcançadas e os objectivos conseguidos.

Os resultados e as conclusões serão divulgados e discutidos, nesta Assembleia Legislativa, por todos nós.

Cremos veemente que a avaliação dos resultados do X Governo Regional será muito positiva.

Nos últimos doze anos, os Governos do Partido Socialista dos Açores imprimiram um ritmo muito positivo na Região.

Existem grandes avanços e consideráveis ganhos em saúde.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): No entanto, insuficientes.

O Orador: É justo dizer em voz alta que a saúde dos Açores está bem melhor, comparativamente ao ano de 1996.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Eu explico com números:

Em 1996, o total de **recursos humanos afectos às instituições públicas** da Região Autónoma dos Açores era de três mil quatrocentos e oito (3 408); em 2007, já éramos quatro mil trezentos e setenta e nove (4 379), um acréscimo de novecentos e setenta e uma (971) pessoas a trabalhar arduamente pela saúde de todos nós.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): No ano de 2006 também se acrescentou um número.

O Orador: O número de **médicos** em 1996 nos Açores era de trezentos e cinquenta e um (351); em 2007, já eram mais cento e sessenta e três (163), totalizando quinhentos e catorze (514).

O total de **enfermeiros** em 1996 era de setecentos e noventa e três (793); em 2007, eram mil duzentos e cinquenta e seis (1256), um aumento de quatrocentos e sessenta e três (463).

Os **técnicos de diagnóstico e terapêutica** eram cento e setenta e um (171) em 1996 e em 2007 eram já duzentos e trinta e oito (238).

A nossa atenção para os **bolseiros de Medicina** da Região: foram vinte e quatro (24) em 1999, em 2007 já eram cento e dezoito (118) e em 2008 já são cento e cinquenta e três (153) estudantes com grande probabilidade de prestarem serviço na sua terra. É

mais uma clara aposta do Governo Regional no apoio à formação e no regresso de médicos açorianos aos Açores.

Os **médicos de carreira médica de clínica geral** em 1996 eram cento e dez (110), em 2007 eram cento e vinte e cinco (125). Todos nós sabemos que este aumento não é suficiente, dado que não é fácil fixar estes recursos humanos nos Centros de Saúde da Região Autónoma dos Açores, mas vamos continuar a fazer um esforço, porque continua a ser necessário esse reforço.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há indicadores:

A **Taxa de Mortalidade** baixou de 11.2 em 1996, para 9.6 em 2006, mas o mais importante a referenciar foi a diminuição considerável da **Taxa de Mortalidade Infantil** de 7.9, para 3.9. Com a **Taxa de Mortalidade Neonatal** a diminuir de 5.1 para 2.1 e a **Taxa Perinatal** também a diminuir de 12.0 para 5.3. Quando comparamos os anos de 1996 e 2006, estas diminuições representam ganhos muito consideráveis e dignos de registo.

Os números oferecem sempre rigor nas apreciações.

O total das consultas nos serviços de saúde da Região em 1996 foram quatrocentos e oitenta e seis mil cento e trinta e quatro (486 134), sendo cento e sessenta e sete mil setecentos e catorze (167 714) de especialidade.

Em 2007 as **consultas nas instituições de saúde públicas** foram mais vinte e duas mil quatrocentos e trinta e três (22 433) consultas.

Prestem atenção:

As **consultas de especialidade** aumentaram vertiginosamente mais cento e quatro mil e trezentos e vinte e nove (104 329) quando comparamos com o ano de 1996.

Mais um sinal da melhoria da qualidade do tratamento específico hospitalar.

Apesar do incremento da **política de deslocação de especialistas às ilhas sem hospital** ser uma decisão acertada dos governos do Partido Socialista dos Açores, em 1998 eram quatrocentos e vinte e um (421), em 2007 passaram a ser quinhentos e oito (508), é necessário intensificar o apoio a esta medida de aumento da qualidade da prestação de cuidados em saúde nas suas áreas de residência.

Para viver em ilhas rodeadas de muito mar são sempre necessárias medidas de acessibilidade reforçadas.

Os **atendimentos urgentes** na Região Autónoma dos Açores em 1996 foram de trezentos e vinte e cinco mil e vinte e oito (325 028) e em 2007, foram de quatrocentos e dezasseis mil novecentos e doze (416 912). Mais um indicador favorável na prestação de cuidados em saúde.

As **visitas domiciliárias** desenvolvidas pelos Centros de Saúde aumentaram muito, foram mais sessenta mil duzentos e noventa e três (60 293) entre 1996 e 2007.

A evolução dos **meios complementares de diagnóstico** é outro sinal positivo da saúde dos Açores.

Quem diz que está tudo mal, não diz verdade, o que é comprovado pelos números oficiais da saúde da Região.

Em suma, existe uma evolução importante quando comparamos o ano de 1996 e os seguintes.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é que é mau!

O Orador: Os sucessivos Governos do Partido Socialista souberam fazer avanços seguros, souberam tomar bem conta da saúde dos açorianos.

Estes ganhos em saúde estão todos registados na Direcção Regional da Saúde e no Serviço Regional de Estatística dos Açores. Não são números inventados.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Podem ser manipulados!

O Orador: Agora todos queremos que daqui a quatro anos, esses e outros indicadores sejam ainda melhores.

A aposta num Plano de Saúde com Programas de Saúde Regionais consistentes e funcionais e com metas bem definidas serão uma mais valia para a nossa população.

Vai permitir a melhoria da prestação de cuidados de saúde primários e cuidados de saúde continuados e elevar ainda mais a qualidade de vida dos Açorianos.

Temos três (3) Hospitais, dezasseis (16) Centros de Saúde, um (1) Centro de Oncologia e duas (2) Escolas Superiores de Enfermagem que prestam um serviço de qualidade à população açoriana. É justo dizer isso.

Temos profissionais de saúde de excelência nos Açores.

Possuímos boas estruturas de saúde.

Há que reforçar a optimização permanente, promovendo a eficiência dos recursos existentes e conseguindo respostas mais eficazes perante o utente.

Estamos no caminho certo.

A satisfação dos utentes é uma preocupação para o Partido Socialista.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Para além de elaborar estratégias, é necessário estabelecer prioridades e as prioridades que o Sr. Deputado Bolieiro acabou de enunciar estão todas no nosso Programa,

Fazer tudo num estalar de dedos, nunca foi possível.

Não é justo generalizar insucessos particulares.

Não é justo criticar demagógicamente.

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

O Orador: Sabemos todos que é necessário melhorar mas, não é justo transmitir insegurança às pessoas porque não é inteligente, nem é verdade.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O certo é que a saúde na Região Autónoma dos Açores é segura, está muito melhor e a qualidade de vida da população açoriana com as medidas a implementar estará ainda melhor após esses quatro anos da legislatura e do Governo Regional.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Estamos a viver melhor e com mais saúde em todas as ilhas.

É um facto visível e comprovado.

Nos últimos anos houve grandes melhorias, com muitos ganhos em saúde, através de uma maximização dos recursos, uma racionalização dos meios e uma melhoria na capacidade de tratamento dos açorianos.

Vamos continuar a planear, a implementar e a avaliar.

Os açorianos deram-nos essa legitimidade nas últimas eleições.

Para resolver as nossas dificuldades é necessário trabalhar mais e sempre melhor.

Criar boas possibilidades para as pessoas e para as instituições.

Criar ainda mais oportunidades, para todos poderem viver bem consigo e em comunidade tranquilamente.

Queremos aumentar a alegria de viver com saúde.

Aumentar a coesão.

Aumentar a felicidade dos nossos cidadãos.

Aumentar a qualidade de vida em todas as ilhas dos Açores.

Estes são os compromissos do Partido Socialista.

A existência de exemplos de vanguarda, de grande sucesso, de eficiência e elevada organização em determinadas áreas da saúde nos Açores é motivo de satisfação para todos nós.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Muito bem!

O Orador: Queremos ainda mais.

O Partido Socialista está preparado para as dificuldades internas e externas.

Os deputados do Partido Socialista dos Açores estão atentos aos pessimistas e aos que não gostam dos Açores.

A Governo Regional dos Açores está preparado para trabalhar e ultrapassar as contrariedades.

Nunca podemos esquecer que tudo, pode sempre estar melhor.

A nossa equipa está preparada para ajudar as Açorianas, os Açorianos e as pessoas que gostam e vivem nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Acreditamos que os Açores são ilhas com muito futuro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A saúde na Região Autónoma dos Açores nunca poderá ser lucrativa, temos é de equilibrar as despesas, de modo a nunca diminuir a qualidade dos serviços de saúde.

A existência de entidades reguladoras nas instituições são o garante da maximização da eficiência e da racionalização da gestão e dos custos.

“O dinheiro público é um bem escasso”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Obrigado, Sr. Deputado.

O investimento que será feito pelo Governo Regional trará certamente mais ganhos assistenciais e mais ganhos económicos na saúde da Região Autónoma dos Açores, para os próximos quatro anos.

Servir bem.

Servir as pessoas.

Servir a Região Autónoma dos Açores.

É a obrigação do Partido Socialista dos Açores e deste Governo eleito pela maioria dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois é!

O Orador: Como disse um dia Mahtma Gandhi, "A saúde é o resultado não só dos nossos actos como também dos nossos pensamentos."

Finalmente desejo muita saúde a todos os senhores deputados, para que possam assistir de pé às nossas próximas vitórias.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu diria mesmo que o Sr. Deputado Ricardo Cabral ofuscou o Sr. Secretário da Saúde.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos os Srs. Deputados Artur Lima e Rogério Veiros e vou fechar as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É para uma intervenção muito breve.

Gostaria de tocar em 3 ou 4 pontos da intervenção do Sr. Deputado Socialista Ricardo Cabral.

O dinheiro público é um bem escasso, Sr. Deputado, é para esbanjar numa prevenção de dermatologia? É assim que se faz a aplicação do bom dinheiro público?

Gostaria que me respondesse, já que o Sr. Secretário não teve a delicadeza de me responder, mas ainda o pode fazer.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, eu não sei se quando se põe assim com o dedo é para nos ameaçar ou intimidar aqui a oposição?

Deputado Ricardo Cabral (PS): De forma alguma. Só quero informar com rigor!

O Orador: Já chega o seu tamanho e não precisa levantar o dedo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): São estilos!

O Orador: Nós não precisamos de levantar o dedo, basta estender as mãos.

Dizer-lhe também, Sr. Deputado, que ainda estamos, ao fim de 12 anos e a caminho dos 16 de governação do Partido Socialista, na fase de planeamento, segundo disse V. Exa. e aquilo que o senhor pede na sua intervenção é aquilo que a oposição tem exigido nesta casa, e concordo plenamente consigo, que é a avaliação das políticas de saúde. Essa avaliação a oposição quis fazê-la nesta casa e o governo sempre recusou fazê-la, nomeadamente dos programas que eu já referi há bocado e que não vou falar deles novamente, porque não quero ser repetitivo.

Eu gostaria que o senhor me fizesse a avaliação desses programas.

Eu diria até que por momentos, se fechasse os olhos e transformasse um bocadinho a voz, julguei que estava a ouvir a Deputada Fernanda Mendes.

Deputado Ricardo Cabral (PS): A pronúncia é mais micaelense.

O Orador: Obviamente que aqueles números que aqui trouxe já foram repetidos aqui dezenas de vezes.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, eu gostaria que me dissesse qual é a esperança de vida dos açorianos em relação aos portugueses e aos europeus?

Eu gostaria que me dissesse qual é a taxa de mortalidade nos Açores por doença esquémica do coração?

Gostaria que me dissesse qual é a taxa de mortalidade nos Açores por diabetes? E depois compare com os seus dados.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu pensava que o senhor não tinha qualquer preconceito em relação ao dedo de um médico dentista, mas entre o dedo do Dr. Ricardo e a mão do Dr. Artur Lima, eu como socialista, se calhar, vou optar pelo dedo do Dr. Ricardo. É um aparte, não é nada de pessoal.

(Apartes inaudíveis das várias bancadas)

O Orador: Estamos a falar de dentistas, não leve a mal, Sr. Deputado. Estamos a falar de dentistas e de mãos ameaçadoras.

Em relação à questão do “dinheiro é escasso”, isso é verdade.

Quanto às prevenções já lhe foi respondido neste plenário que as prevenções nos hospitais estão definidas em Portaria e são definidas de acordo com as orientações dos Conselhos de Administração dos Hospitais, mas também queria dizer-lhe que o serviço de dermatologia do Hospital de Angra teve 42 chamadas de urgência fora do período, durante um ano. Também lhe queria dizer que a lista de espera nessa especialidade é de dois meses, Sr. Deputado. Isto são bons indicadores, são bons números.

O Senhor vê as coisas só dum prisma, do prisma negro, do prisma mau.

Nós também nos preocupamos com a parte que interessa aos açorianos e esta é uma boa medida de gestão.

Aliás, a produtividade dos médicos e dos especialistas é um assunto que já foi amplamente debatido, não só na dermatologia, mas também noutras especialidades que o senhor bem conhece.

Relativamente às outras questões que aqui foram colocadas, eu gostaria de dizer que nós continuamos a trabalhar para a saúde dos açorianos e como disse o Deputado Ricardo Cabral e muito bem, a saúde dos açorianos está muito melhor que em 1996 e vai continuar a melhorar, graças ao trabalho dos socialistas.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(* **Deputado Ricardo Cabral (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Exmo. Sr. Deputado Artur Lima, caro amigo:

O dinheiro é um bem escasso, estamos todos de acordo e temos todos de arranjar formas de o rentabilizar. O senhor está de acordo comigo e eu fico contente.

Quanto ao planeamento, para tudo é necessário e estamos a dar início ao X Governo Regional, temos que planear para depois implementar e depois avaliar. Estamos no início e no Programa do Governo temos que ter ideias, temos que ter concepções para a nossa saúde e temos, sobretudo, de ter coragem para implementar as medidas que pensamos.

Tenho muito orgulho quanto à pronúncia micalense, mas gostava de ter também às vezes alguma pronúncia brasileira, porque me facilitava a comunicação.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para esclarecimentos, vamos fazer um intervalo de 15 minutos. Retomaremos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

Até já.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Permitam-me que ao iniciar esta Legislatura, dirija uma saudação a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, pelas nobres funções em que foi investido e que aceitou desempenhar. Permitam-me saudar, igualmente, todas as Senhoras e Senhores Deputados, aos que viram o seu mandato renovado e em especial, aos que agora iniciam actividades parlamentares. A todos manifesto inteira disponibilidade de diálogo e cooperação, para bem da agricultura açoriana e da dignificação da nossa Autonomia.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A organização dos mercados de hoje é caracterizada por princípios de liberalização, associados às produções de escala e à concentração das redes de distribuição, factores que potenciam a globalização das economias.

Apesar desta tendência, que nos últimos anos nos invade e engloba, o sector agro-florestal açoriano, com a sua pequena e fragmentada dimensão, tem sabido resistir às turbulências do mercado e tem registado uma evolução global muito interessante.

A par da modernização das nossas agro-indústrias, sem a qual, aliás, não teríamos melhorado os processos de transformação e de escoamento das nossas crescentes produções agrícolas, também os indicadores relativos à estrutura das explorações agrícolas e aos seus rendimentos melhoraram significativamente no último decénio.

A dimensão média das explorações açorianas cresceu mais de 66%, o número de explorações diminuiu 38% e as produções agrícolas cresceram, sendo o crescimento de 37% na produção de leite o mais significativo.

Esta evolução positiva que tem sido empreendida pelos nossos agricultores, é, também, consequência da sua confiança no futuro do sector.

Confiança que se fortalece com o investimento público que o sector tem recebido e sabido aproveitar, quer ao nível das estruturas de transformação e de organização de mercado, quer ao nível das infra-estruturas, do ordenamento agrário, que contribuem para melhores condições do trabalho agrícola e para a melhoria da qualidade das produções e, simultaneamente, para a redução dos custos de exploração.

Esta dinâmica que a agricultura açoriana tem vivido, também ela responsável pelo rejuvenescimento dos seus activos, é uma dinâmica que devemos continuar e que tem todas as condições para ser aprofundada.

De facto, nos instrumentos de programação já aprovados, contamos com os necessários recursos para prosseguirmos o desígnio da competitividade das empresas

e dos territórios rurais, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

Na sequência do processo negocial empreendido, o novo Plano de Desenvolvimento Rural dos Açores — o PRORURAL consagra bons recursos para o sector Agro-Florestal açoriano, especialmente dirigidos aos produtores e ao mundo rural.

Para além de ser um programa que contém um forte apoio aos investimentos privados dos agricultores, o PRORURAL induz, igualmente, um redobrado esforço do investimento público regional dirigido ao sector, quer no acompanhamento dos investimentos privados, quer no investimento, ainda muito necessário, nas redes de água, energia e acessibilidades às explorações ou nos serviços diversificados de apoio aos agricultores e às suas explorações.

Por outro lado, o Governo soube igualmente negociar o quadro permanente de apoio directo ao rendimento dos agricultores, consagrado no POSEI, cujas verbas cresceram significativamente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O programa de governo em debate nesta Assembleia consagra, para o sector agro-florestal, um conjunto de novos objectivos e de novas medidas, que julgamos adequadas aos novos tempos e aos novos patamares de exigência dos que trabalham e investem neste sector.

Com este programa de governo, propomo-nos apoiar a diversificação das actividades nas explorações agro-florestais, objectivo que potenciará novas fontes de rendimento e novas oportunidades de emprego em espaço rural.

Iremos, igualmente, apoiar a criação de pequenas empresas que contribuirão para a diversificação da economia rural, que aproveitarão, as potencialidades do meio rural e contribuirão para a conservação e valorização do património rural.

De todas as fileiras da produção agro-florestal, a do leite é a que tem, tradicionalmente, a maior importância. É também a quem tem maior dinâmica e melhores níveis de organização e de dimensão de mercado, em resultado das políticas públicas que lhe têm sido dirigidas e do investimento que os próprios agricultores promovem.

Em consequência destes esforços, na fileira do leite assistiu-se, nos últimos anos, ao crescimento da dimensão média das explorações, ao aumento da produção média por vaca e da produção global e ao aumento da produtividade.

Apesar desta evolução, a cadeia de valor do leite açoriano continuará a merecer uma atenção permanente do Governo dos Açores, pela importância estratégica que ela tem para a nossa economia e para o nosso desenvolvimento, mas também porque nela temos muito saber e competência instalada, muito investimento realizado e em execução e porque ela representa a melhor vocação produtiva que as nossas condições naturais oferecem.

Durante muitos anos, os produtores regionais confrontaram-se com o regime de quotas que limitava a sua capacidade produtiva e que até obrigou ao pagamento de multas que, posteriormente, por força das iniciativas do Governo, conseguimos ver devolvidas.

Apesar dos conhecidos constrangimentos do regime de quotas, de forma articulada com os produtores regionais, desenvolvemos iniciativas que levaram a um significativo crescimento da quota regional acautelando, deste modo, o crescimento da produção de leite sem pagamento de multas.

Só nas últimas duas campanhas — 2006/2007 e 2007/2008 — é que lográmos ter uma quota leiteira ajustada à produção regional.

A estratégia desenvolvida para este objectivo não se dirigiu, apenas, ao afastamento do cenário das multas. Ela dirigiu-se, igualmente, ao objectivo de redimensionamento das nossas explorações leiteiras e ao reforço do rendimento dos produtores, nomeadamente pelo apoio associado do prémio aos produtos lácteos.

Agora, um novo desafio se coloca à fileira do leite: - apesar das cláusulas de revisão previstas para os finais de 2010 e de 2012, a decisão de desmantelamento do regime de quotas, tomada em 2003 e reconfirmada para 2014/2015, introduz um factor de grande instabilidade e de imprevisibilidade nos agentes do sector.

Pela nossa parte, conhecendo embora a posição predominante dos governos europeus, continuaremos a defender o regime de quotas perante todas as entidades competentes, a nível nacional e comunitário e, como o temos feito, em todas as oportunidades que ainda se colocarem. Consideramos que o estudo prometido pela Comissão Europeia

relativo aos impactos sociais, económicos e ambientais do anunciado desmantelamento, deve ser feito e apresentado para uma melhor avaliação do processo.

O bom senso aconselha, porém, que nos preparemos para a hipótese de liberalização. Por isso, já trabalhamos num programa específico e cauteloso, que permitirá compensar os nossos produtores e reforçar os níveis de competitividade que a liberalização previsivelmente acentuará.

Com o objectivo de aumentar o valor acrescentado no sector, o programa do Governo prevê o crescimento do investimento em benefício dos seus agentes, das suas estratégias de cooperação e de acesso aos mercados.

Sendo seguro que a competitividade das explorações melhora com o crescimento da sua eficiência, iremos reforçar as iniciativas de formação e de qualificação das pessoas e das empresas agrícolas e aumentar o investimento no ordenamento agrário.

Concentraremos maiores esforços e recursos para reduzirmos os custos de exploração e para continuarmos a promover a reestruturação do sector, lançando mão a novos resgates leiteiros como, aliás, já foi anunciado pelo Senhor Presidente do Governo.

Fortemente influenciada pela cadeia de valor do leite, a produção de carne tem também merecido uma forte aposta do Governo Regional dos Açores.

À execução da rede regional de abate, associamos um apoio significativo às iniciativas de especialização na produção de carne, aumentando de forma significativa a distribuição de direitos de vacas aleitantes, bem como os respectivos prémios, que reforçaram, em muito, o rendimento dos produtores.

Simultaneamente, apesar de ainda nos encontrarmos no início do processo, alteramos o modo significativo a comercialização da carne, reduzindo o número de animais vendidos em vida para o exterior (que rondavam os 50.000 anualmente) e aumentando a comercialização de carne em carcaça ou em formato de consumo (que já representa cerca de 50% da carne comercializada), descobrindo novas oportunidades no sector.

No mandato que agora se inicia, é nosso objectivo continuar a aprofundar este processo.

Para o efeito, apoiaremos os investimentos privados em unidades de desmancha, transformação e preparação da carne para os mercados, acentuando a participação dos produtores neste processo, apoiando a divulgação e promoção das nossas marcas e as estratégias articuladas e de afirmação da carne com “Identificação Geográfica Protegida”.

Continuaremos a promover a competitividade do subsector da carne, incentivando e apoiando a criação e o desenvolvimento de núcleos de raças puras, bem como os cruzamentos industriais, associando-lhes iniciativas em estudos experimentais, nomeadamente em regimes alimentares, com vista a otimizar a produção.

Contrariando o predomínio das produções animais, que há várias décadas caracteriza o sector, o Governo pretende acentuar, ainda mais, as iniciativas destinadas à diversificação da base produtiva regional. Algumas das produções alternativas já representam uma força de exportação, como o chá, o ananás ou a floricultura, sendo objectivo do Governo dedicar-lhes recursos e apoios para a melhoria da organização das respectivas cadeias de valor, integrando e agregando os produtores e as produções em processos orientados para o mercado, com o claro objectivo de ultrapassar dificuldades logísticas de acesso aos mercados e de valorizar tais produções.

A atenção dada a estas produções já se revela nos importantes apoios criados no âmbito do POSEI, onde também se encontram incentivos à produção e comercialização destes produtos, bem como à melhoria das suas condições de acesso aos mercados, a par das disponibilidades regionais dirigidas à criação de novos processos organizacionais que visam uma maior articulação entre os processos de produção, de transformação ou de preparação para o mercado ou à criação e consolidação de marcas para as quais continuaremos a dirigir de estudos de caracterização para afirmar as suas qualidades.

Gostaria, ainda, de deixar uma referência aos recursos florestais açorianos, cuja importância ultrapassa, em muito, qualquer abordagem económica, já que ocupam cerca de 31% do território e que, pela natureza dos solos, pelo clima e pelo acidentado do terreno, constituem uma importante vertente de protecção, mesmo quando se destinam a ser explorados economicamente.

Em resultado das políticas regionais e comunitárias e dos seus apoios financeiros, as áreas florestadas têm crescido os processos de florestação de novas áreas de reflorestação ou recuperação de outras, tendo sido desenvolvidos, em simultâneo, planos orientadores de gestão, visando as boas práticas florestais e a modernização de procedimentos técnicos.

No último mandato foi criado o Inventário Florestal dos Açores, o qual se assume como instrumento fundamental para desenvolvermos os objectivos do programa de governo, para melhorar a produtividade e a gestão sustentável da floresta açoriana, a sua eficiência e competitividade, bem como o seu uso múltiplo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Este programa de governo contém novos objectivos e novas iniciativas para responder aos novos patamares de exigência e aos novos desafios colocados ao sector agro-florestal açoriano e a todos os seus agentes.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma excepção!

O Orador: É bom que reconheça, Sr. Deputado.

Com este programa, o Governo continuará a responder afirmativamente às necessidades deste sector, apoiando a sua contínua reestruturação, para a melhoria dos seus desempenhos e dos rendimentos dos produtores agro-florestais.

Continuando a privilegiar a articulação das iniciativas com as organizações representativas do sector, asseguraremos uma maior eficácia das mesmas e um permanente ajustamento das decisões aos interesses do sector.

É assim, Senhoras e Senhores Deputados, que vamos continuar a fazer mais e melhor pelos Açores e pela nossa agricultura.

Disse. Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está aberto o período de inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos os Srs. Deputados Mark Marques, Duarte Moreira, António Ventura, Luís Paulo Alves, Manuel Silveira, Luís Silveira e Rogério Veiros.

Vou dar por encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Neste primeiro uso da palavra nesta legislatura queria saudar o Sr. Presidente e a Mesa no trabalho que por vezes não é tão fácil quanto parece.

Queria saudar o Sr. Presidente do Governo, as Sras. e Srs. Secretários Regionais para as suas funções nestes próximos quatro anos.

Saudar também os Srs. Deputados, aqueles que renovam o seu mandato e os recém-chegados para a nova e nobre missão que é ser Deputado Regional nesta casa, embora com ideias diferentes, lutando sempre pelo melhor dos Açores. Como eu costumava dizer em legislaturas anteriores, podemos puxar para o mesmo lado com cordas diferentes.

Sendo eu eleito pelo círculo eleitoral de S. Jorge, e como o Sr. Secretário disse e muito bem, a fileira do leite tem a maior importância também na ilha de S. Jorge, coloco-lhe três questões:

Em relação ao sector cooperativo o que nós sabemos em S. Jorge é que vamos para a frente, mas não sabemos bem para aonde. Ir para a frente não quer dizer que se vai bem, porque se for para a frente para a beira dum precipício vai-se cair.

Eu sei que o Sr. Secretário virá depois dizer que fizeram o saneamento financeiro do sector cooperativo e acho que fizeram muito bem, não sei é se este modelo que está a ser implantado em S. Jorge, e que penso que agora não se pode regredir, vai ou não ter sucesso. Deixo esta preocupação.

Sobre o abastecimento de água à lavoura, queria manifestar aqui a opinião da grande maioria. Quando digo a grande maioria alguém do PS poderá dizer que o Partido Socialista ganhou as eleições em S. Jorge.

Deputado José San-Bento (PS): E é verdade!

O Orador: O Sr. Deputado San-Bento a mim não me atrapalha, porque eu já sou velho nestas coisas. Pode fazer os apartes que quiser. A sua colega ontem estava muito preocupada, mas isso não me preocupa nada. Já estou calejado destas coisas.

Deputado José San-Bento (PS): É um homem tão novo!

O Orador: Eu sou antigo, não sou velho.

É verdade que a maioria dos jorgenses não votaram no Partido Socialista, votaram em outros partidos. Cada um faz a sua leitura, eu faço a minha e esta os senhores não podem desmentir. Pode não agradar aos senhores, mas é uma leitura correcta.

Sobre o abastecimento de água à lavoura eu queria perguntar ao Sr. Secretário se vai manter aquela política dos pequenos reservatórios e que, como todos nós já percebemos, não é a solução para o abastecimento de água à lavoura na Ilha de S. Jorge.

Dirão que está melhor agora do que estava quando os Açores e as vacas nasceram em 1996. É verdade que está melhor, mas não está bom e penso que nunca vai ficar, porque em outras ilhas, e não preciso de dizer agora o nome, foram feitas lagoas artificiais e funciona bem melhor.

Para terminar, uma constatação no Programa do Governo na página 57, onde refere os matadouros e onde termina dizendo: "... excelentes condições de técnicas de trabalho, em conformidade com as regras em vigor".

Como o Sr. Secretário sabe, a duas ou três semanas das eleições foi posto um grande *outdoor* com a nova sala de desmancha.

Portanto, quando vem o Programa do Governo dizer que está tudo em condições, eu pergunto: nós fomos enganados ou aquilo está ou não em condições?

Dou por terminado o meu tempo.

Obrigado.

Deputados Pedro Gomes e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção neste plenário e nesta Assembleia quero cumprimentar e saudar V. Exa. Senhor Presidente da Assembleia, saudar e cumprimentar as Sras. e Srs. Deputados, fazendo votos que esta legislatura vá de encontro às necessidades da Região e corresponda às legítimas aspirações dos nossos conterrâneos açorianos.

Quero também saudar V. Exa. Senhor Presidente do Governo, bem como todos os membros que consigo compõem o X Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, desejando o maior sucesso na missão de governar a Região.

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, que também cumprimento, e pela qual o felicito. Li também o Programa do Governo aqui em apreciação e facilmente se percebe que o sector primário irá continuar a ser uma aposta firme e segura para os próximos 4 anos.

Portanto, este Programa reflecte já os investimentos que desde 96 até agora foram efectuados. Eu não queria repetir, e o Sr. Secretário já disse alguns, mas relembro designadamente os investimentos realizados em infra-estruturas fundamentais, entre elas a modernização do sector das indústrias de lacticínios, a rede regional de abate, salas de desmancha, no abastecimento de água à lavoura, para só referir alguns.

Reflecte também a área da sanidade e melhoramento animal, que tiveram uma evolução enorme durante os governos do Partido Socialista.

Reflecte também a informação aos agricultores, experimentação e divulgação em áreas como a vinha, horticultura e outras áreas da diversificação.

Por que é que eu digo que isto está feito neste Programa? Porque, não obstante estas áreas estarem também reflectidas no mesmo e continuarem a ser alvo da atenção e que estão contempladas no documento aqui em apreciação, é nítido o reforço da aposta na competitividade, através do apoio a projectos nas áreas da transformação e da comercialização associado a estudos, a procura de novos mercados, a planos de valorização e comercialização ou a apoio de técnicas de marketing ao desenvolvimento de produtos de valor acrescentado em que a marca “chapéu” com certeza que vai ser os Açores.

Todas as casas começam pelos alicerces e porque os alicerces foram feitos e bem feitos pelos governos do Partido Socialista é que se pode agora avançar para uma nova fase do desenvolvimento na agricultura dos Açores.

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

O Orador: Reconheço também que vivemos com alguma dificuldade, com alguns desafios para ultrapassar, nomeadamente o previsível desmantelamento do sistema de quotas leiteiras, referido neste documento agora em discussão, ao qual não iremos

conseguir fugir, bem como também um desafio na mudança da comercialização do gado bovino com a aposta feita nos matadouros e nas salas de desmancha.

Face a estes desafios, queria colocar aqui duas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Primeira questão: sendo o sector dos lacticínios vital para a economia da Região, pergunto a V. Exa., Sr. Secretário Regional, se, face às actuais boas condições ao nível da produção e mesmo da transformação e ao previsto no Programa do Governo, a Região estará preparada para dar a resposta devida ao desafio do desmantelamento do sistema de quotas leiteiras?

Segunda questão: dada a importância que o sector da carne também assume na Região, com particular destaque para algumas ilhas, entre as quais Santa Maria e outras, atendendo à forte aposta que os Governos do Partido Socialista fizeram neste sector, como já disse atrás, na instalação da rede regional de abate, como prevê que seja a evolução deste sector e em sua opinião o falta para se dar o salto decisivo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também sendo esta a primeira vez que intervenho nesta câmara, gostaria de felicitar todos pelas suas funções e desejar os melhores trabalhos para todos.

O problema do Governo não é falar, é fazer, ou seja, vamos fazer a propaganda do realizado, porque dá a ideia que em agricultura tudo está feito, tudo se fez, mas o Governo tanto é responsável por aquilo que fez e que aquilo que não fez, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Que confusão vai nessa cabeça!

O Orador: ... porque se tivesse feito aquilo que se comprometeu a fazer em tempo útil, nós agora estávamos num outro patamar de investimentos e desde logo há que recordar aquilo que foram as grandes bandeiras de 2004/2008 e não cumpridas.

Portanto, mais uma vez o Governo não faz em tempo útil, mas fala muito.

Fala da extensão rural, do centro de leite e lacticínios, do emparcelamento, do aumentar as relações comerciais com Cabo Verde e a Madeira, da diversificação agrícola, da elaboração de um plano operacional de marketing para captação de novos mercados, mas não conseguiu manter o sistema de quota leiteira, não apoiou a criação do centro de acabamento de bovinos, não fomentou a criação do laboratório interprofissional do leite e assim sucessivamente, ou seja, há que desfazer a ideia que as coisas estão efectivamente feitas.

É verdade que o Governo faz o que pode e o que pode é muito pouco para as necessidades desta Região em termos de agricultura. Talvez este seja um Governo cansado, gasto e sem ideias.

Deputado José do Rego (PS): Ainda não começou.

O Orador: Sr. Deputado, a questão é que o Governo não começa agora, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já começou em 1996.

O Orador: ... começou em 96, já há 12 anos e é ridícula essa vossa comparação de antes de 96 com 96, porque os senhores já estão no governo há 12 anos. Tem que se comparar é a governação socialista com a governação socialista, não temos que comparar com o PSD.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Doze anos é muito tempo, é tempo para fazer essa comparação.

Os senhores tenham paciência! Efectivamente só falta dizer que a partir de 96 as vacas começaram a dar leite.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo faz o que pode e o que pode é muito pouco.

O problema não é falar, é fazer. Efectivamente o problema não foi falar, foi fazer. O problema não é caminhar para o precipício, foi tirar a agricultura dum precipício que nós encontrámos em 1996.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Esse foi o problema, porque em 1996 não se recebia dinheiro nos Açores pelas produções que se faziam e foi preciso fazer muito para se conseguir hoje ter os níveis de produção que nós temos.

Deputado António Ventura (PSD): É ridículo comparar em 96!

O Orador: Os senhores em 96, quando abandonaram o Governo, deixaram-nos nesta triste miséria.

Deputado António Ventura (PSD): E os senhores o que é que estão a deixar?!

O Orador: Nós tivemos que reestruturar e levantar todo o tecido produtivo da Região, desde as explorações leiteiras, desde as indústrias agro-alimentares. Tivemos que fazer caminhos,...

Deputado António Ventura (PSD): Quem é que fez os caminhos?

O Orador: ... tivemos que levar águas às explorações, porque nem uma gota de água havia nas explorações na Região.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: Não havia, Sr. Deputado Pedro Gomes. Isto é a verdade absoluta.

Sr. Deputado Pedro Gomes, demagogia é falar do que não se sabe, isso é que é demagogia.

É por isso que depois de nós termos melhorado o ordenamento agrário, depois de nós termos reestruturado as unidades produtivas, depois de termos qualificado agentes e produções, vamos entrar agora numa nova era, vamos entrar numa era de valorizar tudo o que se faz nos Açores...

Deputado António Ventura (PSD): Por que é que não fizeram? Por que é que não cumpriram as vossas promessas?

O Orador: ... e é por isso que eu dirigia uma pergunta ao Sr. Secretário da Agricultura e Florestas: como é que o Governo pretende incentivar os agentes

produtivos para consubstanciar esta estratégia valorizadora e como é que pretende também comunicar essa estratégia aos mercados, porque é necessária essa percepção para que aumente o valor criado na cadeia?

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): O PS tem um novo líder!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A resposta é fácil: prosseguindo, aperfeiçoando e continuando!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(* **Deputado Manuel Silveira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia quero saudar V. Exa. Senhor Presidente da Assembleia, bem como todos os colegas deputados e deputadas, quer os novos, quer os mais velhos como eu.

Quero também saudar o Senhor Presidente do Governo e desejar-lhe um bom mandato na senda daquilo que tem vindo a fazer e continuar a fazer como tem feito até aqui, que é muito bom.

Gostaria de dizer apenas duas coisas.

Em primeiro lugar, dirigir-me ao meu colega de Ilha, Deputado Regional Mark Marques que neste momento é o deputado mais velho que está aqui.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): O mais antigo!

O Orador: Peço desculpa, eu sou mais velho, mas menos antigo.

De facto, o Partido Socialista não teve mais votos que os outros partidos todos juntos, mas o seu partido no Concelho das Velas ficou em terceiro lugar, passando de primeiro para terceiro.

Deputado Mark Marques (PSD): Eu não sou deputado de paróquia nem de rua!

O Orador: Em segundo lugar, queria lembrar ao Sr. Deputado António Ventura duas coisas: nos tempos antes de 96, que o senhor não gosta que se compare, mas terá que ser dito, nós agricultores da Região, e digo nós, porque também sou agricultor, nunca vimos, nem de longe nem de perto, o gasóleo agrícola implementado na Região.

A ilha de S. Jorge e as ilhas mais pequenas nunca viram nos vossos tempos o escudo em litro de leite que era dado a S. Miguel e à Terceira. Isto é ridículo. Isso era uma forma de discriminar negativamente as ilhas mais pequenas.

Deputado António Ventura (PSD): O mais fácil é dar dinheiro aos problemas!

O Orador: Em relação ao emparcelamento agrícola, no vosso tempo o vosso Secretário Regional, Dr. Adolfo Lima, sempre falou de emparcelamento e nunca fez uma vírgula para resolver esse problema.

Deputado António Ventura (PSD): E a experiência-piloto do Faial onde é que está?

O Orador: Portanto, vir falar de emparcelamento agrícola isso já vem de há muitos anos.

Essa situação do antes de 96 eu sei que vos dói comparar isso, mas não temos nada para comparar connosco, porque as coisas estão a fluir como deve ser, os agricultores estão satisfeitos, ...

Deputado António Ventura (PSD): Estão muito satisfeitos!

O Orador: ... os subsídios aumentaram. Olhe como eu estou a rir! Eu estou bem!

Portanto, os agricultores estão satisfeitos, os subsídios aumentaram, este Governo soube negociar o aumento dos subsídios.

Fico-me por aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos o Programa do X Governo Regional dos Açores, constatamos que algumas das vossas medidas, e que passo a citar, são:

- "...criando actividades sustentáveis, social e economicamente, e assim novas fontes de rendimento e de emprego, bem como fixar as populações, contribuindo para a revitalização económica e social das zonas rurais, apoiar a preservação, recuperação, práticas e tradições culturais e uma evolução globalmente positiva do preço do leite."

Tendo em conta que a maioria destes produtos tem um baixo valor acrescentado, gostaríamos de colocar algumas questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

O Sr. Secretário acha que ao fechar 6 cooperativas em S. Jorge e concentrando o leite e a produção de queijo de S. Jorge numa só unidade fabril, é uma boa política e vai de encontro àquilo que os senhores têm no Programa do X Governo Regional? Ao fechar 6 cooperativas não se vai criar desemprego?

Devo lembrar que 6 cooperativas têm 18 queijeiros e como é que vamos fazer numa unidade fabril que vai ter uma produção única, ou seja, vamos colocar os 18 queijeiros naquela unidade fabril? Aqui diz-se que se vai criar mais emprego e não desemprego.

Não se está a desertificar as zonas rurais ao fechar 6 cooperativas em 6 freguesias para colocar apenas uma única unidade fabril numa freguesia?

Não se vai abandonar a preservação de práticas e tradições culturais? Penso que vamos, porque vamos ter uma unidade fabril industrializada que nada tem a ver com a cooperativa que produz queijo de S. Jorge, que é bastante artesanal e que tem a sua especificidade diferenciada de cooperativa para cooperativa, de freguesia para freguesia em que, como bem sabe o Sr. Secretário, o próprio leite não é igual de freguesia para freguesia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Quanto à evolução positiva do preço do leite, que está no Programa do X Governo Regional, Sr. Secretário, não comparando com 96, mas comparando com 12 anos de governação do Partido Socialista, hoje o leite é pago ao produtor precisamente ao mesmo preço que era pago há 12 anos atrás.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): *Muito bem!*

O Orador: Já no que respeita a produtos de valor acrescentado e à falta deles, que está no memorando, não é o caso do queijo de S. Jorge, mas podemos reparar que o produto “queijo de S. Jorge” é posto à venda ao consumidor final a uma média de 11, 12 e 13 euros o quilo. Ainda ontem constatava no Aeroporto de Ponta Delgada o quilo de queijo de S. Jorge, com cura de 5 meses, a 13,60 € ao quilo ao consumidor final. No entanto, o produtor recebe, no máximo, por quilo, 5,12 €.

Gostaríamos que o Sr. Secretário nos explicasse o porquê, em tantos anos de governação socialista e com tantas melhorias, do produtor continuar a receber menos 100, 110 e 120 % do seu produto, que tem valor acrescentado, em relação ao preço pago pelo consumidor final?

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): E o observatório dos preços!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que existem aqui alguns assuntos relacionados com o círculo eleitoral de S. Jorge, eu gostaria de voltar ao debate para fazer alguns esclarecimentos da minha parte.

Relativamente ao Sr. Deputado Mark Marques e ao abastecimento de água à lavoura, eu não vou mais uma vez comparar o actual abastecimento de água à lavoura com o de 1996, porque isso seria ...

Deputado António Ventura (PSD): Uma negligência!

O Orador: ... prolongar, não o nosso ciclo, mas o vosso pesaroso ciclo de descida em S. Jorge.

Nós não temos ainda a maioria dos jorgenses a votar em nós, mas a avaliar pelo resultado eleitoral e pela escalada eleitoral que os senhores levam, o PSD vai chegar rapidamente à minoria em S. Jorge.

Ainda em relação a essa matéria, gostaria de dizer ao Sr. Deputado que o PSD apareceu nas eleições com um programa que foi rejeitado pelos jorgenses e nessa matéria esse programa levantava muitas dúvidas, porque se o PSD pensa que vai resolver o problema de abastecimento de água à lavoura de S. Jorge só com três lagoas artificiais, está muito enganado, porque a cabeça pensante do PSD, que certamente fez isso, vive ou trabalha numa ilha redonda, porque a nossa ilha, que eu saiba, ainda tem mais 60 km de comprimento e não são três pontos de abastecimento de água à lavoura que vão resolver o problema da lavoura de S. Jorge.

Mais:

Quando somos acusados de esbanjar milhões, nós fazemos investimentos de poucos milhares que rentabilizam a água que ainda corre para o mar na ilha de S. Jorge e que nós precisamos de a segurar para os nossos agricultores e para abastecimento de água à lavoura.

É verdade que ainda falta mais água para a lavoura, mas é por isso que nós estamos aqui e é para isso que nós vamos trabalhar. Também devo dizer que há bem poucos dias colocámos mais um tanque de abastecimento de água à lavoura e quero aqui dizer que os senhores autarcas do PSD que se responsabilizaram por meter lá a água, agora dizem que já não a metem. É esse PSD que nós temos, é esse PSD que nos conduz em S. Jorge para uma má situação.

Relativamente à questão das fábricas de S. Jorge e do queijo de S. Jorge.

Sr. Deputado Luís Silveira seja bem-vindo aos debates sobre S. Jorge, agora eu gostaria de lhe dizer o seguinte:

Eu como jorgense e qualquer jorgense, eu prefiro ter três fábricas viáveis do que nove falidas e para isso é preciso ter coragem e nós para termos um produto de excelência com controlo de qualidade, com os investimentos que hoje são necessários em torno de uma fábrica, nós sabemos que é preciso ter coragem e reestruturar o sector e este partido tem a coragem de reestruturar o sector de S. Jorge, tornando as fábricas viáveis e prefiro, sinceramente, três fábricas viáveis do que nove falidas, que é o que o PSD sempre defendeu e lamentavelmente o senhor também defende para S. Jorge.

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Relativamente à distribuição do queijo de S. Jorge, é verdade. Ainda bem que o senhor também vai aos supermercados ver o preço do queijo. Eu também vou junto com o meu colega Manuel Silveira.

Essa é uma preocupação que também nós temos mas, Sr. Deputado Luís Silveira, o senhor, que é um homem que vem da área do mercado e que sabe sobre esta matéria, sabe muito bem que o trabalho que estes governos do Partido Socialista estão a fazer em relação à distribuição do queijo de S. Jorge é um trabalho meritório e sabe

também que o processo da Lactaçoeres de distribuição e valorização dos produtos dos Açores, para ganhar massa crítica no mercado nacional, sabe muito bem que a integração da última cooperativa, que é a dos Lourais, no âmbito da união de cooperativas, é para que nós não tenhamos o queijo de S. Jorge a fazer concorrência consigo próprio e a baixar o preço com outros operadores que não queriam o bem de S. Jorge.

Esta foi uma luta muito dura e muito difícil que este e outros Secretários tiveram para que o queijo de S. Jorge seja comercializado por uma única entidade que defenda aquele produto, que o valorize e que o torne cada vez mais rentável para a agricultura de S. Jorge.

Este é um trabalho que já podia estar feito há mais tempo, mas a culpa não é dos governos socialistas, a culpa é de alguns políticos que quiseram fazer política por trás da comercialização do queijo de S. Jorge, estragando assim rendimento aos agricultores e à economia de S. Jorge.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: As questões colocadas aqui pelos Srs. Deputados vão ter da minha parte respostas sintéticas, mas muito objectivas.

Sr. Deputado Mark Marques, em relação ao sector cooperativo de S. Jorge devo dizer que o caminho que percorria o sector cooperativo de S. Jorge era o caminho do precipício. O caminho que hoje percorre o sector cooperativo de S. Jorge é o da sua regeneração, da sua recuperação e da recuperação do bem maior que o sector tem que é a recuperação da vontade dos produtores e da recuperação dos pagamentos que estavam em atraso aos produtores. Não sabe se isso é ou não o modelo de maior sucesso? O que eu sei e o senhor também reconhece, e isto devia saber também, é que o caminho que se percorria antes não era seguramente o caminho do sucesso.

Relativamente ao abastecimento de água à lavoura fizeram-se nos últimos anos em S. Jorge muitos investimentos.

O Governo é o primeiro a reconhecer que não são ainda suficientes, é preciso mais investimento no abastecimento de água à lavoura em S. Jorge como em todas as outras ilhas dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Na Graciosa foi zero!

O Orador: No caso concreto de S. Jorge, como em todas as ilhas, nós temos que desenvolver um sistema e uma prioridade de investimentos que aproveitem todas as disponibilidades existentes, sejam elas de pequenas ou de maiores dimensões.

O que nós queremos é que a distribuição de águas à lavoura seja feita com a maior proximidade possível dos produtores, porque é assim que nós contribuimos para reduzir o tempo, o dinheiro e os custos de exploração dos produtores.

Quanto aos matadouros da Região, à Rede Regional de Abate e à situação do matadouro de S. Jorge.

O matadouro de S. Jorge, como o senhor sabe, sofreu profundas remodelações e melhorias, mas nós não olhamos para as infra-estruturas e para a agricultura açoriana duma forma estática, temos sempre que ir evoluindo e fazendo novos investimentos para aumentar a operacionalidade e a capacidade de resposta das infra-estruturas.

No caso do matadouro de S. Jorge vai ser construída uma sala de desmancha para dar novas oportunidades a este segmento de produção na Ilha de S. Jorge.

Sr. Deputado Duarte Moreira, em relação a estarmos ou não preparados para o desafio de desmantelamento das quotas, nós sabemos que o desmantelamento das quotas leiteiras trará alguma imprevisibilidade, direi mesmo muita ansiedade por parte dos produtores regionais.

Temos dito por diversas vezes que o sistema de quotas, para nós e para os produtores açorianos é um sistema positivo, porque protege a nossa pequena produção e dimensão.

Sabemos também que o sistema de quotas durante muitos anos foi limitador da nossa capacidade produtiva, limitou a nossa capacidade de crescimento na produção.

Todavia, nós também sabemos que a vontade primeira dos Açores, que foi articulada com todas as unidades produtivas, com todas as organizações de produtores e até com

as forças políticas, era de manter o sistema de quotas, mas também todos sabem que a articulação da posição dos Açores previa expressamente a possibilidade de desmantelamento do regime de quotas e que, nessa eventualidade, nós devíamos estar preparados para responder a este novo desafio.

Isto foi feito e foi inclusivamente aprovado nesta casa por unanimidade e o que nós sabemos é que a generalidade dos países europeus, que até não são socialistas, diga-se de passagem, está a favor do desmantelamento do sistema de quotas.

Ainda haverá dois períodos de reflexão sobre essa matéria e nós continuaremos a dizer e a defender que o sistema de quotas continuaria a ser bom para os Açores, mas deveremos estar preparados para o seu desmantelamento.

Deputado Luís Garcia (PSD): Terá que convencer o Sr. Ministro!

O Orador: Em relação à evolução do sector das carnes e o que falta para o passo decisivo nos sector das carnes, foram dados passos importantes neste sector nos Açores, construiu-se uma Rede Regional de Abate, aumentou-se significativamente o número de vacas aleitantes aos produtores e isso não é só a questão de dar direitos de vacas aleitantes, é também o reforçar o rendimento dos produtores de carne, porque viram associados a esses direitos o correspondente valor dos prémios que lhes são atribuídos.

O que falta para o passo decisivo no sector das carnes é que estamos eventualmente no início do processo que renovou, melhorou e alterou substancialmente o processo que antes se verificava.

Nós tínhamos cerca de 50 mil cabeças anuais que vendíamos em vida para o Continente, com as consequências daí advenientes, da perda de rendimento dos produtores, do tempo de viagem, da inércia que havia na actividade e com o afastamento dos produtores de todos os processos da comercialização.

Com a Rede Regional de Abate nós melhorámos não só a carne abatida para consumo público como melhorámos também as condições para que a carne fosse abatida nos Açores e daqui saída em carcaça ou em formato de consumo.

Deputado António Ventura (PSD): Na Terceira a sala de desmancha está fechada há três meses.

O Orador: O processo neste momento indica que nós já temos cerca de 50% da carne vendida nos Açores que é comercializada nesta modalidade já abatida ou em formato de consumo. Esta é uma trajectória muito interessante.

Falta ainda muito a percorrer, nomeadamente no que diz respeito à afirmação de marcas nos Açores, à utilização do nosso património comum que é a marca “Açores” e faltam também estratégias de afirmação dessas marcas nos mercados e junto dos consumidores. O Programa do Governo garante que isso vai ser feito.

Sr. Deputado António Ventura, nós concordamos consigo,...

Deputado António Ventura (PSD): Até que enfim.

O Orador: ... não foi a partir de 96 que as vacas começaram a dar leite, mas foi, de facto, a partir de 96 que as vacas passaram a dar muito mais leite.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): Meteram água no leite!

O Orador: A produção de leite nos Açores cresceu já em 2007 cerca de 37% e isso deveu-se a duas coisas fundamentais, Sr. Deputado.

Por um lado, nós tivemos o discernimento de fazer investimentos assertivos na cadeia de valor do leite, fizemos investimentos na modernização das agro-indústrias, o que possibilitou recolher o leite, transformá-lo e fazê-lo com maior eficácia.

Nós tivemos também a oportunidade de assistir a um acreditar por parte dos produtores, que muito investiram nas suas explorações, no melhoramento genético, ...

Deputado António Ventura (PSD): Pudera! Com os milhões que vêm da Europa resta saber se podiam fazer melhor. 600 milhões por dia.

O Orador: ... no melhoramento de manejo e hoje temos níveis de produtividade global e por animal muito superiores ao que existia em 96, ou seja, tem razão o Sr. Deputado, não foi a partir de 96 o momento em que se produziu leite, mas produziu-se muito mais e muito melhor leite.

Vou dizer também ao Sr. Deputado, e peço-lhe que preste atenção para depois não incorrer novamente em erro, no que diz respeito às questões da extensão rural, do emparcelamento e da vulgarização agrícola, como é que consegue fazer afirmações

tão banais, fúteis e infundadas como estas quando o Sr. Deputado, se analisar os indicadores do sector, verifica que nós temos hoje maior área, tendo a área média por exploração crescido 66%. Nós temos melhores indicativos no rendimento por unidade de superfície, nós temos melhores indicativos no rendimento por unidade de trabalho e isto só se faz à custa de emparcelamento e isso só é feito porque há redimensionamento das explorações.

Quanto à acusação de que o Governo não manteve o sistema de quotas, esta é de risada de certeza. Ó Sr. Deputado pela sua saúde.

Deputado António Ventura (PSD): Não manteve. O Ministro vendeu!

O Orador: Nós aqui nesta casa aprovámos por unanimidade uma Resolução que diz: “... defender o sistema de quotas, mas na previsibilidade de que esse sistema não se manterá, defender um pacote de apoio à competitividade das explorações agrícolas”.

Deputado António Ventura (PSD): Onde é que isso está?

O Orador: Quando o senhor aprovou a Resolução já sabia que a previsibilidade levava ao desmantelamento do sistema de quotas.

Os senhores habituaram-se a fazer política da pior maneira possível.

Tudo o que corre mal é responsabilidade do Governo, tudo o que corre bem é dos mercados, é dos milhões, não reconhecendo, porém, que o Governo ao menos tem o mérito em recolher e em negociar esses milhões.

Deputado António Ventura (PSD): Faça uma análise séria!

O Orador: Sr. Deputado Luís Paulo Alves, incentivar os produtores e as suas organizações para novos desafios está já devidamente acautelado em todos os instrumentos de programação.

O PRORURAL prevê nomeadamente projectos selectivos no que diz respeito à produção de produtos de maior valor acrescentado.

Também já foi anunciado e apresentado, e está em desenvolvimento, uma outra área muito importante para dar credibilidade, visibilidade e notoriedade às marcas dos Açores, um plano institucional de marketing que levará as marcas dos Açores junto dos mercados e também o apoio já concebido, já regulamentado para apoiar as iniciativas de promoção e divulgação dos produtos e das marcas por parte dos operadores privados.

Em relação à questão da qualidade do leite, levantada pelo Sr. Deputado Luís Silveira, do pagamento do leite em S. Jorge e da concentração fabril, quero dizer que nós hoje temos um preço de leite aos produtores de S. Jorge que gostaríamos que fosse muito mais, mas não é comparável com o preço de 1996, porque agora os produtores recebem a tempo e horas. Em 1996 nem sequer recebiam.

Queria também dizer que a questão da concentração fabril tem dois objectivos fundamentais. Por um lado nós sabemos que as estruturas antigas de transformação do leite que existiam em S. Jorge levavam a quebras de produção muito significativas e a, por outro, uma elevada percentagem de leite que se perdia em queijo que não tinha qualidade para ir para o mercado.

A concentração e o investimento na modernização das indústrias vai melhorar estes indicadores.

Para além do mais, saber se o queijo perde qualidade, o Sr. Deputado visite a fábrica nova dos Lourais, veja a qualidade do leite e do queijo que eles lá têm hoje a oferecer aos nossos consumidores.

Muito obrigado.

Presidente. Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não sei se me fiz entender, eu não lhe disse que o leite em S. Jorge não era pago atempadamente. Eu disse-lhe que o leite de S. Jorge era pago hoje ao preço que era pago há 12 anos, quando este Governo pegou na Região. Agora se o senhor quiser voltar para trás nós podemos falar.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não, não quero. Quero é ir para a frente!

O Orador: Os senhores falam muito em 96, Sr. Secretário, mas podemos comparar mais para trás, porque o leite não existe só há 12 anos.

O preço pago hoje é o que era pago há 12, há 14, há 15, há 16, há 17 ou 18 anos atrás. Desculpe, Sr. Secretário, mas o que eu disse foi que era pago ao mesmo preço, não foi que ele não era pago atempadamente. O senhor desviou a questão, mas não era essa a questão que eu lhe tinha colocado.

Em relação à produção da nova unidade fabril dos Lourais, o Sr. Secretário tem toda a razão. De facto, o queijo continua com a mesma qualidade, mas o queijo que está na nova unidade fabril dos Lourais é feito com o mesmo leite que estava na antiga.

A nova unidade fabril que está sendo construída na Beira vai agregar 6 cooperativas com leite diferenciado de 6 freguesias. Não é isso que acontece nos Lourais. É aí que vamos tirar as dúvidas.

Eu faço votos que corra muito bem e que a produção seja boa, porque é isso que nos interessa.

Sr. Deputado Rogério Veiros, em relação ao abastecimento de água à lavoura, de facto ela começa a existir com os ramais até aos terrenos dos produtores, mas não corre água, não há água lá dentro e se os municípios, e eu não estou aqui de advogado de defesa da Calheta nem das Velas, não colocam lá água é porque os senhores, através do IROA, não perceberam que não ia haver água naqueles ramais, porque os senhores deputados de S. Jorge sabem muito bem que os municípios não têm água nas altura críticas, Julho e Agosto, para abastecer a população em condições e muito menos a agricultura.

Portanto, quando os senhores colocam lá a rede já sabem perfeitamente que não vão ter água lá dentro.

Não venham responsabilizar os municípios, porque quem fez esse negócio mal feito foram os senhores e sabem isso.

Em relação ao reestruturar as cooperativas, a dotá-las de melhores meios, em condições melhores de produção, acredito que sim, mas nós temos um exemplo muito concreto em S. Jorge, que é a cooperativa do Sr. Deputado Manuel Silveira. É uma fábrica que labora com o leite produzido por ele e produz um queijo com qualidade e vende-o a preços muito mais altos do que o que está a ser pago aos produtores de S. Jorge. Eu pergunto: Por que é que ele fez isso? Por que é que ele abandonou as cooperativas de S. Jorge onde sempre esteve a vender o seu leite?

Deputado Manuel Silveira (PS): Não abandonei!

O Orador: Abandonou porque sabe que não é boa a política que está a ser seguida e resolveu a sua questão.

(Aparte inaudível do Sr. Secretário Regional da Economia)

O Orador: Os senhores deixem-me falar. Eu estou cá há pouco tempo, mas o Sr. Secretário da Economia não desestabiliza o meu raciocínio.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Nem eu quero. Fica já esclarecido!

O Orador: Eu pensei que talvez quisesse, mas não vai conseguir.

O Sr. Deputado Manuel Silveira na campanha para estas últimas eleições que houve foi questionado em relação a este assunto e sabem o que é que ele disse: “Eu por mim tenho o meu problema resolvido”. Foi a resposta que ele deu. Eu posso provar, porque tenho o CD gravado com a entrevista. Podem também ir à página da RL Açores e ver. Ele foi questionado sobre isso e ele disse: “Eu por mim tenho o meu problema resolvido”. Foi a resposta do Sr. Deputado Manuel Silveira.

Em relação à Lactaçoeres, Sr. Deputado Rogério Veiros, de facto a Lactaçoer está a comercializar o queijo de S. Jorge há dois ou três anos. Seria uma mais valia, onde é que ela está?

O que é que os agricultores de S. Jorge, depois da Lactaçoer estar a comercializar, receberam a mais? O queijo foi-lhes melhor pago? Foi melhor comercializado? Desculpe mas não foi.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Eu posso comprovar que o queijo hoje é pago ao preço que era pago há muitos anos e, portanto, não foi melhor pago.

Para terminar, de facto o PS ganhou em S. Jorge, mas os agricultores não devem estar muito satisfeitos, porque eles ganharam, mas ganharam com menos votos que há 4 anos. A abstenção é maior. Provavelmente não estão satisfeitos e a prova é que não vão votar.

Se eles estão bem, eu não sei por que é que cada vez mais os agricultores de S. Jorge estão endividados à banca, estão com problemas financeiros e os subsídios que chegam atrasados...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não é verdade!

O Orador: É verdade, Sr. Secretário, e se quiser consulte os agricultores de S. Jorge e veja se eles cada vez não estão mais endividados à banca.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

(*) Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir, mas já que fui visado e que tenho uma queijaria e não uma cooperativa, devo dizer que aquilo dá certo, porque é a minha família que lá trabalha e não tem custos como as cooperativas têm e o senhor sabe isso muito bem.

O senhor também sabe, se não sabe devia saber, mas o senhor vende é cerveja, não admira, que o leite neste momento em S. Jorge é melhor pago do que era pago há 10, 12 e 15 anos atrás.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não é verdade!

O Orador: É melhor pago e para além disso as ajudas aos produtores, o senhor sabe muito bem e se não sabe devia saber, aumentaram e muito.

Em relação a eu ter o meu problema resolvido, é evidente que eu não vou “meter a foice em seara alheia”. Quando os agricultores me pedem ajuda, o Manuel Silveira está ao lado deles como sempre esteve.

Deputado Duarte Ponte (PS): É assim que ganha eleições!

O Orador: Como sabe eu fui presidente da Associação de Agricultores durante 12 anos, não foram 12 dias.

Eu não vendi cerveja, eu estive 12 anos na Associação de Agricultores e na Associação de Jovens e estive muito bem lá e tanto estive muito bem que ainda me queriam lá e eu é que não quis.

Deputado João Costa (PSD): 12 anos é muito tempo!

O Orador: Sinceramente, Sr. Deputado!

Quero-lhe dizer mais uma coisa Sr. Deputado Luís Silveira. O senhor se calhar está a regular-se pela sua cooperativa e eu como estava na sua cooperativa ...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não é cooperativa nenhuma.

O orador: ... a uma série de quilómetros da minha freguesia, tive que resolver o meu problema e resolvi-o como qualquer agricultor o pode resolver.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Entre caminhos e canadas, o senhor escolheu a canada!

O Orador: E escolhi muito bem, o senhor come queijo e gosta dele e ao olhar para si já se vê que come muito queijo, porque o senhor é muito esquecido. O senhor é uma pessoa que se esquece de muitas coisas e o queijo faz-lhe perder a memória.

O senhor já me veio dar os parabéns, porque o queijo é muito bom. Ainda bem e fico muito feliz.

Deputado Pedro Gomes (PSD) É verdade. Eu confirmo!

O Orador: Sr. Presidente, vou ficar por aqui. Se me questionarem outra vez, voltarei ao debate.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o Sócrates com o Magalhães e o Sr. Manuel Silveira com a Canada!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Realmente depois de terem falado em queijo, vamos ter de ficar por aqui, porque se aproxima a nossa hora regimental do almoço.

Eu pedia ao Sr. Secretário para nos indicar os tempos sobrantes.

Aproveito também para anunciar que, de acordo com o deliberado ontem em conferência de líderes, as intervenções finais, independentemente da altura em que terminar a restante parte do debate, estão marcadas para as 18,00 horas desta tarde.

Passo a anunciar os tempos que cada um ainda tem para este debate:

O Governo tem 78 minutos.

Partido Socialista tem 106 minutos.

Partido Social Democrata, 52 minutos.

Partido Popular, 2 minutos.

Bloco de Esquerda, 6 minutos.

Partido Comunista Português já esgotou o seu tempo.

Partido Popular Monárquico resiste com 38 segundos.

Muito obrigado.

Bom almoço. Recomeçamos às 15,00 horas.

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 10 minutos)

Estávamos no período de esclarecimentos a seguir à intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas e tenho ainda inscrito o Sr. Deputado Rogério Veiros. Tem a palavra para o efeito.

(*) Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A sequência do debate que estávamos a ter no período da manhã e da intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira que apontou aqui três questões, a primeira tem a ver com o preço por litro de leite, a segunda tem a ver com a questão da água e a terceira tem a ver com a questão da Lactaçoeres e com a distribuição do queijo de S. Jorge.

Em relação à primeira, Sr. Deputado, é certo que o preço pago por litro de leite ao produtor não nos satisfaz a nós nem satisfaz os produtores. Nós e os produtores queremos sempre mais, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: ... agora há que haver um equilíbrio, mas há uma coisa que o senhor pode ter a certeza, e quero aqui pedir ao Sr. Secretário da Agricultura, é que não voltemos ao tempo passado em que as nossas cooperativas eram utilizadas como instrumento político partidário para se ganhar eleições e quero aqui dizer que, no período em que se pagava muito mais do que aquilo que era suposto pagar no mercado, era porque alguns dirigentes partidários se acercavam do poder das nossas cooperativas e utilizavam o preço por litro de leite como instrumento político para ganhar eleições pondo o sector em causa e em risco de falência e foi por isso que nós o encontramos falido em 1996.

Eu jamais quero que isso aconteça com estes governos do PS e peço ao Governo Regional para que isso não aconteça, porque está em causa o futuro e a economia da Ilha de S. Jorge.

Relativamente à distribuição de água, Sr. Deputado, o senhor falou dum caso que penso que está localizado, mas quero dizer-lhe que ainda na semana passada o Governo Regional instalou um reservatório de água a pedido de uma Junta de Freguesia e do poder local e que não era para pôr água da rede, mas as sobras dessa mesma rede, esse mesmo poder local recusa-se agora a pôr lá a água e até à semana passada ainda não tinha colocado lá a água. Isso é que são falhas e é isso que eu estou a apontar.

O senhor fala de assuntos relacionados com a sua freguesia, mas, Sr. Deputado, S. Jorge tem mais freguesias para além da sua.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): O senhor é da minha freguesia!

O Orador: Relativamente à questão da Lactaçoeres, é verdade que ela está criada há dois ou três anos ou até mais, mas aquilo que expliquei há pouco na minha intervenção - e o senhor, das duas uma, não percebeu ou não quis perceber - é que o acordo para que a Lactaçoeres distribua todo o queijo de S. Jorge só foi conseguido há meses atrás e isso é que tem a intervenção no preço final do queijo na comercialização do mercado, porque até há meses atrás o queijo de S. Jorge estava a ser comercializado pela Lactaçoeres e havia operadores no mercado a fazer concorrência ao próprio queijo e isso é que era mau para este produto.

Neste momento nós temos finalmente uma única entidade a defender os interesses deste produto no mercado e ele não está a fazer concorrência consigo mesmo.

É por isso, Sr. Deputado, que aquilo que o senhor diz de que a Lactaçoeres já existe há dois ou três anos, é verdade que ela existe, só que o senhor não está bem por dentro do que se está a passar, nem está bem por dentro das coisas.

Aceito que o senhor queira estudar agricultura e queira trabalhar sobre agricultura, mas tem que preparar o seu trabalhinho.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): A diferença entre o preço da Uniqueijo e da Lactaçoeres é de 23 cêntimos.

O Orador: Tenha calma. O senhor inscreva-se para falar.

Sr. Deputado, é a minha área falar de S. Jorge e sobre todos os assuntos, agora compreendo que o Sr. Deputado do PP ainda esteja um pouco verde nestas matérias e por isso só assim consigo compreender a confusão que faz em relação à Lactaçoeres e em relação à comercialização do queijo de S. Jorge e também ao facto de confundir uma cooperativa com uma fábrica.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Prescindo!

Presidente: Uma vez que o Sr. Deputado prescinde e não tendo mais inscrições, dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao dirigir-me desta tribuna a Vossas Excelências no começo desta Legislatura, saúdo-vos como representantes do Povo Açoriano no desempenho da nobre e honrosa função de titulares dos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores. Manifesto a todos os meus votos de felicidade no exercício das vossas funções, formulando o desejo que à liberdade que tanto amamos saibamos conferir a nossa responsabilidade e que na diversidade, que aplaudimos, contemos com a colaboração empenhada de todos para concretizar o melhor futuro, o futuro que certamente todos ambicionamos para os Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi exactamente a esperança num futuro melhor o desígnio que conduziu o Partido Socialista ao Governo dos Açores há doze anos atrás.

Durante estes doze anos soubemos dar resposta a esta ambição dos Açorianos e isso mesmo eles o confirmaram uma, outra e outra vez, elegendo-nos sempre para com eles trabalhar na concretização do seu futuro.

Certamente, que nuns casos nem todos fizemos bem, e noutros, nem sequer o fizemos. Contudo abrimo-nos à sociedade e fizemo-la participar na construção do seu futuro como nunca dantes tal sucedera.

Conferimos à sociedade a confiança que a fez empreender mais numa década, que em toda a história autonómica dos Açores.

Com participação, com liderança, com estabilidade nos objectivos e nos compromissos deixamos para trás a Região que encontramos triste e empobrecida. A mais pobre do País.

Fizemo-lo com responsabilidade financeira, com crescimento económico sustentado, construindo uma sociedade mais justa e mais solidária, factores que conferiram à Sociedade Açoriana os níveis de estabilidade, de motivação e confiança capazes de tornar os Açores na única Região de Portugal que evoluiu positivamente em relação à Europa nos últimos 10 anos.

A nossa maior responsabilidade é conferir dinâmica a esta matriz de desenvolvimento no quadro de uma nova ambição para os Açores, que o Programa do X Governo consubstancia. Manter elevados índices de participação, entusiasmo e confiança é a chave para continuarmos a ganhar o Futuro dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também na agricultura o modelo estratégico escolhido chamou à participação os agricultores e as suas organizações, bem como, todos os agentes das diversas fileiras, conferindo-lhes condições para voltarem a ser os principais actores do desenvolvimento sustentado do sector.

Quem estava na agricultura no início da década de noventa sabe muito bem pelo que todos passamos nessa altura, - produtores, cooperativas, associações -, com falta de pagamento do leite, com os matadouros ou as fábricas em completo estado de degradação, falidas, sem condições nenhuma nas nossas explorações – nem uma só exploração tinha água canalizada – sem caminhos, sem sequer esperança num futuro melhor, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Até parece uma catástrofe!

O Orador: ... porque a economia, que nesse tempo, era o mesmo que dizer, o Governo, também já não tinha condições de dar nenhum alento nessa direcção.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É absolutamente ridículo. Em nenhum país democrático se fala do que se passou há mais de 12 anos.

O Orador: Era assim que estava a agricultura quase duas décadas depois de governados por aqueles que hoje com a maior ligeireza perguntam pelos milhões investidos ofendendo todos os que com muito trabalho e enormes dificuldades foram realizando o esforço de investimento necessário a modernização das suas explorações, das suas cooperativas ou das suas indústrias, dando ao sector a relevância que hoje já ocupa no seu percurso de desenvolvimento a nível nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já conseguimos um grande crescimento das produções, um forte robustecimento das explorações, evoluímos na estrutura fundiária, na melhoria dos indicadores de modernidade das explorações e possuímos um parque agro-industrial modernizado.

Deputado António Ventura (PSD): Desde quando é que isso é bom?

O Orador: Avançamos na formação e na intercooperação com instituições científicas e organizações de produtores no apoio aos agricultores e às suas produções. Fizemos excelentes progressos na sanidade animal e na qualidade genética dos nossos animais, e somos hoje já uma Região exportadora de genética.

Temos razões para nos orgulharmos do percurso que com os agricultores já fizemos. Mas temos mais ambição. Temos de nos virar agora com a nova ambição para o muito que nos falta fazer no caminho para a competitividade desejada.

Deputado António Ventura (PSD): A nova ambição deve ser feita, o que até agora não fizeram

O Orador: Temos que chegar a novos patamares de desenvolvimento na nossa agricultura. A inovação, a tecnologia, a ciência e o conhecimento, constituem o núcleo de acentuação do investimento qualificador a realizar nos nossos produtos, acrescentando-lhes valor; na prestação de apoio e na melhoria da gestão das empresas agrícolas conferindo lhes produtividade; na projecção do marketing e na internacionalização das empresas.

A par deste investimento na qualificação continuaremos em simultâneo a vencer o desafio do redimensionamento da estrutura fundiária, bem como a debelar os passivos históricos acumulados que ainda restam nas infra-estruturas.

Deputado António Ventura (PSD): O Faial já é uma experiência que passa de experiência.

O Orador: Outros desafios na área de utilização das energias alternativas ou da produção de bio-combustíveis devem também ser fomentados tendo como objectivos não só a melhoria da sustentabilidade ambiental, como ainda a obtenção de rentabilidades complementares para as empresas agrícolas e agro-industriais.

São também da máxima relevância a dinamização da multifuncionalidade da agricultura, da criação de micro empresas em espaço rural ou do desenvolvimento de actividades turísticas e serviços básicos locais como forma privilegiada de consolidação do tecido económico e social no mundo rural.

Como suporte a esta forte aposta que o Governo faz na agricultura contamos com os instrumentos de investimento definidos circunstanciadamente no Pró Rural, programa que comporta uma capacidade de investimento público e privado na ordem dos 378 milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo na última legislatura, para além de ter realizado as prioridades de reforço dos indicadores de reestruturação e crescimento, e de aumento dos volumes de apoio ao investimento, realizou também igualmente a importante prioridade de aumento dos apoios ao rendimento dos agricultores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não tem a ver com a anterior legislatura. Estamos a iniciar uma nova!

O Orador: Foram conseguidas ajudas novas à inovação e à qualidade das produções pecuárias, ao abate de ovinos e caprinos, à produção de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais e à capacidade e acesso aos mercados. Foram igualmente aumentados os apoios num vasto conjunto de actividades onde destacamos o prémio às vacas aleitantes com um aumento de quatro milhões e seiscentos e setenta e seis mil euros. Todos estes apoios num reforço de mais de 20 milhões de euros começaram a ser pagos em este ano.

Tem portanto o Governo centrado as suas actuações em objectivas e concretizadas preocupações com o rendimento dos seus agricultores.

É por isso que nos preocupa e ao Governo também, os comportamentos daqueles que tendo interesses sediados fora dos Açores prosseguem estratégias condenáveis de

repartição desequilibrada no valor que geram nas fileiras Regionais. O Governo tem manifestado sempre que tal tem acontecido.

É claro que nos preocupa e ao Governo também, que alguns deles tendo possibilidade de o fazer, sempre tenham deixado afastados das nossas fileiras os seus produtos mais valorizados. É exactamente por isso que os apoios ao investimento deixam de o ser para quem não prosseguir estratégias inovadoras geradoras de diferenciação e de valor. E assim é porque é claro que a ausência dessas estratégias restringe fortemente os rendimentos das fileiras.

Não têm por isso nenhuma razão aqueles que ignoram maldosamente a actuação do Governo em matéria da defesa do rendimento dos produtores.

Sendo legítimo acusar as indústrias de não terem no período de forte alta dos preços do leite, mas também dos factores de produção e dos juros, feito os aumentos que poderiam ter realizado. Sendo também legítimo constatar a pouca solidariedade manifestada por aqueles que se apressaram a baixar o preço quando anteriormente tinham sido morosos na sua subida, não se pode também deixar de perceber a nova realidade de reajustamentos que se está a verificar em todo o mundo, depois dos valores anormais atingidos em 2007 e registados até Julho de 2008.

De acordo com este reajustamento, também as rações estão a corrigir em baixa, o mesmo já tendo nos Açores acontecido com o gasóleo agrícola. Tendo os adubos sido os últimos a subir, já começou a descida na origem do azoto, pelo que é de esperar que os fertilizantes em breve entrarão também em correcção. Os juros já corrigiram igualmente no sentido na descida como se sabe.

Nesta transição para um novo reajustamento de valores em baixo na cadeia produtiva, baixam receitas e baixam também custos, embora resultem por vezes nesta turbulência, custos penalizantes, a que o Governo tem estado atento. Tem como se sabe pressionado os industriais na contenção das descidas, mantendo para além do apoio constante no Poseima, um apoio suplementar na importação dos cereais com destino à alimentação animal. Mantém igualmente o gasóleo agrícola a níveis muito inferiores aos valores do passado de forma a aumentar o rendimento disponível dos agricultores. O Governo demonstra assim manter-se atentamente a acompanhar o

sector, sempre pronto para apresentar as soluções que se revelarem necessárias, em defesa da segurança e da consistência do sector agrícola e dos agricultores.

Acompanhar os equilíbrios resultantes da intervenção dos actores e da formação dos valores da cadeia produtiva, prosseguir as políticas para conferir melhor valorização aos produtos e maior rentabilidade às explorações é o caminho que temos de continuar a percorrer para assegurar a competitividade das fileiras e esse é também o caminho para dar resposta à liberalização que na Europa no âmbito da Pac e no Mundo no âmbito da OMC as actividades económicas e as trocas comerciais estão a evoluir, como todos bem sabemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em resultado do processo de avaliação da “Saúde da Pac” e face à tendência liberalizadora hegemónica na Europa manifestada contra a sua manutenção mantém-se a trajectória da sua abolição para 2015. Ficaram decididos dois relatórios de avaliação do mercado em 2010 e 2012 dos quais nos parece que só numa situação de forte deterioração das condições de mercado, (o que obviamente não é desejável) a decisão de abolição do sistema de quotas em 2015 será alterada.

Tínhamos já equacionado, todos aqui nos açores, incluindo a resolução desta Assembleia, um possível desfecho neste sentido, manifestando a necessidade de prever medidas de protecção e compensação para preparar o sector para essa liberalização. E este resultado foi conseguido.

Com efeito o País passa a poder dispor do conjunto de verbas do seu plafond nacional que por não utilização, anteriormente eram devolvidas à comunidade e agora passam a estar disponíveis para reforçar financeiramente outras áreas de aplicação.

Também no quadro dos aumentos da modelação e das restrições ao limite máximo de ajudas, aumentarão as verbas disponíveis para o Desenvolvimento Rural.

Existem portanto em resultado da avaliação do estado de saúde da Pac mais verbas disponíveis no País às quais devemos também aceder segundo os critérios majorados do nosso peso específico e de condição ultra periférica, para reforçar a nossa capacidade competitiva para 2015.

Acresce a tudo isto, a criação, como ontem foi anunciado pelo Senhor Presidente do Governo, de um Programa Específico para acentuar a preparação do sector leiteiro para viver num quadro sem limitações produtivas no espaço Europeu.

Também como resultado obtido em resultado desta avaliação da Pac, o prémio aos produtos lácteos passará a integrar a partir de 2010 o Poseima, tornando-se num importante apoio de 3,5 cêntimos por litro de leite (sete escudos), num total de mais de 18 milhões de euros anuais, que continuaremos a usufruir num quadro de fim de subsídios à produção no âmbito da Política Agrícola Comum. E esta podemos considerar uma decisão muito favorável e solicitada por nós.

Fomos igualmente contemplados com discriminação positiva na atribuição de 23 mil toneladas de quota de um total da 38 mil atribuídas a Portugal.

Outra decisão que desejávamos e que Portugal garantiu conjuntamente com outros dois E.M. foi a continuação do apoio aos produtores agrícola de pequena dimensão.

Por outro lado, mantém-se também o regime de intervenção para a manteiga e o leite em pó, embora com regras de concurso. É um mecanismo fundamental à regulação do mercado, como neste momento de excedentes já se pode verificar inclusive com a antecipação da sua abertura regular de 1 de Março já para o próximo dia 1 de Janeiro.

Mantemo-nos igualmente como desejávamos fora dos regimes de pagamento único e do regime de modelação.

Devemos todavia insistir na obtenção de apoios específicos no âmbito das Regiões Ultra Periféricas, que complementem as possibilidades já obtidas em resultado desta avaliação da Pac.

Em resumo não tendo tido a força suficiente para contrariar a onda hegemónica a favor do final das quotas leiteiras, obtivemos nesse quadro um conjunto de outras condições que pretendíamos assegurar mantendo a possibilidade de continuar a lutar por apoios comunitários discricionários no âmbito das RUP, que complementem o quadro já obtido em resultado do “Health Check” da Pac.

Esta forma séria e frontal de lidar com as dificuldades, nalguns casos ficando aquém dos resultados mais desejáveis, mas persistindo com a determinação de os conseguir é a nossa forma de agir. E os agricultores dos Açores apreciam-na e reconhecem-na.

Foi assim que conseguimos a devolução das multas, foi assim que já tínhamos conseguido anteriormente livrarmo-nos delas, foi assim com os impostos sobre o rendimento dos agricultores, foi assim na quota que temos trazido para a Região, foi assim também nas negociações dos Programas Comunitários que beneficiam os nossos agricultores. Em todos estes casos, com muita luta e determinação conseguimos, mesmo que em muitas destas situações o ruído agourento tenha sido a única contribuição que de alguns recebemos. E isso os agricultores não apreciam. É por isso que tem sido sempre connosco que os agricultores têm escolhido trabalhar desde que, em conjunto, começamos este grande projecto de retirar a agricultura açoriana do atoleiro que se encontrava em 1996.

Deputado Luís Garcia (PSD): Outra vez?

O Orador: Porque os agricultores sabem que com eles nos empenharemos trabalharemos sempre no trabalho pelas melhores soluções para as suas explorações e para as suas famílias na conquista de um futuro sempre melhor para todos.

Por aqui continuaremos a insistir nas melhores soluções para a agricultura, para os agricultores e para os Açores.

Disse.

Vozes das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Creio não haver pedidos de esclarecimento. Assim sendo, dou a palavra, também para uma intervenção, ao Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Produção de alimentos, produção de energia, fixação de pessoas, turismo, valor paisagístico, protecção da natureza, conservação da biodiversidade, cultura, gastronomia, segurança, qualidade e nutrição alimentar, combate às alterações climáticas, inovação científica, ordenamento do território, património e arquitectura. A esta multitude de funções chamamos hoje Agricultura.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É panóplia agrícola!

O Orador: Uma Agricultura que está no centro dos grandes desafios que enfrenta, actualmente, a humanidade.

Todavia, as medidas apresentadas neste Programa do Governo para 2008 - 2012 para o Desenvolvimento Rural e, em especial, para a Agricultura não permitem enfrentar estes desafios porque estão desabitadas de um rumo estratégico, são pobres em inovação e ferem a matriz familiar e multifuncional da Agricultura Açoriana.

Como podemos acreditar nas palavras deste documento se o anterior falhou nos compromissos e nos resultados utilizando as mesmas palavras qualitativas.

Portanto, é um Programa sem credibilidade, e em alguns casos para pior, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É sempre para pior!

O Orador: ... senão repare-se, por exemplo, numa matéria estruturante para os Açores, como é o emparcelamento e a reestruturação fundiária.

Uma temática que transborda a actividade agrícola sendo transversal às políticas do ordenamento do território.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: No programa de 2004 dizia o Governo em relação ao Emparcelamento: “Dar um maior impulso ao emparcelamento agrícola e à reestruturação fundiária”.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Reformulo, Sr. Secretário!

O Orador: Sobre este tema diz, agora, o Governo: “Apoiar o emparcelamento e a reestruturação fundiária”, isto é, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É diferente!

O Orador: ... não existiu, como todos sabemos, nem vai existir emparcelamento nos Açores. De 2004 para 2008 passou-se de “dar uma maior impulso” para “apoiar”. Até as próprias palavras desmaiam.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em 2004 afirmava o Governo que iria reforçar as condições para o rejuvenescimento, coisa que não veio a acontecer. Bom, pelo menos para os próximos quatro anos o Governo é verdadeiro sobre as suas intenções, ou seja, nem fala sobre o assunto.

O rejuvenescimento está na base do combate ao despovoamento de sete Ilhas dos Açores. Sem Jovens Agricultores e sem Agriculturas não se pode contrariar o despovoamento destes territórios nem se podem desenvolver outras fileiras económicas.

Não entendo como se apregoa a especificidade como bandeira no exterior da Região e não se aplica cá dentro.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Relativamente aos recursos hídricos, volta o Governo a referir a mesma frase de 2004: “Reforçar o investimento ao nível de abastecimento de água”. **Só isto!** Não sabe o Governo que a escassez de água é, no momento, em algumas Ilhas, o maior drama que se vive. Inclusive, nestas Ilhas começa a existir uma competição entre a água para Agro-pecuária e a água para o abastecimento humano.

Existe um deficit de estruturas hidroagrícolas de captação e armazenamento de água nos Açores. De que interessa construir redes de fornecimento de água se os canos depois ficam vazios.

Os Senhores esqueceram-se de prever a evolução das necessidades de consumo de água das Explorações Agro-pecuárias.

“Instalar e apoiar o funcionamento do Centro de Leite e Lacticínios”. Começava assim a grande bandeira para a legislatura passada. Não foi cumprida e para 2008 – 2012 este Centro desintegrou-se num conjunto de acções dispersas e descoordenadas. Onde pára esta intenção?

Um Centro que iria, também, possibilitar um melhor diálogo sobre o preço do leite.

A este propósito, o Governo Regional antes das eleições propagava “não mexam no preço do leite aos Produtores, subam o leite”. Mas, esta era a parte do discurso que sabíamos, o restante discurso - o dos bastidores, o escondido - referia que após as eleições os Industriais já podiam descer o preço do litro de leite, como vai ocorrer na Graciosa e na Ilha Terceira.

Deputado Luís Garcia (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É deste modo que o Governo defende os interesses dos Açorianos. Esta é mais uma prova que o Governo não governa para as pessoas mas sim para formas de manter o poder.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Aliás, o mesmo aconteceu com os apoios comunitários. No dia 17 de Outubro foram pagos parte desses apoios comunitários, quando o ano passado não era possível pagar em Outubro essa parte desses apoios. Coincidência das coincidências!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Isso é mentira, Sr. Deputado.

O Orador: Entenda o Governo que o preço do leite não diz respeito só aos Agricultores, diz respeito a todos nós Açorianos, porque a produção de leite possui um efeito multiplicativo e um “efeito dominó” na economia Regional.

Como pode o Governo falar em sustentabilidade e depois não garantir a viabilidade e a durabilidade dos rendimentos dos Agricultores. A vossa sustentabilidade é teórica, aliás, onde estão os apregoados “estabilizadores de rendimento” dos produtores.

Os Produtores de leite também são Açorianos com todos os seus compromissos financeiros. Repare-se que numa quota leiteira de 150 000 litros (quota média de uma exploração Agro-pecuária)...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não é, Sr. Deputado, é maior. É muito mais do que isso!

O Orador: ... isto significa menos 6 750 euros por ano. Digam a qualquer trabalhador público ou privado que sofrerá uma redução neste montante no seu salário.

A tudo isso soma-se a derrota de Portugal no acordo sobre o “Exame de Saúde da PAC”. O Ministro da Agricultura permitiu o fim das quotas leiteiras e vendeu a especificidade da nossa produção de leite.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem! E vendeu barato!

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor sabe que é mentira.

O Orador: Já que falamos do exterior é fundamental não voltar a perder, agora, nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Interessa saber da posição de Portugal nestas negociações. A tendência de liberalização acentua-se num evidente desequilíbrio eco-agrícola e sócio-comercial entre os Países.

À crise da produção de carne de bovino junta-se a crise na produção de leite. Se quisermos, o suporte da Agricultura nos Açores está em crise.

Mais:

O Programa 2008 – 2012, de igual modo que o anterior, não possibilita aos Agricultores perceberem a formação dos preços daquilo que compram e daquilo que vendem.

Os Senhores, mais uma vez, deixam os preços aos Produtores mas, principalmente, aos consumidores sem referências, sem indicadores e não instalam nenhuma acção de previsibilidade do comportamento dos mercados.

Os Senhores ainda não entenderam que, hoje em dia, em Agricultura ter a capacidade de antever a evolução dos mercados é tão importante como ter factores de produção baratos.

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não ter esta capacidade é tentar fazer uma corrida pela competitividade onde á partida estamos “coxos”.

Nem uma única palavra sobre Vulgarização Rural, talvez com medo de voltarem a falhar, quando se torna urgente uma aposta consistente na transmissão dos conhecimentos de proximidade num misto de participação da Universidade dos Açores, das Organizações de Produtores e da Tutela.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Fala como uma candeia!

O Orador: Esperávamos que este Programa fosse empreendedor de mudanças usando a agro-inovação como trampolim na potencialização de uma perfeita aproximação entre a investigação científica e quem produz bens alimentares.

Não se percebe perante o conhecimento científico que detém a Universidade dos Açores, a razão de não se fazer uma Agricultura com melhor rendimento nos Açores. Alguém aqui está a falhar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Está identificado!

O Orador: O silêncio identifica!

É notória a falta de um eixo próprio, de politica Regional que aborde o Meio Rural. Percebemos que este poderá continuar a ser um espaço neutro, sem escala, sem

interesse, pois o Governo aplica a mesma receita para todas as Ilhas, quando todas as Ilhas estão cada vez mais desiguais.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A Ruralidade e a Agricultura são conceitos modernos que estão à nossa frente e não atrás de nós. São os grandes trunfos dos Açores. Só o Governo ainda não compreendeu e por isso ausentou a Agricultura, no seu todo, das áreas que fazem parte daquilo que designou de “novo ciclo de desenvolvimento regional”.

A Agricultura é importante no presente e dela depende o futuro dos Açores.

Mas, ao ler o vosso programa também aprendi, encontrei, por exemplo, novos conceitos como o da diversificação agrícola onde fiquei a saber que diversificação não é mais do que os Agricultores passarem a produzir aquilo que não estão habituados a produzir.

Os Senhores impedem a versatilidade produtiva nas tradicionais fileiras, na certeza que esta está na base do pluri-rendimento agrícola.

Mas, igualmente, se questiona se é este o programa que permite combater os efeitos das alterações climáticas nos Açores ao nível do sistemas produtivos agrícolas, dado que as pastagens das zonas de baixa altitude quase só produzem durante seis meses, com todos os custos inerentes à sua renovação. Novos custos que os Senhores não querem referir.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nada de novo. Assim não. Façam outro Programa.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos está inscrito o Sr. Deputado Luís Paulo Alves e o Sr. Secretário da Agricultura e Florestas.

Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Paulo Alves para pedir esclarecimentos.

(*) **Deputado Luís Paulo Alves (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Ventura trouxe-nos, como já vem sendo habitual, uma intervenção que de início constituía uma novidade, mas a que, devido à repetição dos seus conceitos, já nos habituou.

Deputado António Ventura (PSD): São palavras para aquilo que os senhores não fazem. Quando fizerem eu mudo.

O Orador: Exactamente.

Porque torna muito fácil o contraditório, passemos de facto às questões levantadas.

Emparcelamento: o emparcelamento tem evoluído naturalmente nos Açores e hoje temos áreas agrícolas com 40% mais de dimensão. Hoje temos 40% menos de número de blocos de parcelas.

Deputado António Ventura (PSD): Isso é benéfico?

O Orador: Evidentemente que é benéfico, porque a estrutura das organizações é um dos principais desafios que nós enfrentamos para a competitividade da agricultura.

Depois nós assistimos, em função disso, ao aumento médio de produção por exploração, que duplicou na última década, e isto conferiu um nível digno de competitividade às nossas fileiras e que contraria exactamente, com grande veemência, as afirmações que ali fez. A realidade vai-se encarregando de desmentir e de desactualizar o seu discurso, Sr. Deputado.

Depois o Sr. Deputado falou no preço do litro de leite: é interessante, porque não tem havido mais do que manifestações de preocupação. Nesse sentido têm sido imensas e nós gostaríamos, apesar disto tudo, de perceber que o preço do litro de leite que se pagava há uma década atrás...

Deputado António Ventura (PSD): Outra vez?

O Orador: ... era de 47 escudos e 96 centavos, porque era pago em escudos, é equivalente hoje por preço de litro de leite, uma exploração com frio que não existia nessa altura, porque a agricultura atravessava momentos em que não era possível existir, ...

Deputado António Ventura (PSD): Não havia electricidade!

O Orador: ... recebe hoje mais 64% no preço do litro de leite do que recebia e se deflacionarmos isso pelo deflacionador que são 36% para este ano, teremos um rendimento real acrescido de 28%. Isto é analisar as questões fora das situações conjunturais na larga dinâmica estrutural que os períodos de análise devem ter.

Nós não podemos fazer análises como quem come amendoins, indicador a indicador, momento a momento. Nós precisamos de consolidar períodos temporais para perceber as evoluções estruturais e, portanto, neste sentido, é claro que, do ponto de vista da sua actividade nas suas explorações, os produtores hoje retiram muito mais rendimento do que retiravam no passado...

Deputado António Ventura (PSD): Eles podem fazer uma actividade virada para o futuro, mas vão ser sempre uns coitadinhos.

O Orador: ... e isso é uma condição fundamental para atrair jovens à agricultura, porque a atractibilidade começa pela rentabilidade e por falar nisso não é por acaso que nós temos na nossa Região cerca de 3 ou 4 vezes mais de indicadores de índice de juventude do que nas outras fileiras no Continente e estamos aos níveis europeus. É por isso que nós também apoiamos mais as primeiras instalações de jovens agricultores ...

Deputado António Ventura (PSD): Acho que agora vai haver menos.

O Orador: ... e é por isso que continuamos preocupados em criar condições atractivas para que nas ilhas que o Sr. Deputado referiu mais gente venha para a actividade agrícola como saída profissional de futuro.

Deputado António Ventura (PSD): Onde é que eles estão?

O Orador: É necessário afastar a parte da conjuntura da parte da estrutura. Estruturalmente o mundo vai precisar de muita produção agrícola, porque o mundo vai ter muita gente para alimentar. Conjunturalmente o mundo vive um período difícil de excedentes alimentares que se fazem repercutir nas nossas fileiras nos Açores com os constrangimentos...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

... dos preços do leite e dos preços das nossas produções neste momento, mas também isso nós aqui analisámos e também para isso nós preparamos medidas para dar resposta.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria referir apenas alguns dados inequívocos que contrariam totalmente as afirmações gratuitas do Sr. Deputado António Ventura sobre reestruturação fundiária e emparcelamento.

Em resultado da confluência de várias apostas feitas no sector e do investimento dos próprios produtores, hoje nós temos uma área média por exploração 66,6% maior àquela que era há 10 anos.

Deputado António Ventura (PSD): No Faial!

O Orador: Relativamente ao rejuvenescimento nós hoje temos no sector mais de 27% de jovens agricultores. É um número 3 vezes maior do que o do Continente, ...

Deputado António Ventura (PSD): Esses são obrigados a lá estar. Outros procuram outras oportunidades.

O Orador: ... 6 vezes maior do que o da Madeira.

Em relação ao abastecimento de água, nós hoje temos mais de duas mil explorações com abastecimento de água. Não lhe posso dar a percentagem que isso representa, porque antes não havia nenhuma exploração com abastecimento de água. Nós triplicámos a capacidade de armazenagem de água para os senhores agricultores.

Deputado António Ventura (PSD): Antes de 96 as vacas não bebiam água!

O Orador: Relativamente à vulgarização, uma palavra e um argumento que o Sr. Deputado nesta sua acepção de ruralidade da agricultura, que ainda não percebi como é que se pode pôr aqui ruralidade agrícola, vou dar-lhe dois exemplos muito significativos e também muito simples que qualquer um de nós vai perceber:

Como é que teria sido possível aumentar e melhorar muito o estatuto sanitário do efectivo pecuário da Região? Porque hoje nomeadamente na brucelose, que é do seu tempo, se senhor bem se lembra, ...

Deputado António Ventura (PSD): No meu tempo não havia brucelose.

O Orador: ... está a níveis reduzidíssimos, porque foi feito um esforço técnico, um esforço de investimento e uma vulgarização junto dos produtores. Isso não teria sido alcançado se não fosse a vulgarização, que o senhor não quer reconhecer.

Ouçá outra coisa, Sr. Deputado.

Deputado António Ventura (PSD): Estou ouvindo.

O Orador: Em consequência do bellissimo estatuto sanitário que vamos ganhando, como é que pode explicar também, se não houvesse vulgarização, a melhoria genética que tem acontecido nos nossos rebanhos e nos nossos efectivos pecuários, melhoria genética que é feita com técnicos no terreno e que, felizmente, tem sido feita e tem sido assumida por muitas organizações de produtores, numa aposta clara de que confiam no futuro da agricultura?

Deputado António Ventura (PSD): Quais?

O Orador: Vou até dizer-lhe mais:

Em consequência desses esforços sobre vulgarização agrícola, nós temos hoje não uma nova oportunidade, mas nova realidade nas nossas explorações pecuárias, nomeadamente o leite, e hoje conseguimos inverter a tendência que antigamente existia de importar animais do estrangeiro geneticamente evoluídos e hoje já somos nós a exportar animais geneticamente evoluídos para o Continente Português.

Muito obrigado.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques)

Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Quantos é que exportam?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura para esclarecimentos.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que vamos ter oportunidade de falar sobre essas temáticas uma a uma.

Todavia, embora o tempo escasseie, tenho que prestar também alguns esclarecimentos, porque, desde logo, há aqui uma visão diferente entre o PS e o PSD.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Pois há! Ainda bem que existe.

O Orador: Eu toda a Europa reduz-se o número de explorações e aumenta-se a área média por exploração, porque este é o caminho natural para que criar grandeza parcelar e combater alguns déficits.

O senhor acha benéfico reduzir o número de agricultores em sete ilhas dos Açores e em alguns concelhos das outras duas ilhas? Isto não significa menos ruralidade? Isto não significa menos gente?

Cada litro de leite ou cada quilo de carne produzido nestas ilhas tem um efeito multiplicativo sobre a economia dessas ilhas. Sem agricultores nessas ilhas não se cria empresas de segundo ou terceiro patamar, não há rejuvenescimento agrícola, não há atractividade nesses territórios e, portanto, o caminho é o contrário daquele que aqueles senhores apregoam como bandeira. Esta é a nossa diferença.

Os senhores têm uma visão que não se adequa à Região. Os senhores estão a matar e a despovoar sete ilhas dos Açores, porque estão a ir de encontro àquilo que é a tendência da Europa. Estão a fazer precisamente ao contrário.

Em relação à vulgarização rural, não fui eu que disse, como bandeira, em 2004, a criação de grupos de gestão, o encontro de agricultores por freguesias, aliás, apareceu nos Planos de 2005 e 2006 e desapareceu no Plano de 2007.

Nós estamos a falar duma vulgarização que resulta aqui de um misto entre o conhecimento científico armazenado, sendo o grande armazém o Departamento de Ciências Agrárias, a tutela e as próprias organizações de produtores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Aquilo não é vulgarização.

O Orador: Cada um faz um pouco de tudo e ninguém faz nada. É essa a aposta que os senhores não fizeram nem estão a fazer.

Os senhores continuam a trazer os agricultores a quatro salas contra a sua vontade.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Isso é formação..

O Orador: Formação e vulgarização rural tem tudo a ver com a mesma situação. Isso significa que os senhores ainda continuam numa aposta do passado.

Intercâmbio entre regiões não existe e é fundamental que isso exista.

Portanto, continua aqui a haver uma visão que nos separa de vós.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor anda distraído.

O Orador: Em relação ao preço do litro de leite, na última assembleia de delegados da UNICOL, foi o próprio presidente da UNICOL que disse que o preço do litro de leite não desceu mais cedo, porque o Secretário pediu para não descer antes das eleições. Confirma ou desmente essa situação?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Claro que desminto.

O Orador: É por isso que eu digo que o senhor tem influência no preço do litro de leite, a partir do momento em diz que o leite tem que subir e também quando desce deixa de estar numa posição só de mediador e passa a estar numa posição negocial. Aliás, o Governo não se pode ausentar devido ao impacto do leite na economia regional.

O Centro de Leite e Lacticínios era dado como uma grande bandeira para encontrar o melhor diálogo, através de estudos, através de investigação científica, porque o que se pede aos produtores e aos industriais é que tenham na mão dados e os industriais têm esses dados e os produtores não. Isso é um combate desigual para uma negociação sobre o preço do litro de leite e os senhores influenciaram essa negociação quando disseram que o litro de leite há-de descer depois das eleições. Isso são formas de manter o poder. Está a dizer que é mentira que não pediu para descer o preço do litro de leite depois das eleições?

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Pois claro!

O Orador: Eu vou provar-lhe em Janeiro como isso é verdade.

Relativamente às quotas, o Projecto de Resolução aprovado nesta casa, apresentado por nós e participado pelo PS, tinha duas grandes funções, a manutenção do sistema de quotas leiteiras e apoios específicos para a Região.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): O senhor só inventa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que coincidência!

O Orador: O Ministro da Agricultura foi o primeiro a não querer fazer parte duma minoria de bloqueio ...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Leia, Sr. Deputado!

O Orador: ... da qual fazia parte a Alemanha, a França e a Áustria, que impedia o desmantelamento do sistema de quotas leiteiras e o que fez ruir esta minoria de bloqueio foi o Ministro da Agricultura.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse.

O Orador: Portanto, ele é que não quis que o sistema de quotas acabasse.

A segunda grande perda foi o facto de nós estarmos dependentes de um bolo financeiro e não ser reconhecida a nossa especificidade. Aliás, o Ministro da República nunca reconheceu como sector estratégico, no quadro de referência nacional, a produção de leite e os Açores saíram fragilizados em relação a isto e bastante penalizados.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a quem hoje de forma muito especial saúdo nesta minha primeira intervenção de legislatura, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Cabe-me aqui apresentar parte do Programa do Governo na área de competência da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, embora a parte específica em relação à área das pescas seja seguidamente apresentada pelo Sr. Subsecretário Regional das Pescas, que tem essa responsabilidade específica.

Nas duas outras áreas de intervenção desta Secretaria, na área do ambiente propriamente dito e na área da energia, são os seguintes os pilares fundamentais do Programa do Governo:

Na área do ambiente temos como pilar fundamental a conservação da natureza e da biodiversidade e esta é uma área que, para além de envolver, no que diz respeito às espécies, à presença de infestantes e à necessidade de manter a biodiversidade dos nossos biótipos, também tem a ver com a preservação da paisagem e tem a ver com um aspecto também fundamental que é outro dos pilares, que é a questão do ordenamento do nosso território.

As outras áreas fundamentais têm a ver com os recursos hídricos, com a gestão dos resíduos e com a educação ambiental.

Passando a cada uma destas áreas em si, na área da conservação da natureza e da biodiversidade nós temos como um dos eixos fundamentais a revisão da legislação que enquadra a Reserva Ecológica Regional, a questão da luta contra as infestantes e a introdução de organismos exóticos com potencial para se transformarem em pragas ou que possam pôr em causa a biodiversidade dos nossos ecossistemas, as questões da conservação da natureza, protegendo os biótipos correspondentes a habitat das espécies endémicas, de espécies que são objecto de protecção internacional ou de espécies que, não se incluindo em qualquer uma destas duas categorias, nos Açores estão ameaçadas, não esquecendo que recentemente foi publicada uma obra contendo uma listagem das 100 espécies mais ameaçadas.

Essas 100 espécies merecem e terão uma atenção muito especial, quer na conservação enquanto espécies, quer em termos da conservação dos ecossistemas em que elas se inserem.

Uma outra área também extremamente importante neste eixo tem a ver com a adaptação da legislação nacional e das directivas comunitárias e convenções a que os Açores estão obrigados nesta matéria à nossa realidade específica e à sua introdução no direito regional.

É uma área em que terá que ser feito um grande esforço, um esforço de adequar todo o regime de protecção que está montado a nível internacional, nacional e comunitário à realidade açoriana, incluindo-se também aqui a revisão e a adaptação à realidade

regional das questões relacionadas com o impacto ambiental, com a obrigatoriedade de declaração de impacto ambiental de determinados projectos e depois em toda a questão da gestão dessas declarações de impacto ambiental e do seu acompanhamento durante as intervenções e após o termo dessas.

Na área do ordenamento do território em que já foi feito um enorme esforço no sentido de serem aprovados os planos para as diversas áreas de actuação e para as diversas partes do território da Região, a grande prioridade vai para concluir esse processo através da aprovação do PROTA.

O PROTA está neste momento pronto para ser presente a esta Assembleia. Já terminou o período de discussão pública e será aqui trazido em breve tempo.

Em relação à conclusão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, de que faltam apenas duas ilhas, também se encontram em estado muito avançado de ultimateção.

Terminado esse período e esse trabalho, que foi um trabalho enorme de colocação em vigor dos diversos instrumentos de planeamento, há agora que intervir no território e essa intervenção tem duas áreas prioritárias, uma tem a ver com as Bacias Hidrográficas das Lagoas, particularmente as Lagoas da Ilha de S. Miguel, mas não só, em que há que ter uma actuação sobre as bacias para que se possa resolver o problema das massas de água, porque só actuando na bacia teremos soluções para as questões de eutrofização e para as questões de assorimento das massas de água lacustres.

Uma outra área prioritária é o litoral. Há que intervir sobre o litoral no sentido de preservar zonas que são de grande importância, quer em termos da preservação da biodiversidade, das questões que têm a ver com a nidificação e presença de aves e particularmente com as questões que têm a ver com a manutenção do valor paisagístico dos Açores, já que esse valor é um dos valores essenciais e uma das nossas maiores mais valias, em termos do nosso futuro, do turismo e da qualidade de vida de quem aqui vive.

A outra área de extrema importância é o Ordenamento dos Parques Naturais de Ilha. Os Parques Naturais de Ilha estão neste momento praticamente concluídos, faltando apenas aprovar dois diplomas, e que estão também prontos, relacionados com a sua estruturação na parte terrestre e outro na parte marinha que cria o Parque Marinho

dos Açores, há agora que operacionalizar os instrumentos de Ordenamento do Território para que estes Parques Naturais se transformem em instrumentos operativos de conservação da natureza, conservação da paisagem e particularmente de valorização dos nossos ecossistemas.

Uma outra área extremamente importante e emergente é a necessidade de internalizarmos nos nossos instrumentos de planeamento, quer na área económica, quer na área urbanística, as questões emergentes resultantes das mudanças climáticas globais, da sua interacção com os oceanos e neste caso com o Oceano Atlântico e as questões relacionadas com o risco geológico que devem ser trazidas para o âmbito do ordenamento do território e para o âmbito do urbanismo. São estes os objectivos estruturantes na área do ordenamento do território.

Passando à área dos recursos hídricos, os grandes objectivos, e aliás hoje no debate que precedeu este sobre a agricultura, já foram aqui bastas vezes trazidos à colação. As questões relacionadas com a disponibilidade de água, são garantir uma disponibilidade sustentada da água para os diversos usos, para o uso humano, o uso agrícola e para outros usos, incluindo para usos energéticos. A questão da gestão dos recursos hídricos é uma das questões essenciais e centrais do nosso Programa de Governo.

Este desafio e esta questão tem duas vertentes, a garantia da quantidade de água necessária, e felizmente a natureza foi pródiga connosco e temos essa quantidade nas nossas ilhas, e mais importante a garantia da qualidade dessa água e na garantia da qualidade há uma questão extremamente importante que precisa de ser revista, do ponto de vista legislativo e do pontos de vista do ordenamento do território, que tem a ver com a protecção às nascentes e furos e uma especial atenção à protecção dos aquíferos, com destaque para o aquífero basáltico da maior parte das nossas ilhas que é a nossa maior reserva de água e aquele a que, de forma crescente, no futuro, vamos ter que recorrer.

Portanto, esta questão da protecção da qualidade do aquífero basáltico é uma questão essencial e uma das questões que no Programa do Governo merece uma atenção central.

Tudo isto se enquadra na execução do Plano Regional da Água que já se encontra aprovado e que agora será operacionalizado.

Passando para a questão da gestão dos resíduos, para além da operacionalização do PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) que também já se encontra em vigor, nós temos que resolver a questão dos passivos ambientais ainda existentes em algumas ilhas, incluindo os passivos ocultos. Quando falo em passivos ocultos estou a falar em múltiplas lixeiras e outras acumulações de resíduos que ainda existem nas nossas ilhas e que é preciso agora retomar e remover.

Portanto, há um trabalho muito grande que tem que ser feito na remoção desses passivos ambientais e depois há todo um trabalho que se prende com a regulação do sector de resíduos sólidos e das águas residuais, que neste momento já detém um diploma que foi preparado na anterior legislatura, que será em breve aqui trazido e que tem a ver com a criação duma entidade reguladora para este sector e com a assunção pela Região de responsabilidades que até agora vêm sendo assumidas e asseguradas pela Administração Central.

Esta é uma área extremamente importante para nós podermos garantir, por um lado, que todas as questões relacionadas com a qualidade da água de consumo humano, com a sua disponibilidade e com as questões da recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos e efluentes urbanos e industriais tenham o devido enquadramento.

Nesta área dos resíduos nós temos já um trabalho muito grande feito, um trabalho que permite agora olhar com outro optimismo a gestão dos resíduos e a possibilidade de nós passarmos de um problema, que parecia não ter solução, para uma valorização dos resíduos que nos vai permitir a sua utilização, quer em termos da reciclagem e da recuperação de alguns materiais, quer também na sua recuperação para fins energéticos, o que tem, de facto, grandes mais valias para a Região.

Passando ao último dos pilares na área da educação ambiental, vamos continuar o grande esforço que tem vindo a ser feito nessa matéria, tentando internalizar a componente ambiental na sociedade e na economia, apoiando as escolas e os diversos parceiros que se dedicam à educação para o ambiente e introduzindo novas medidas de regulação ambiental, codificando as matérias que se encontram dispersas, de maneira que a matéria de ambiente esteja presente em todas as áreas de intervenção

do governo e em todas as áreas da economia em que isso é relevante, e é relevante em quase todas as áreas.

Por isso, meus senhores, temos perante nós um programa na área do ambiente, extremamente ambicioso, um programa que está voltado para valorizarmos o nosso património ambiental, voltado para preservarmos esse património para o futuro, mas particularmente voltado para transformar o ambiente numa área central da nossa vida nestas ilhas.

Creio que temos um excelente programa e que temos condições para o executar e para, de facto, internalizarmos a componente ambiental na nossa sociedade e na nossa economia.

No fim de contas, é este o grande objectivo nessa área.

Em relação às questões da área energética, temos dois eixos fundamentais:

O primeiro eixo é a maximização da autonomia energética da Região, aproveitando os enormes recursos energéticos que esta Região tem. Nós, felizmente, desde a energia geotérmica, até à energia das ondas e do oceano, até à energia dos ventos e da água, vivemos num ambiente extremamente rico em energia e precisamos de maximizar a sua utilização.

Queremos colocar os Açores entre as regiões do mundo com participação de energias renováveis, estabelecendo como meta, para daqui a uma década, atingirmos pelo menos 50% na produção global de energia eléctrica e, pelo menos, 40% na produção de energia primária.

São, de facto, metas extremamente ambiciosas, mas metas que, com o *input* e o apoio que vamos receber através da realização do programa Green Islands, do MIT Portugal, nós temos a certeza que daqui por uma década podemos atingir estes valores. São, de facto, metas muito exigentes, mas metas que nós estamos em condições de atingir e temos a aspiração, o desejo e a ambição de o conseguir.

O outro grande eixo tem a ver com a segurança e a qualidade no abastecimento energético e a promoção da utilização racional da energia.

Nós vivemos num território disperso em que a garantia da segurança e da qualidade do abastecimento é essencial. Precisamos de garantir que todas as nossas ilhas têm um abastecimento regular e um abastecimento com qualidade em termos de energia e

precisamos também de garantir que essa energia é utilizada da forma mais eficaz. Daí que tenhamos também que investir muito na utilização racional das energias, na diversificação das fontes energéticas, o que passa também por um grande investimento na educação para a energia.

Precisamos de educar os consumidores, precisamos de melhorar os nossos sistemas de distribuição e de utilização de energia para que eles sejam eficazes e promovam uma realização e uma utilização racional da energia, a partir de todas as fontes energéticas disponíveis.

São estes, na área da energia e na área do ambiente, os objectivos do Programa do X Governo Regional, Programa deveras ambicioso, mas um Programa que eu tenho a certeza que vamos ser capazes de conseguir.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Está aberto um período de inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Cláudio Almeida, as Sras. Deputadas Carla Bretão e Bárbara Chaves e o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Dou por encerradas as inscrições.

Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção vai no seguinte:

De acordo com o ordenamento do território e a protecção da orla costeira, na costa Norte da Ilha de S. Miguel, nomeadamente uma intervenção no litoral de toda aquela costa que vai das Capelas às Calhetas, passando pelos Fenais da Luz e S. Vicente Ferreira, eu gostava de saber se existe algum plano de recuperação desta orla costeira para os próximos anos, porque, como o senhor deve saber, a orla costeira está a degradar-se sucessivamente de ano para ano e as pessoas de toda aquela zona andam preocupadas com isso.

Mais dia menos dia a costa irá cair e seria bom que houvesse um plano de intervenção nessa orla costeira e eu gostava de saber se o Governo Regional e nomeadamente a sua Secretaria Regional tem algum plano para o arranjo e o ordenamento dessa orla costeira da zona da costa Norte do Concelho de Ponta Delgada.

Obrigado.

Presidente: Para solicitar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(* **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, depois de o ouvir naquela tribuna só lhe posso realmente dizer que não temos novidades.

Apercebemo-nos que existem intenções, as mesmas intenções de sempre, com a agravante de que neste momento existem factos concretos que provam isso mesmo, ou seja, praticamente tudo o que tem apresentado continua apenas no papel e sobre este programa parece realmente que nos estava aqui a debitar as mesmas medidas que foram apresentadas no último Programa do Governo.

Sr. Secretário, afinal parece que não terá ido apanhar ar com o ambiente, mas sim tirar o pó a carradas de papel.

Os exemplos são imensos, mas como o tempo não é muito eu vou ter que me cingir a uma área importantíssima, que é um dos pilares fundamentais para o tão desejado desenvolvimento sustentado de que tanto falam.

A vossa acção no terreno, em relação aos recursos hídricos, tem sido praticamente nula e por isso mesmo apresentam de 4 em 4 anos as mesmas coisas, porque não sabem exactamente pô-las em prática.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exactamente!

A Oradora: Prova disso é o drama que se tem vivido em alguns concelhos desta Região, no que se relaciona com o abastecimento de água, não só às populações, como às actividades económicas e mais uma vez vem o Sr. Secretário dizer que esta é uma questão central do vosso Programa de Governo. Já há 4 anos o era e em pleno ano 2008 continuamos com problemas no abastecimento de água à população e o

Governo Regional sabe perfeitamente qual é a sua quota parte de responsabilidade nesta situação e tanto sabe que se fechou na sua casca sem dizer nada, sem dar explicações, deixando a população sem qualquer esperança.

Deputado António Ventura (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Há seis meses que em Angra do Heroísmo e mais recentemente, cerca de três meses, na Ribeira Grande a população tem cortes de água inadmissíveis, em períodos que nem sequer há palavras para descrever, 24 horas duas vezes por semana, o que representa 48 horas de cortes no abastecimento de água à população.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Estamos na Assembleia Municipal?

A Oradora: Sr. Secretário, já no último Programa do Governo se referia que era necessário prever a remodelação dos sistemas de gestão e distribuição que há muito se encontram desajustados e nesse sentido diziam que o Plano Regional da Água seria a resposta a tudo isso, ou seja, que o Plano Regional da Água seria o instrumento inovador para a correcta gestão deste recurso.

Também afirmavam que vinha dar seguimento a tudo o que era pedido pela directiva quadro da água. Ora, assim não foi, porque o Plano Regional da Água está aprovado desde o ano 2003 e neste momento, passados 5 anos, temos problemas no abastecimento de água às populações.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sra. Deputada, que confusão vai nessa cabeça!

A Oradora: Sr. Secretário, passados que são tantos anos prova-se que realmente tudo não passou de boas intenções e de boas intenções está o inferno cheio.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Por isso mesmo terei que concordar e quero aqui dizer que o Sr. Presidente do Governo quando no ano de 2003 dizia e cito: "... que uma particularidade muito própria na área do ambiente, é que a ausência de visões e políticas antecipativas promove graves disfunções e problemas que depois, muito dificilmente ou com grande custo, são eventualmente remediadas". Bravo Sr. Presidente! Não podia estar mais de acordo consigo.

No entanto, o que vemos são 12 anos de governação socialista com ausência de visões e de políticas antecipativas. Que o diga a população que até este momento tem estado privada de água nas suas torneiras.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse.

A Oradora: Realmente não restam dúvidas que o programa que agora apresentaram é requentado e é evidente que também houve aqui uma tentativa de branquear as afirmações que têm vindo a fazer ao longo dos anos, quando dizem: "...terminou a fase de estudos". Há muito que disseram que os estudos tinham terminado e que o que era necessário era a implementação. Não quero pensar que não estariam a dizer a verdade.

Presidente: Sra. Deputada, os esclarecimentos têm três minutos. A Mesa já lhe deu tolerância, como tem dado a todos, mas neste momento a Sra. Deputada já vai em cinco. Eu agradecia que concluísse.

A Oradora: Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Aquilo que eu disse à Sra. Deputada Carla Bretão, sobretudo atendendo à hora em que estamos, é válido para todos. Eu agradecia que as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo fizessem um esforço, nesta parte dos pedidos de esclarecimento, no sentido de não ultrapassarem mesmo os três minutos. Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(* **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar o Sr. Presidente da Assembleia e demais Deputados Regionais, recentemente eleitos, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional e elenco governamental, desejando que durante os próximos 4 anos sejam tomadas medidas concretas, correctas, eficazes e eficientes de forma a incrementar-se a qualidade de vida dos açorianos, tal como transparece, de facto, da leitura do Programa do Governo em análise.

No seguimento da intervenção do Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, gostaria de referir que este Grupo Parlamentar considera que o Programa do Governo Regional em discussão para a área do ambiente é bastante consistente e revela, de

facto, a continuidade na boa governação que desde 1996 se tem verificado nesta temática.

Continuidade, sim, porque a sustentabilidade não é algo que aparece de um dia para o outro, a sustentabilidade é, sim, algo que se constrói ao longo dos anos com a concepção, aplicação e consolidação de políticas coerentes, concisas, conducentes à implementação de boas práticas em todas as áreas de intervenção governamental.

Analisando o texto do Programa do Governo em discussão, de entre as temáticas plasmadas no mesmo, em termos ambientais, gostaria de tecer alguns comentários ou considerações.

Uma das medidas constante do Programa do Governo, a que, aliás, o Sr. Secretário já se referiu, e que eu gostava de realçar de um modo especial, é a criação da entidade reguladora da água e resíduos nos Açores.

Esta medida é considerada por este Grupo Parlamentar como determinante para a regulação do sistema, bem como para a correcta gestão da água e resíduos, já que permitirá à Região adequar procedimentos à escala regional e local nestas temáticas, fixar objectivos e obrigações de serviço público e fiscalizar o cumprimento das mesmas, assegurando o acompanhamento e implementação das estratégias regionais.

Em relação à gestão do recurso água, gostaria de referir o seguinte:

A aprovação do Plano Regional da Água veio, de facto, promover e permitir que as questões associadas ao recurso água tivessem uma atenção redobrada e um planeamento estratégico coerente e muito importante ao nível da gestão dos recursos hídricos dos Açores.

Noto que, ao analisar-se o último relatório de acompanhamento do Plano Regional da Água, datado de Dezembro de 2007, verifica-se que o mesmo evidencia que foram desenvolvidos esforços significativos e determinantes por parte das entidades responsáveis pela gestão dos recursos hídricos que conduziram a uma melhor gestão dos recursos hídricos na Região.

Esta evolução leva, assim, à implementação dos objectivos do Plano Regional da Água, situação que, de resto, é bem explícita no Programa do Governo agora em análise.

Nesta temática gostaria apenas de realçar duas das muitas medidas que se considera relevantes na gestão dos recursos hídricos nos Açores:

A criação da administração de Região Hidrográfica dos Açores e a definição e aplicação do regime económico e financeiro da água.

Ao nível do recurso resíduos considera este Grupo Parlamentar que as medidas plasmadas no Programa do Governo sobre esta temática, denotam elevada coerência, rigor e conhecimento sobre o sector.

A gestão dos resíduos é fundamental em qualquer sociedade que se quer desenvolvida e sustentável.

Assim sendo, pretende o Governo Regional apoiar, em especial nas ilhas da Coesão, a implementação das infra-estruturas necessárias à correcta gestão dos resíduos e previstas no Plano Estratégico de Resíduos dos Açores.

Ainda relativamente à mesma temática julgou-se importante realçar o facto do Governo Regional pretender implementar o sistema regional de informação sobre resíduos que trata de uma ferramenta essencial para o desenvolvimento da estratégia e política regional da gestão de resíduos nos Açores.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que terminasse.

A Oradora: Terminei já, Sr. Presidente.

Considera-se que só através de uma plataforma informática é possível otimizar e actualizar, em tempo útil, a recolha, análise e tratamento da informação em matéria de produção e gestão de resíduos.

Sejamos francos.

Nos Açores fala-se hoje muito mais de ambiente do que se falava em 1996. Hoje a sustentabilidade é vista como uma prática corrente e um objectivo alcançável através da implementação de políticas a nível ambiental, económico e social.

Hoje os Açores estão melhor do que estavam há 12 anos atrás. Hoje os Açores são, de facto, nove ilhas com futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(*) **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando corresponder ao seu apelo e também por uma questão de gestão do tempo do Grupo Parlamentar do PSD, vou tentar ser muito breve.

Pedia ao Sr. Secretário que me prestasse aqui dois ou três breves esclarecimentos.

Para quando a revisão do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Ilha do Pico e se vamos ainda assistir a essa revisão durante o decurso do ano de 2009? Esta era uma das questões que lhe queria colocar.

O Sr. Secretário na sua intervenção de tribuna disse que faltavam ainda concluir dois POOCs. Pela leitura do Programa percebe-se que é o Pico e o Faial e enquanto que sobre o do Faial diz que está em fase de conclusão, sobre o do Pico diz que está em curso. Para quando também a conclusão do POOC do Pico, uma vez que as perspectivas das discussões que foram acontecendo relativamente a esta questão na anterior legislatura, perspectivam uma conclusão mais antecipada?

Por fim, diz também aqui na página 41 que estão em fase de elaboração o Plano de Ordenamento das Lagoas do Caiado, do Capitão, do Paul, do Peixinho e da Rosada. Assim sendo, gostaríamos de saber também quando é que poderemos assistir à conclusão destes planos de ordenamento.

E, finalmente, para constatar uma evidência, Sr. Secretário, é que o Pico hoje parece confrontar-se com uma enorme contradição. Se por um lado é a ilha com maior área ambiental protegida, por outro, aparece neste programa sempre relegada para último plano. Gostaria de saber porquê?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em primeiro lugar permita-me que saúde Vossa Excelência no desempenho das suas novas funções e desejo, em meu nome e em nome desta bancada, as maiores felicidades para bem dos Açores e dos açorianos.

Tenho apenas uma pergunta, até porque estamos com falta de *combustível*, e a pergunta é simples: como interpreta e explica Vossa Excelência a candidatura da Ilha das Flores a Reserva da Biosfera numa altura em que subsistem problemas ambientais graves, como as lixeiras a céu aberto, o escandaloso enterro de pneus promovido por uma autarquia e esgotos a desaguar em portos? Será uma forma de pressão sobre as autarquias para fazerem a parte que lhes compete ou é simplesmente pôr o carro à frente dos bois?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo!

Presidente: Para o mesmo fim tem a palavra Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu não posso deixar de referir um caso grave que é um atentado ambiental grave na Região, o caso da Fajã do Calhau, em S. Miguel.

Gostaria que o Sr. Secretário nos esclarecesse como o Governo evitará situações destas no futuro e que medidas tem para, neste caso concreto, apurar responsabilidades das ilegalidades praticadas?

Queria também colocar uma questão relacionada com esta entidade reguladora da água e resíduos dos Açores, que foi referida pela Sra. Deputada Bárbara Chaves. Parece-me que esta entidade vai ser, de facto, muito importante e gostaria de saber que medidas o Sr. Secretário tomará para garantir um necessário bom funcionamento deste organismo, nomeadamente que no respeita à garantia da capacidade técnica, da autonomia administrativa e financeira, porque este organismo vai ter, penso eu, competência no que respeita à qualidade da água para consumo humano, que todos nós iremos beber na Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Vossa Excelência, Sr. Secretário Regional do Ambiente referiu-se genericamente aos recursos hidrográficos dos Açores, mas não o ouvi fazer nenhuma referência específica a duas bacias hidrográficas da maior importância para os Açores como são a Lagoa das Furnas e a Lagoa das Sete Cidades.

Curiosamente o Programa do Governo diz que foi criada uma empresa pública, a SPRAçores para implementar os Planos de Lagoa e na página 41 diz e cito: “A empresa continuará a sua acção, para que a tarefa de recuperar as lagoas dos Açores termine com a maior brevidade possível.”

Esta é a visão do Governo sobre a sua actuação nas Lagoas das Furnas e Sete Cidades, mas o que é verdade é que, ou estamos todos muito cegos ou, de facto, não vemos a resolução dos graves problemas ambientais nas Lagoas das Sete Cidades e das Furnas. O que continuamos a ver são os mesmos problemas ambientais que ao longo dos anos foram alvo de estudos, de novos estudos, de promessas de intervenção e o que é verdade é que quando passamos pelas lagoas o que observamos é a sua eutrofização crescente, sem que o problema seja resolvido.

Gostaria de perguntar concretamente ao Sr. Secretário Regional do Ambiente o que é que este Governo, de continuidade, vai fazer sobre esta matéria ou vai ficar tudo na mesma?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para prestar esclarecimentos. Obviamente não lhe vou dar três minutos, porque ele terá que prestar esclarecimentos a seis intervenções, cada uma de três minutos, mas confio na capacidade de síntese do Sr. Secretário para não precisar de 18 minutos.

Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu agradeço a tolerância do Sr. Presidente, porque, de facto, é difícil responder em três minutos a tantas questões e tão diversificadas.

Porque há uma questão que percorre várias das intervenções, eu começaria por dizer-vos que todos os prazos obviamente têm a ver com a legislatura. Eu não me quero estar aqui a comprometer com nenhum plano ou nenhuma questão em particular, porque o nosso horizonte e o nosso compromisso são esta legislatura.

Obviamente não demoraremos nada mais do que aquilo que seja estritamente necessário para que possa ser feito com a qualidade e com o sucesso que queremos que a nossa intervenção tenha.

Creio que isto responde às várias questões de prazo que aqui apareceram.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida, quero dizer-lhe que o POOC da costa Norte de S. Miguel está em vigor, prevê um conjunto de intervenções, intervenções essas que serão realizadas à medida que se mostrarem prioritárias e à medida que estiverem devidamente preparadas.

Portanto, os POOCs como qualquer outro plano são planos orientadores, visam o médio e o longo prazo e a sua execução será feita de acordo com as prioridades que em cada momento forem sendo determinadas.

É uma matéria que não está esquecida e obviamente que as zonas habitadas, ou seja, aqueles troços de costa em que existem casas que podem colocar em risco a vida e os bens das pessoas, terão prioridade sobre outros.

Em relação às questões que a Sra. Deputada Carla Bretão aqui trouxe, uma parte tem a ver com intenções e com uma discussão de intenções que eu não quero para aqui trazer e nem sequer quero comentar, porque obviamente não é essa a maneira como eu encaro a tarefa que tenho pela frente, nem é essa a maneira como o Governo encara as suas funções.

Eu não falarei sobre isso, apenas lhe direi, em relação à questão dos recursos hídricos e ao Plano Regional da Água, que o Plano Regional da Água está em vigor, é um plano feito por gente que sabe da água, é um plano que tem um conjunto muito importante de medidas e é um plano que faz uma distinção muito clara entre dois níveis de actuação, o nível regulador e de protecção e da locação de recursos que cabe ao Governo Regional e que o Governo tem vindo a exercer como deve e

continua a exercer, e o nível de investimento e de serviço que cabe a outras entidades, que também estão fazendo o seu esforço.

Também lhe quero dizer, Sra. Deputada, falta de água nestas ilhas não é um fenómeno novo, é um fenómeno muito antigo, aliás, determinou o povoamento de boa parte delas.

Esta é uma questão que, felizmente, nós conseguimos ultrapassar e ultrapassar em muito o nosso percurso histórico. Hoje acontece apenas ocasionalmente. Eu ainda sou do tempo em que acontecia todos os anos, sou do tempo em que na minha freguesia se punha o pote à espera da vez.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu já não sou dessa década!

O Orador: Portanto, Sra. Deputada, seria bom que pensasse melhor quando fala e era bom também que a Sra. Deputada percebesse que os consumos de água nos Açores multiplicaram por mais de 100 ao longo das últimas décadas. Leia o Plano Regional da Água e perceberá isso.

Deputada Carla Bretão (PSD): Já o li todo.

O Orador: Leia o Plano Regional da Água e também perceberá que há um conjunto de pistas muito importantes e um conjunto de soluções que serão postas em operacionalização ao longo do tempo, como outras e muitas já foram. Nós já realizámos muito nesta matéria e continuaremos a fazê-lo. Há um trabalho feito e um trabalho sério que está feito e, portanto, nós não estamos aqui a discutir questões de que fez ou não fez, estamos a falar de um assunto central, de um assunto difícil e complicado que existe. Foram feitos grandes investimentos por parte de todas as entidades envolvidas e continuarão a fazer-se e eu espero que seja possível tornar cada vez menos frequentes acontecimentos como aqueles que aconteceram este ano em alguns concelhos.

Obviamente que roturas no abastecimento de água continuarão sempre a acontecer porque fazem parte dos ciclos da natureza e fazem parte da estrutura e da forma como nós lidamos com a própria natureza.

Portanto, Sra. Deputada, vamos continuar a trabalhar e vamos continuar a resolver as questões, mas cada um no seu nível.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Jaime Jorge sobre a revisão do Plano de Ordenamento, ela será feita em conjunto com o ordenamento de todo o Parque Natural de Ilha. É uma questão urgente e será feita, obviamente, ao longo da legislatura.

O Pico não está relegado para segundo plano, pelo contrário, o Pico tem, em matéria de conservação da natureza, o maior potencial de todas as ilhas dos Açores e é uma ilha que é central nessa matéria e continuará a sê-lo.

Deputado Jaime Jorge (PSD): É o último a ter o POOC!

O Orador: Essa questão de ser o último ou ser o primeiro, Sr. Deputado...

Deputado Jaime Jorge (PSD): Só na casa do senhor é que os últimos são os primeiros.

O Orador: Não é só na casa do senhor, isso também tem a ver com a dimensão e com a complexidade e a verdade é que, no Pico, esta matéria assume uma particular importância, que mereceu e merece um particular cuidado, o que faz com que não seja a mesma coisa.

Fazer um POOC ou um Plano de Ordenamento para um ilha com a dimensão do Pico ou para uma ilha com um território bem mais pequeno e com menor complexidade, são essas as razões que determinam esta situação e não a melhor ou pior vontade em relação a qualquer uma das ilhas.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, gostava de lhe dizer que a candidatura das Flores a Reserva da Biosfera deve-se a um conjunto de valores que o território das Flores encerra, que são autênticos tesouros que merecem ser preservados.

Portanto, essa candidatura tem a ver com o valor intrínseco do território, dos biótipos e das espécies lá presentes, que é um valor que merece realce e mereceu a candidatura.

Quanto aos passivos ambientais existentes, obviamente que, numa ilha com aquele enquadramento natural, a resolução destes problemas terá com certeza prioridade, porque são passivos ambientais que precisam de ser resolvidos.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Pedro Gomes sobre as Lagoa das Furnas e das Sete Cidades, creio que dali da tribuna referi as lagoas como uma

questão central e quando falava em lagoas, obviamente falava nas maiores lagoas da Região, não podia estar a falar da Lagoa das Patas na Terceira, embora goste muito dela.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Nunca se sabe, Sr. Secretário.

O Orador: Sr. Deputado, essas lagoas são, de facto, centrais no que diz respeito à política de gestão dos recursos hídricos e da qualidade da água.

O trabalho que está a ser feito é um trabalho que neste momento, particularmente no caso das Furnas, já tem uma dimensão muito grande, onde já há mais de um milhão de árvores a serem plantadas na bacia. Há um trabalho muito grande que está e continua a ser feito, um trabalho que está enquadrado dentro da execução dos planos de bacia que são, como o Sr. Deputado bem sabe, planos a médio e a longo prazo e nós quando lidamos com questões como esta das lagoas, estamos a lidar com questões de médio prazo.

É uma área de intervenção prioritária, é uma área que continuará a merecer do governo, utilizando todas as ferramentas que o governo tem à sua disposição, toda a acção para que os problemas se resolvam.

Portanto, não é uma questão duma empresa pública, é uma questão de governação, é uma questão de boa gestão dos recursos que o Governo dispõe e é isso que continuará a ser feito.

Sr. Deputado José Cascalho, em relação à questão da Fajã do Calhau o que aconteceu foi a abertura de um caminho e o Sr. Deputado conhece a situação.

Foram tomadas as medidas necessárias a serem tomadas de reposição da situação ambiental e esse trabalho vai continuar a ser feito.

Também gostaria de esclarecer, desde já, que não houve, nem há, porque isso esteve sempre presente no vosso discurso, qualquer intenção de especulação imobiliária ou outra, há, sim, o acesso a uma Fajã que tem valor agrícola e esse acesso era necessário ser feito.

Qualquer abertura de acessos em Fajãs ou em zonas de taludes instáveis tem, por vezes, consequências que estão para além daquilo que inicialmente é previsto.

Não é possível fazer projectos para situações destas, porque só à medida que se escava se vai conhecendo qual o terreno que lá existe.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu não acredito.

O Orador: É assim Sr. Deputado. Essa é uma questão técnica e é assim que tem que ser feito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor sabe muito melhor do que eu que não é assim.

O Orador: Como é que o Sr. Deputado quer conhecer a constituição de uma falésia antes de começar a trabalhar nela?

O Sr. Deputado fale com o seu colega aí da frente, da ilha de S. Jorge, que tem uma larga experiência disso e saberá dizer-lhe como é que as coisas se fazem e, aliás, ainda muitos problemas estão por resolver.

Deputado Mark Marques (PSD): Montes! Que dores de cabeça!

O Orador: Há uma coisa que eu quero que também fique clara, é que não haverá especulação imobiliária, porque o POOC de S. Miguel não o permite e será estritamente mantido como está. Há, sim, uma questão que está a ser resolvida e bem resolvida.

Portanto, não temos que procurar responsabilidades, a responsabilidade é do Governo Regional, que a assume por inteiro e que está e esteve sempre a fazer o que é melhor para que aquela zona do nosso património ambiental seja também salvaguardada e seja valorizada.

Creio que respondi às questões que os Srs. Deputados me colocaram.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

Presidente: Para pedidos de esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu percebo realmente o seu incómodo relativamente a esta situação, ...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Incómodo? Sinto muito gosto, um gosto imenso!

A Oradora: ... porque ao longo destes anos, com a quantidade de estudos que já anunciaram que iriam fazer ... e relembro aqui um que foi anunciado em 2003 pelo actual líder da bancada do Partido Socialista, que na altura era Secretário do

Ambiente, que dizia que tinha encomendado um estudo de cerca de 170 mil euros, com um prazo de execução de 6 meses, para que fosse estudada a gestão do abastecimento de água na Região, para garantir qualidade e quantidade no fornecimento à população e que daria orientações, quer ao governo, quer às autarquias para planearem os seus investimentos.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Já ouviu falar do Plano Regional da Água?

A Oradora: Esse foi em 2003, mas em 2004 a Sra. Secretária anunciou o mesmo estudo e agora no primeiro relatório intercalar do Plano Regional da Água é novamente falado esse estudo e por isso mesmo temos aqui uma prova de como a vossa acção tem sido muito ineficaz durante todos estes anos.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Ninguém acredita nisso.

A Oradora: Sra. Secretária, eu percebo realmente o seu incómodo, ...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): Não tenho incómodo nenhum.

A Oradora: ... porque, na verdade, o Plano Regional da Água não foi implementado. O Plano Regional da Água, por um lado não melhorou nem em quantidade, nem em qualidade o fornecimento de água às populações e às actividades económicas e a prova é o que se passou no Concelho de Angra do Heroísmo e o que se está a passar também na Ribeira Grande. Essa é a realidade e contra factos não há argumentos.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Por outro lado, Sr. Secretário, quero dizer-lhe que esta situação de Angra do Heroísmo, e o senhor sabe tão bem ou muito melhor do que eu, ...

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Com certeza. Não tenha dúvidas.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Presunção e água benta cada um toma a que quer!

A Oradora: ... porque é da área, não tem nada a ver com o ciclo da natureza e o senhor sabe muito bem disso.

Todos os especialistas apontam para que o problema de falta de água no Concelho de Angra do Heroísmo não tem a ver com a falta de chuva nem com a evapo-

transpiração, e o senhor sabe muito bem disto, tem a ver com a falta de protecção da água na origem.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo de Meneses*): Foi a Sra. Deputada, por causa das eleições, que mandou fazer!

A Oradora: Será que o senhor sabe os efeitos que a pedreira que existe na Furna do Cabrito está a fazer? Conhece os registos de rebentamentos? Avaliou a sua prossecução e os seus efeitos naquela furna de água?

Eu penso que não os conhece, porque nem sequer os especialistas e investigadores na Universidade dos Açores têm acesso a esses dados, porque eles não existem e por isso é impossível avaliar o seu impacto.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

A Oradora: O senhor sabe perfeitamente que não é uma questão do ciclo da natureza, é uma questão de inacção da vossa parte, ...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): *Muito bem!*

A Oradora: ... é uma questão que se prende com problemas que não foram atempadamente resolvidos e que desde 2003 estão a ser anunciados.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, agora por três minutos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi pena a Sra. Deputada não ter feito esta intervenção o ano passado, por, se calhar, não teríamos tido falta de água, mas como foi este ano deixaremos de ter falta de água para o ano que vem.

Deputada Carla Bretão (*PSD*): Quer que faça o vosso trabalho?

O Orador: Eu gostava de dizer à Sra. Deputada que conheço e conheço com alguma profundidade, até porque é a minha área profissional e estive envolvido nalguns dos

estudos pioneiros, a hidrologia da Ilha Terceira e sei perfeitamente qual é o enquadramento dessa área.

Portanto, a senhora não está, de facto, a ver nem a conhecer as causas da falta de água. A Sra. Deputada tem estado a falar em pedreiras, tem estado a falar em não sei quantas coisas ...

Deputada Carla Bretão (PSD): O senhor não conhece nem se preocupa em saber.

O Orador: Eu vou preocupar-me em saber, mas deixe-me dizer-lhe que aquilo que aconteceu na Ilha Terceira e que aconteceu em algumas outras ilhas, de facto, tem a ver com dois factores: ...

Deputada Carla Bretão (PSD): Os seus colegas dizem que não tem nada a ver com isso.

O Orador: ... o ciclo climático e por isso é que aconteceu o ano passado, não no ano anterior e não em outro ano qualquer. Não foi por encomenda, com certeza, que aconteceu no ano passado, aconteceu porque houve condições que levaram a isso e também com outro factor que tem a ver com a própria gestão do território.

Deputada Carla Bretão (PSD): Tenho pena de não ter tempo, porque citava os seus colegas universitários.

O Orador: Eu estive no mesmo sítio em que a Sra. Deputada esteve, estive sentado duas ou três filas mais abaixo e aquilo que a senhora ouviu, eu também ouvi e já tinha ouvido muito melhor. Não se preocupe.

A questão fundamental da situação da rede e da situação das captações e da gestão do território, essa sim tem a ver com ...

Deputada Carla Bretão (PSD): Incompetência da Câmara Municipal de Angra, todos sabemos.

O Orador: ... questões de ordenamento do território e questões de investimento, são questões que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo está a resolver e vai fazê-lo com certeza, mas também lhe posso garantir que da parte do Governo Regional, na parte que é sua competência e que tem a ver com o ordenamento do território, agirá com rapidez e com eficácia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares para uma intervenção, que não pode ultrapassar os seis minutos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Tratado de Lisboa dentro em breve vai estar de novo na ordem do dia da política europeia.

Este tratado que para o Bloco de Esquerda, incorpora uma filosofia negativa para os povos da Europa, desde logo com a quebra de direitos adquiridos por anos de luta em toda a Europa.

Legitima de forma institucional a Europa dos poderosos e por via disso limita a democracia, perspectivando um Continente, fortaleza. Determina uma Europa na corrida aos armamentos.

De um ponto de vista global é conhecida a nossa firme oposição aos conteúdos deste documento, assim como à forma como foi imposto aos povos da Europa.

Para além dos factores apontados atrás, o Tratado de Lisboa é manifestante prejudicial para os Açores, nomeadamente, quando assume a retirada da gestão da Zona Económica Exclusiva aos Açores de mais 100 milhas.

O Bloco de Esquerda/Açores, compartilha com as demais forças políticas e parceiros sociais as críticas feitas a este ponto do Tratado que atingiram alargado consenso.

Esta fórmula consignada no Tratado não tem em conta as especificidades da actividade piscatória no nosso Arquipélago, não tem em conta que a entrega do nosso mar para exploração das grandes companhias piscatórias é depredatória da sua biodiversidade.

Estes factores são profundamente penalizadores para a economia regional não só da pesca e sectores relacionados como para as áreas do turismo e mesmo para o desenvolvimento das ciências do mar nos Açores.

Estes factores são manifestamente lesivos da sustentabilidade ambiental dos nossos mares e mais uma vez a gula dos poderosos se abate sobre o ambiente.

O facto do povo irlandês ter em referendo chumbado a sua ratificação, o que impede a sua entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009, como era pretendido, abre novas perspectivas para os Açores.

Como já foi noutras alturas, mormente com a Dinamarca, no passado, a Presidência Europeia tentará fazer concessões aos irlandeses para que, como tudo indica em novo referendo por fim os irlandeses digam sim.

Este quadro vai abrir um novo espaço de negociação onde outros países que se tem mostrado reticentes a soluções encontradas, vão querer valer as suas pretensões.

Não desconhecemos que a estratégia europeia, vai ser tentar isolar o caso irlandês, a todo o custo, mas os interesses tão díspares em jogo, vão com certeza abrir um espaço de discussão.

Esta bancada fiel às suas posições anteriores e na convicção que desde o Governo Regional a todas as forças representadas nesta Assembleia, assim como aos parceiros sociais, mantém que a gestão da zona económica exclusiva era e é fundamental para os Açores, propõe:

Que num movimento Regional único e tendo o Governo Regional como protagonista seja exigida ao Governo da República a abertura de negociações em “Bruxelas” para que em nome da economia dos Açores, dos Açores e do ambiente se volte atrás neste ponto.

Estamos perante uma oportunidade, não a devemos desperdiçar.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Creio que não há pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há três quartos de século, com a economia norte-americana afogada na Grande Depressão e numa altura em que os americanos – e o Mundo em geral – aspiravam por um maior controlo nas instituições financeiras e pelo combate à especulação, Franklin Roosevelt deitou mão do chamado “*New Deal*”.

Hoje, enquanto o mundo enfrenta dois grandes problemas: as alterações climáticas e as recentes crises financeira, petrolífera e alimentar, assistimos a mais uma importante mudança de paradigma na economia global.

É neste quadro problemático – de crise ambiental e económico-financeira – que o recente relatório do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), denominado

“*Green Jobs*”, propõe um Novo Pacto Verde – o “*Green New Deal*” – como forma de responder àqueles problemas, no pressuposto de que a actual crise é uma grande oportunidade para que surja este novo pacto, já que, segundo alguns, a sua superação passa por investir, cada vez mais, nos novos mercados abertos pela designada “Economia Verde”.

Neste contexto, o “*Green New Deal*” enfatiza como questões prioritárias os investimentos nas energias renováveis, na agricultura sustentável, nas infra-estruturas e bens ambientais, na redução das emissões de carbono e no desenvolvimento urbano sustentável, constituindo-se no primeiro relatório do género que aborda, de forma abrangente, a emergência de uma economia verde e o seu impacto sobre o mundo do trabalho no século XXI.

Este novo paradigma económico e de responsabilidade social das empresas motivou também a Iniciativa Business & Biodiversity da União Europeia, lançada no âmbito da derradeira Presidência Portuguesa, que tem como principal objectivo o incremento do relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, como contributo para a protecção desta e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global.

Estamos, pois, perante uma diferente perspectiva que pode constituir uma poderosa força para se alcançar uma economia global mais eficiente e, sobretudo, mais equitativa, respondendo também – e de uma forma determinante – às aspirações para o verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Nos Açores, ao longo da última dúzia de anos, os programas de governo, os instrumentos de planeamento e a prática governativa evidenciaram uma clara opção política e a determinação do Governo e do Partido Socialista na operacionalização do conceito de sustentabilidade, ao contemplarem um inequívoco e constante fortalecimento das políticas públicas de Ambiente.

Em simultâneo, têm-se constatado que o envolvimento da sociedade civil e dos cidadãos constituem elementos fundamentais para o sucesso das políticas de sustentabilidade, verificando-se um empenho crescente dos sectores empresariais açorianos nestas políticas de responsabilidade social.

Caso paradigmático é o da política energética – agora integrada na tutela ambiental – e todo o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelo Governo em articulação com a empresa concessionária.

Por isto e por tudo o que dela resultou em termos de evolução da nossa matriz energética, focamos a nossa intervenção na política para o sector energético.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se em 1996, os Açores produziam menos de 70 Gwh de energia eléctrica com origem em fontes renováveis, hoje a produção anual já ultrapassa os 225 Gwh. Em doze anos, mais que triplicou a produção, fruto da acertada aposta numa política de incremento das energias endógenas – com destaque para a geotermia – sendo que estas já representam 30% do global da electricidade actualmente comercializada na nossa Região.

Este incremento do potencial endógeno no domínio das energias renováveis – apesar do aumento da produção e do consumo de electricidade verificado – repercute-se na diminuição da produção térmica, tornando o sector cada vez menos dependente dos combustíveis fósseis e evita a emissão anual para a atmosfera de 145.000 toneladas de dióxido de carbono.

A eficiência energética é outra componente essencial da sustentabilidade e, também neste domínio, os resultados verificados nos Açores são merecedores de realce. Desde logo, porque o aumento do consumo de electricidade verificado na Região (3,1% em 2008) é substancialmente inferior ao crescimento médio anual que se tem verificado no território continental (cerca de 5%), e, apesar do manifesto desenvolvimento social e económico, tem vindo gradualmente a decrescer, ano após ano.

Outro aspecto relevante em matéria de eficiência energética é o facto de, no período de 2003 a 2008, ter-se reduzido as perdas no sistema eléctrico regional em 4,6%, baixando de 13% para 8,4%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os números e os factos evidenciam o acerto e o sucesso das políticas públicas neste domínio e o Programa de Governo, ora em apreciação, confirma essa linha

orientadora e acentua a consistência das opções estratégicas de carácter estrutural assumidas ao longo dos últimos anos.

Desde logo, o Governo, no seu Programa, propõe-se tornar os Açores uma região de referência no domínio da utilização das energias renováveis e afirma – com arrojo – o propósito de, por via do desenvolvimento de novos projectos geotérmicos, hídricos e eólicos, atingir, em seis anos, 50% de produção de energia eléctrica renovável no conjunto do arquipélago.

Este é um objectivo digno de registo, merecedor de aplauso e evidenciador de que o rumo traçado pelo Partido Socialista, na busca de um desenvolvimento sustentável – com uma maior consciencialização e envolvimento de todos, incluindo os sectores empresariais – está a produzir resultados – bons resultados.

E aqui estamos, investidos de nova responsabilidade, prontos para prosseguir-lo, em nome do futuro e sempre com uma nova ambição para os Açores.

Disse!

Deputado Helder Silva (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não havendo pedidos de esclarecimento, passamos à intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero saudar o senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados, e manifestar a minha total disponibilidade para colaborar nesta assembleia, com todos os seus representantes democraticamente eleitos, tendo em vista contribuir para a valorização humana e económica do nosso sector das pescas.

O sector regional das pescas constitui uma das nossas principais fontes de exploração do mar, representando uma relevante fonte de alimentação, uma importante

actividade económica e uma fonte de emprego com impacte social significativo e que promove o desenvolvimento das nossas zonas costeiras.

As actividades relacionadas com a fileira das pescas ao proporcionarem alimentos saudáveis e saborosos, garantem não só a segurança do nosso auto-abastecimento alimentar, como constituem um potencial económico e de exportação de produtos de marca da nossa Região.

O programa do X Governo, no que respeita às pescas, assenta em quatro grandes objectivos - valorização económica, sustentabilidade da actividade, valorização das profissões do sector e requalificação da frota e das infra-estruturas de apoio - e dezanove medidas que operacionalizam estes mesmos objectivos.

A tendência dos mercados é de valorizar o pescado selvagem, em todas as suas formas de comercialização, pelo que iremos apostar, nesta legislatura, no aumento da qualidade do pescado, na utilização de novas técnicas de conservação e novas formas de apresentação ao consumidor, para criar mais valias económicas em toda a fileira da pesca.

O aumento da procura de produtos naturais provenientes do mar, como é o caso do nosso pescado, continuará a valorizar economicamente a actividade piscatória da nossa frota, que entretanto deverá diversificar a sua actividade para pescar outras espécies que ainda não estão a ser exploradas comercialmente, para aproveitarmos todo o potencial da nossa ZEE.

No entanto, como nestes últimos anos, os nossos próprios profissionais têm tomado cada vez mais consciência da esgotabilidade dos nossos recursos haliêuticos, é fundamental que seja aumentado o controlo e a gestão do sector da captura, de forma a que seja garantida a auto-renovação dos nossos recursos piscatórios e a protecção dos nossos ecossistemas marinhos, para que as nossas gerações futuras possam continuar a usufruir desta importante fonte de rendimentos.

Para que consigamos atingir esse objectivo é fundamental continuar a aprofundar, neste período, a descentralização e a partilha de tarefas, no âmbito da gestão dos recursos marinhos, entre a administração regional, os produtores e cientistas, para que se possa pescar cada vez mais racionalmente e mais responsabilmente. Ou seja, é necessário cada vez pescar melhor e pescar melhor não significa pescar mais, mas

sim pescar de uma maneira mais sustentável e mais organizada, que não sobre-explore os recursos e que permita valorizar ao máximo as capturas, de forma a que os nossos produtores vendam em lota as espécies com tamanho adequado e nos períodos em que o mercado tenha maior procura.

A fragilidade biológica da nossa ZEE, obriga a que todos os parceiros do sector continuem, de forma articulada e unida, a lutar pela restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota, dado que a solução que actualmente existe no âmbito da politica comum de pescas europeia não é suficiente para acautelar o objectivo de uma gestão de recursos precaucionária e sustentável, nem garante a estabilidade das capturas à nossa comunidade piscatória.

É pela importância estratégica que este património representa para a Região que é um objectivo prioritário, para o Governo Regional, proteger a nossa ZEE no seio da União Europeia.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Por outras palavras, preservar a zona de pesca.

O Orador: Para nós, quando estão em causa interesses regionais, não existem instâncias nacionais ou comunitárias, nem sequer interesses partidários, que nos desviem de lutar intransigentemente pela defesa das soluções efectivas que melhor possam servir os Açores e os açorianos.

Para garantir maior rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo na pesca comercial devemos reforçar as zonas de protecção à pequena pesca artesanal em torno das nossas ilhas, em processo de diálogo e colaboração com as diversas associações de pescadores e com as nossas instituições de investigação marinha. Esta solução terá como dupla vantagem, a protecção de um modo de vida e de uma cultura local, mas também a garantia que a exploração destes locais não seja intensivo, para permitir uma actividade comercial rentável e com estabilidade a longo prazo.

O equilíbrio entre a rentabilidade e a sustentabilidade do sector das pescas, também passa pelo controlo da actividade de captura nas nossas costas e no mar. A Inspeção Regional das Pescas, não só continuará a incrementar as acções de fiscalização no nosso arquipélago, como intensificará a coordenação e o planeamento conjunto de

acções de fiscalização para serem executadas por entidades nacionais com responsabilidades nesta área.

O alargamento das competências da Inspeção das Pescas, para poder exercer também o controlo em outras matérias marítimas, como as relacionadas com o pessoal embarcado e com toda a documentação de bordo, permitirá introduzir também maior eficácia e uniformidade de critérios nas missões de fiscalização.

No âmbito da formação profissional, a ampliação das competências regionais no âmbito da certificação de marítimos, permitirá intensificar, de forma desconcentrada, em cada ilha, a formação dos nossos pescadores, como também possibilitará criar uma carreira na actividade da pesca que esteja perfeitamente de acordo com a nossa especificidade insular e que agilizará o acesso à profissão de pescador.

Uma forma de assegurar um maior desenvolvimento sustentável das nossas zonas mais dependentes da pesca, que permita melhorar a qualidade de vida das nossas comunidades costeiras, é também por via da diversificação das suas actividades económicas e sociais tradicionais.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Estes objectivos e estas medidas são intemporais.

O Orador: A integração das actividades das pescas, com outras actividades, com a turística, a restauração e a divulgação do património marítimo local, aliado ao reforço das redes de cooperação, entre os diversos intervenientes do sector das nossas zonas de pesca, permitirão aquisições de novas competências e, conseqüentemente, novas oportunidades de desenvolvimento económico.

A nova actividade marítimo-turística, designada por pesca-turismo e recém-criada na nossa Região, tem por objectivo estratégico o desenvolvimento económico e social das nossas comunidades piscatórias, pelo que iremos incentivar o seu crescimento nesta legislatura.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para continuarmos o crescimento da produtividade e da competitividade dos nossos pescadores é absolutamente necessário aproveitarmos a oportunidade única que a Região conseguiu junto da União Europeia de podermos continuar a prosseguir a

renovação da nossa frota de pesca neste período, com base num plano de construção de novas embarcações que trabalhámos em conjunto com as associações da pesca e que vamos apresentar dentro de poucos dias à Comissão Europeia.

A grande adesão dos nossos armadores a este programa de construção garante a criação de melhores condições de segurança, de habitabilidade e de autonomia às embarcações de pesca dos Açores nos próximos anos. O nosso objectivo não é aumentar o esforço de pesca, mas sim o desenvolvimento e modernização da frota de forma a garantir a salvaguarda da vida humana no mar e as condições de trabalho adequadas e assim promover mais emprego com qualidade e criar mais condições para a valorização do pescado capturado.

O projecto reformador da nossa rede regional de portos que iniciámos e realizámos está hoje à vista de todos os açorianos. A nossa rede portuária está actualmente num nível de qualidade que não tem nada a ver com aquilo que herdamos quando assumimos responsabilidades na governação dos Açores.

Progredimos evidentemente muito, nestes últimos anos, nas condições que proporcionamos aos nossos pescadores nas áreas portuárias, mas queremos fazer mais nesta legislatura, porque quanto melhores forem as condições oferecidas aos nossos pescadores, mais reforçada sairá a competitividade e a produtividade da nossa actividade pesqueira.

No âmbito da valorização comercial do pescado da nossa Região proceder-se-á também a uma profunda reforma da rede regional de frio. Serão construídos novos entrepostos de frio e os existentes serão tecnicamente requalificados de forma a ficarmos com um moderno dispositivo de refrigeração e congelação instalado em todas as ilhas.

As conservas de atum são um dos principais produtos da nossa exportação. A nossa indústria conserveira tem tido o mérito de criar um conjunto de novos produtos de elevada qualidade, baseados num trabalho artesanal de qualidade, que não só traz mais riqueza para a nossa Região, como também promove os Açores a nível internacional.

Continuaremos por isso empenhados na capacitação da nossa indústria conserveira e de transformação, que contribui de forma relevante para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Nesta legislatura desenvolveremos a aquicultura, de forma a complementar a actividade da pesca com produtos do mar, que sejam típicos das nossas águas, para potenciar uma economia marítima que traga mais crescimento para a nossa Região.

A estratégia para o desenvolvimento sustentável da nossa aquicultura assentará na oferta de produtos de qualidade, em quantidades limitadas e sem degradar o nosso ambiente marinho.

Neste novo programa de desenvolvimento da nossa economia marítima, contamos com trabalho de qualidade do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, para garantir o acompanhamento científico, o respeito do ambiente marinho e a boa qualidade da sua produção comercial.

O programa do X Governo Regional é a prova de uma determinação política em apostar no mar que nos circunda, que é um dos pilares fundamentais do nosso presente e do nosso futuro. Com este programa de governação continuaremos a mudar o sector das pescas e os Açores para melhor.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Está inscrito o Sr. Deputado António Pedro Costa, a quem dou a palavra para pedir esclarecimentos.

(*) Deputado António Pedro Costa (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No início desta nova legislatura quero também saudar o Sr. Presidente da Assembleia, as Sras. e os Srs. Deputados, as Sras. e os Srs. Membros do Governo, a quem desejo muitas felicidades.

Sr. Subsecretário Regional das Pescas:

Da leitura do Programa do X Governo Regional, analisei de forma específica as intenções governamentais para os próximos 4 anos na área em apreço.

Deputado José San-Bento (PS): Qual é a área?

O Orador: É a área das pescas.

Por isso registo, Sr. Subsecretário, que dos vários objectivos prioritários inscritos nesta área, um dossier até agora tabu, que é a valorização da fileira da aquicultura é, finalmente, tratado de forma clara, tendo em vista a rendibilidade economicamente sustentável deste sector. Ainda bem!

No entanto, neste momento existe um problema candente no que diz respeito ao escoamento dos produtos da pesca, que está a passar por um grau de dificuldades e por tempos difíceis. Tal situação tem levado, por um lado, a uma desvalorização do pescado capturado e, por outro, tem acentuado a crise no sector.

Estas dificuldades têm provocado situações muito difíceis para a vida dos pescadores açorianos e respectivas famílias que sentem na pele esta crise, porque o produto da venda nem sequer dá muitas vezes para custos de quem tem uma embarcação.

Acresce ainda que a falta de capacidade de exportação das capturas em tempo útil tem vindo a provocar, não só a venda por preços muito baixos, como a acumulação nos intermediários de muitas toneladas de peixe congelado.

Também o próprio escoamento de pescado entre as nossas ilhas tem constrangimentos absolutamente desnecessários, porque a Portaria nº 50/90 impõe taxas de comercialização que dificultam o escoamento do pescado entre cada uma das ilhas, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... devido, sobretudo, à sobrecarga dos custos de transporte.

Se em 1990 aquela Portaria teve o objectivo de ajustar o abastecimento do mercado, hoje em dia as margens de comercialização impostas têm dificultado o normal funcionamento do mercado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mercado interno!

O Orador: Até agora esta Portaria ainda não foi, incompreensivelmente, revogada, apesar das dificuldades que ela provoca serem do conhecimento da Secretaria

Regional da Economia e da Subsecretaria Regional das Pescas, através dos diversos apelos feito neste sentido.

Sr. Subsecretário Regional, regular o mercado não é controlar, por via administrativa, o seu funcionamento.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Perante as dificuldades, este Grupo Parlamentar pergunta a V. Exa.:

Que solução tem o Governo Regional para esta situação no curto prazo?

As pescas são uma área relevante da governação e os pescadores e quem vive da pesca merecem uma atenção particular dos governantes, em ordem a se encontrar as soluções adequadas para as situações graves que começam a aparecer em resultado da crise económica que assola também os Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Importa acautelar um futuro risonho para os pescadores.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para solicitar esclarecimentos, e tem um minuto e dez segundos para isso, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu desejava perguntar ao Sr. Subsecretário das Pescas o seguinte: quando é que será implementado, de uma forma clara e definitiva nesta Região, o Decreto 17/97, de 31 de Maio, que atribui aos pescadores desta Região os direitos insofismáveis e legítimos de qualquer trabalhador desta Região, ou seja, um ordenado fixo, subsídio de férias, subsídio de Natal e reforço da segurança social? Dito de outra maneira, quando é que acaba nesta Região a relação de natureza quase feudal que existe com os pescadores dos Açores que são pagos ao quinhão, que é uma coisa que, provavelmente, já não se usará em qualquer outro local do mundo civilizado?

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) **Subsecretário Regional das Pescas** (*Marcelo Pamplona*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às perguntas do Sr. Deputado António Pedro Costa tenho a dizer o seguinte:

Em 1996 nós tínhamos um valor de vendas em lota de cerca de 19 milhões de euros. Em 2007 e 2008 vamos atingir cerca de 40 milhões de euros, o que significa uma duplicação do valor comercial do trabalho dos pescadores, ou seja, houve o dobro de rendimento dos pescadores.

No caso concreto do abaixamento do preço da lula e de algumas espécies não se deveu a dificuldades de escoamento, mas deveu-se fundamentalmente ao facto do mercado europeu, nomeadamente o mercado de Espanha e o mercado de Itália, ter sido inundados de produtos da pesca de países no Norte de África que têm preços muito mais baratos e muito mais competitivos.

São valores que não são competitivos face aos rendimentos dos nossos pescadores, mas dir-lhe-ia que, neste momento, os nossos produtos continuam a sair a um preço muito razoável, muito acima da média e se há dez anos o preço de venda em lota era um euro, hoje em dia são três euros, ou seja, triplicou.

Portanto, há, de facto, um crescimento exponencial dos rendimentos dos pescadores ao longo destes últimos anos.

Relativamente à questão da portaria que regula a comercialização do pescado aqui na Região Autónoma dos Açores, devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que esta portaria tem sido alvo de debate entre as associações da pesca e a recém-formada Associação de Comerciantes e que, neste momento, a situação ainda não está completamente acordada entre as associações da pesca e a Associação de Comerciantes.

Concretamente o que se passa nesta Portaria é que a nível interno existe apenas a possibilidade de se vender ao cidadão a um preço superior a 25% daquilo que sai em lota e existe da parte dos pescadores algumas preocupações, porque consideram que se os compradores e comerciantes não tiverem limite de venda, o preço do pescado ainda pode baixar mais, porque o lucro deles poderá ser até maior e nalgumas ilhas não existe o acordo para que se aceitem estas medidas de acabar com essa taxa de comercialização.

Diremos que o diálogo é efectuado com os pescadores, com os comerciantes e também com os cidadãos, porque os próprios consumidores também têm que ter uma palavra a dizer nesta situação.

Todos sabemos que a partir do momento em que o pescado é exportado da Região, essa portaria não se aplica.

Nós exportamos, hoje em dia, cerca de 3.500 toneladas de pescado fresco de alto valor comercial e que consegue, provavelmente, ter uma entrada no mercado comunitário de um valor superior a 35 milhões de euros.

Relativamente à Sra. Deputada Zuraida Soares, eu queria dizer o seguinte:

Na Região Autónoma dos Açores há dois modelos que existem em toda a Europa e em todo o mundo, existe o modelo da pesca industrial em que os vencimentos são acordados entre os armadores e os próprios trabalhadores, no qual eles estabelecem um regime de funcionamento, e existe a pesca artesanal, na qual a maior parte dos próprios pescadores são armadores/pescadores, e sendo um armador/pescador não faz sentido que o próprio armador/pescador faça um contrato com ele próprio.

Diria que não é verdade nem corresponde minimamente à realidade que essa situação não aconteça. Essa situação ocorre em toda a Europa comunitária, ocorre em quase todo o mundo. Apenas são apanhados por esse tipo de estabelecimento de contrato de ordenado fixo as embarcações da pesca industrial.

Nós temos a noção que, de facto, a actividade da pesca é uma profissão dura, é uma profissão difícil, porque enquanto nós estamos aqui sentados à secretária ou estamos abrigados de mau tempo, não sentimos as dificuldades de quem anda no mar a apanhar chuva, a balançar, se calhar a enjoar e às vezes não apanhando peixe, mas as próprias regras são as que os próprios pescadores impõem e combinam entre eles.

Se, de facto, existe um decreto que impõe determinadas restrições, face a essa situação os armadores não aplicam esses contratos a si próprios, nem até aos seus familiares por acordo mútuo.

Presidente: Obrigado, Sr. Subsecretário.

Para solicitar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Subsecretário Regional, ouvi atentamente a sua resposta, mas gostaria, sinceramente, de perceber: qual é a posição do Governo Regional sobre esta matéria?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O senhor falou, mas eu não percebi qual a sua posição sobre esta questão que é preocupante e que também tem conduzido exactamente a que muito do peixe tenha ficado congelado, porque em S. Miguel pode haver excesso de uma espécie, enquanto noutras ilhas essa mesma espécie pode faltar e não há necessidade desse transporte, a não ser para Santa Maria que, através dos Pareces, tem um custo muito mais baixo, podendo as pessoas fazer o transporte até à ilha vizinha, o mesmo não acontecendo para as Ilhas Terceira ou S. Jorge.

Assim sendo, gostaria de saber qual é a sua posição sobre esta matéria?

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

(*) Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta matéria, o Sr. Deputado está a referir-se expressamente ao chicharro que é uma espécie que praticamente hoje em dia já não tem exportação e que é capturado nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Pico. Nas outras ilhas praticamente não é capturado, porque não existe essa tradição.

Estamos a falar de um comércio, nas três ilhas em que é capturado, em que cerca de 80% da população consome. Essa espécie é consumida nas próprias ilhas.

O preço do chicharro anda à volta de um euro e um euro e meio e o preço dos transportes andarà à volta de meio euro.

Portanto, não existe, de facto, mercado, no caso concreto dos chicharreiros de S. Miguel, para absorver actualmente o chicharro.

As Sras. e os Srs. Deputados fariam muito bem se comessem mais chicharro, porque em vez de se comer as pizzas e as hambúrguers, faria muito bem à nossa população se conseguíssemos comer mais chicharro.

Se há uns anos se consumia em S. Miguel, por exemplo, 7 ou 8 toneladas de chicharro por dia, hoje em dia já se consome apenas duas ou três. Houve uma mudança alimentar na população de S. Miguel e na população açoriana e o consumo

de chicharro é um consumo que decaiu muito, mas não é essa taxa máxima de 25% de venda ao público que vai permitir que a exportação do chicharro se consiga efectuar.

Só se consegue melhorar o comércio do chicharro se existir, de facto, uma mudança nos hábitos alimentares e se volte a comer em quantidades que se comia há uns anos atrás.

De qualquer modo a posição do Governo Regional é que existe possibilidade de, em diálogo com os pescadores e com os comerciantes, haver uma adaptação a essa realidade, mas sempre tendo em conta que não haja aqui uma desregulação do preço do peixe nas ilhas mais pequenas.

Presidente: Obrigado, Sr. Subsecretário.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Gaspar Lima (PS): Se me permite, Sr. Presidente, quero saudar Vossa Excelência no início desta nova legislatura, bem como a todos os Srs. Deputados. Saudar também Vossa Excelência Sr. Presidente do Governo, bem como a todos os Membros do Governo Regional, fazendo votos para que o trabalho a realizar durante este mandato seja em prol do desenvolvimento dos Açores e cada vez mais na melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É inevitável olhar as ilhas na sua descontinuidade e imaginá-las quase como fossem icebergues flutuantes, cuja base geológica submersa, abriga milhões de seres componentes da fauna e flora marinha.

É esta imensidão de oceano, que mais tarde ou mais cedo teremos de aproveitar de um modo sustentável.

Até há relativamente pouco tempo, o mar era somente uma das componentes da economia de subsistência em que a nossa população vivia.

É só a partir dos anos oitenta, com as ligações aéreas frequentes e a introdução de novas técnicas de conservação de pescado, que foi possível colocá-lo fresco em locais bem longínquos.

Durante muitos anos isso foi impensável, hoje faz parte da nossa realidade.

A exportação de pescado foi a mola fundamental que impulsionou o desenvolvimento acelerado do sector das pescas, assim como todo o apoio financeiro, interno e externo à construção, reparação e melhoramento da nossa frota e a construção e melhoramento de todas as infra-estruturas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os grandes investimentos realizados em todas as ilhas da Região, ao longo dos últimos anos, nas infra-estruturas dos portos de pesca, na frota regional, na reestruturação do serviço de lotas, dotando-as de modernos e superiores equipamentos, veio garantir melhores condições no desenvolvimento deste sector.

As medidas que agora se apresentam neste programa do X Governo para o próximo mandato, são o salto definitivo do sector das pescas, apostando no mar como um pilar fundamental na viabilidade futura dos Açores.

Continuar a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas do sector, apostando na inovação e na qualidade dos produtos; ao mesmo tempo aproveitando todas as possibilidades da pesca, produção aquícola, regimes de produção e exploração biológica e ecologicamente sustentáveis, são factores importantes para esta actividade.

Na continuação da manutenção dos objectivos específicos que constituem prioridades importantes nas políticas de intervenção a desenvolver, tais como:

- O desenvolvimento e modernização do sector portuário e dos transportes marítimos;
- A valorização económica do sector das pescas, criando condições para que seja implementada a produção aquícola, no quadro dos recursos pesqueiros disponíveis;
- A diversificação da produção da indústria transformadora;
- O desenvolvimento das actividades marítimo-turísticas e náuticas;
- A continuação da requalificação da frota e das infra-estruturas de apoio.

Tudo isto acautelando e assegurando ao mesmo tempo o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras mais dependentes da pesca.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: Na sequência das preocupações políticas do Partido Socialista na consolidação do papel do Mar, como pilar fundamental no desenvolvimento futuro dos açores é importante:

- A protecção do nosso ambiente marinho.
- A continuação do diálogo com os parceiros sociais, no desenvolvimento das ciências e tecnologias, fomentando e aprofundando o conhecimento científico dos nossos mares.
- Reforçar a competitividade do sector e o tecido económico e social, valorizando as profissões da fileira das pescas, de modo a promover a melhoria das condições de vida de todos aqueles que dependem do sector.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É importante melhorar os meios de escoamento do pescado da Região, assegurando assim a qualidade do pescado do produtor ao consumidor. A qualidade do mesmo depende primeiro da arte utilizada na captura, do tempo entre a apanha e a sua recolha, do modo como é tratado a bordo e do tempo que leva a ser comercializado em Lota.

Mas não acaba na Lota as nossas preocupações.

A partir da Lota o pescado vai passar por várias fases tão importantes como as anteriores, porque a manutenção da qualidade depende muito dos conhecimentos de todos aqueles que fazem o seu manuseamento.

É por isso que nesta área a formação e informação dos compradores e comerciantes é tão importante como a dos pescadores.

É muito importante investir na melhoria do pescado da captura ao consumidor mas isso só é possível investindo nas pessoas.

Numa época de crise à escala global, como a que vivemos, em que os preços do pescado de exportação têm descido, torna-se imperioso apostar fortemente na qualidade, porque o pescado de qualidade-extra é sempre vendido em primeiro lugar e por melhores preços.

É necessário estimular a criação de redes de distribuição e de lojas do pescado dos Açores.

Dada a capacidade actual da nossa frota é imperioso investir rapidamente na descoberta de novos recursos inexplorados.

A transformação, melhoria e modernização dos entrepostos de frio em todos os portos de pesca da região é um investimento importante e deve ser efectuado em colaboração com as associações de pescadores e armadores, tendo estas um papel importante de gestão e colaboração, no sentido de serem criadas mais valias para o sector.

É de grande importância a continuação da aposta a nível de meios técnicos e humanos, na criação de condições para que as acções de formação profissional sejam cada vez mais adequadas às necessidades do sector.

Os cursos ministrados nos últimos quatro anos: Aptidão pesca, Pescador, Arrais de Pesca Local, Marinheiro Pescador, Ajudante de Maquinista, Condução de motores, Marinheiro de 2ª classe, Marinheiro de tráfego local e GMDSS (curso de rádio), num total

de 15 acções de formação, com a participação de centena e meia de formandos, foram investimentos feitos nas pessoas com óptimos resultados.

Mas ainda é necessário apostar em mais e melhor formação, criando cursos de formação profissional ligados à pesca, que venham trazer equiparação à escolaridade obrigatória.

O Mar é um património fundamental e de grande importância estratégica para a Região, por isso temos que continuar a assumir em ligação com os parceiros do sector regional das pescas, a luta pelo limite das 200 milhas para a reserva da nossa frota, a fim de serem garantidas a estabilidade das capturas à comunidade piscatória da nossa Região.

Este programa do X Governo Regional do PS continuará a apoiar: a modernização da frota regional, o sector conserveiro e as associações profissionais do sector, não descurando nunca a formação profissional e a compensação salarial dos nossos pescadores.

Este Governo vai dar continuidade à sua política das Pescas e do Mar, com a preocupação constante do desenvolvimento sustentado e harmonioso da Região, porque os Açores são nove ilhas com o futuro.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo pedidos de esclarecimento e também não havendo mais inscrições na mesa para intervenções e tendo em conta, conforme anunciei ao fim da manhã, que a Conferência de Líderes deliberou fixar uma hora certa para o encerramento do debate, com aquilo que na praxe parlamentar se chamam as intervenções finais e tendo em conta também que, segundo essa praxe, se trata de um momento particularmente mais solene e institucional, vamos fazer um intervalo, agradecendo às Sras. e Srs. Deputados e às Sras. e Srs. Membros do Governo que retomemos os nossos trabalhos às 18,00 horas.

(Eram 17 horas e 35 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18,00 horas)

Vamos dar início às intervenções finais que encerram o debate e apreciação do Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Os tempos dos diversos intervenientes parlamentares foram acordados em Conferência de Líderes e são do conhecimento dos mesmos.

Assim sendo, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por tirar as dúvidas, que pairam na bancada do partido socialista sobre o meu sentido de voto em relação ao programa do Governo. Votarei ... contra.

Tenho oito razões que me levam a votar desta forma. A primeira relaciona-se com a inobservância do 10.º Mandamento e as outras 7 com o cumprimento integral do roteiro dos sete pecados mortais, segundo São Tomás de Aquino, por parte do Governo e do Grupo Parlamentar socialista.

O 10.º Mandamento diz, textualmente: “Não cobiçarás as coisas alheias”. Basta, portanto, um leve pensamento para validar o incumprimento.

No entanto, o partido socialista foi ainda mais longe. Concretizou o manuseamento do objecto da cobiça. Doze anos de poder, aburguesaram os herdeiros insulares do socialismo democrático. Vai daí, sem crenças próprias a não ser o poder pelo poder, iniciaram uma rapina ideológica sobre a concorrência. De repente, o monárquico e conservador Churchill passou a ser um património de citações socialistas.

Enfim, acho que isto merece, à laia de penitência, a seguinte citação de Churchill: “O vício inerente ao capitalismo é a distribuição desigual de benesses; o do socialismo é a distribuição, por igual, das misérias”.

Iniciando o roteiro dos pecados mortais deste programa do governo e dos respectivos governantes a ele ancorados, falemos da **vaidade**.

O Presidente do Governo e o seu inenarrável Programa, cometem o pecado da vaidade porque esquecem e omitem as dificuldades do povo - na habitação, no emprego e no crescente custo de vida – devido, única e exclusivamente, à vaidade de se julgarem os melhores governantes do Mundo Ocidental.

Protegidos numa redoma de privilégios e de luxos, não conseguem observar as dificuldades do Povo que governam. Quem não reconhece problemas, não tem de procurar soluções.

De facto, o programa de governo é confrangedor nesta área. A penitência é, neste caso, rever o Programa de Governo e colocar lá verdadeiras medidas de combate ao desemprego, à perda do poder de compra das famílias e majorar o apoio à aquisição de habitações por parte das famílias mais carenciadas.

Outro pecado mortal recorrente deste programa e dos seus defensores é a **inveja**. Invejam tudo: as ideias dos outros, o tempo dos outros, os votos dos outros – que somados são mais que os deles – o sistema educativo dos outros (no caso o dos

chilenos), os navios dos outros, a saúde dos outros, a juventude dos outros e até os deputados do círculo de compensação dos outros.

A penitência aqui é fácil: daqui a quatro anos têm de trocar de lugar ... com os outros.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Também presente neste Programa e nos seus criadores está a **ira**.

O estereótipo mais fácil desta atitude é o Secretário da Economia que fica irado sempre que vê ou cheira uma tribuna. Pelo contrário, o Vice-presidente do Governo deixa irados todos os que o vêem ou ouvem numa tribuna.

A mim, o que me deixa irado, é a insistência num modelo de avaliação docente cegamente burocrático; é o facto de sermos a nódoa nacional do sistema de ensino; é a falta de alternativas para a saúde; é o desastre no sector dos transportes; é um modelo ambiental de existência meramente virtual; é a perda de competitividade do nosso desporto; é o garrote financeiro da nossa universidade; é a total incapacidade do governo na área da segurança das nossas famílias. Tudo isto confirmado por um programa de governo velho nos vícios e por nascer nas virtudes.

Para este pecado não prevejo penitência porque também não concebo perdão.

A **Preguiça** é fácil de retratar. Todo o Programa de Governo é sinónimo de preguiça: preguiça de pensar soluções para os problemas do Povo; preguiça em escrever coisas novas; preguiça em executar novas e velhas promessas; preguiça em preparar a agricultura para um cenário de fim das quotas; preguiça em criar condições para que a preguiça não compense os preguiçosos.

A penitência para este pecado deveria ser ver o chumbo este Programa do Governo, mas a vossa preguiça não permitirá, certamente, aspirar a tanto.

A **avareza** também integra a identidade pecaminosa deste programa do Governo e dos seus autores. Vejo avareza em tudo. Avareza nos discursos do Governo e do Grupo Parlamentar do PS. Avareza em pensar ou em implementar medidas que distribuam riqueza mais equitativa no seio da população açoriana. Até nos discursos

se notou a avareza. Na verdade, limitaram-se a dividir, por 30 protagonistas, as 198 páginas do Programa do Governo.

Provocaram, com isso, o sentido de avareza da própria oposição pelo facto de ter de ouvir a versão falada de uma versão escrita que é a actualidade mais parecida com o monólogo do *barqueiro solitário*.

A avareza ficou bem patente na definição do futuro do currículo regional. Aos nossos jovens continua, por desmedida avareza, a não lhes ser dada a possibilidade de aprenderem a história, geografia e cultura da sua terra.

Em vez de promover um espírito autonomista, alicerçado no conhecimento da identidade açoriana, o Programa do Governo insiste numa das maiores fraudes do nosso sistema educativo: o inexistente currículo regional.

Mas se a avareza se estende a toda a Região, quero aqui referir que na ilha do Corvo ela é o mais reiterado dos pecados mortais: na saúde, nos transportes miseráveis que temos, no desporto, na agricultura ou na cultura.

Para a penitência deste pecado, parece-me adequado anunciar que a maioria socialista terá de discutir alguns destes problemas aqui, neste hemiciclo, muito brevemente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A **Gula** é o mais consistente dos pecados praticados por este Programa do Governo. Aqui, não resisto em citar um célebre artista português: “eles comem tudo e não deixam nada”. Falo, evidentemente, de políticas e não de pessoas. É o caso da política dos transportes aéreos que faz dos Açores o mais caro dos destinos do Velho Continente.

É o caso dos combustíveis ou dos intermediários nos sectores do peixe e do leite.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Com tantos gulosos no mercado do lucro, as políticas passivas e cinzentas deste Programa do Governo constituem uma rendição incondicional ao apetite voraz da Gula.

A penitência, para todos os redactores do Programa do Governo, é o visionamento obrigatório da publicidade da RTP/Açores, “Açores Activos”, à hora do Almoço.

Termino com a **luxúria**. Este pecado mortal resulta da influência inebriante que o exercício do poder tem sobre os indivíduos. Após doze anos de poder, a luxúria política impregnou os hábitos deste Governo.

A única solução para o mais mortal dos pecados é afastar a origem da tentação que, no caso em apreço, é o exercício do poder.

Ainda assim, dado o vício criado, ministra-se uma terapêutica leve e muito progressiva. Neste sentido recomenda-se aos governantes socialista que gozem, cada um dos quatro anos que vos restam como se fossem os derradeiros.

Muito Obrigado

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção, o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Temos assistido, nos últimos anos à crescente desvalorização dos rendimentos do trabalho, que conjugada com a alta da taxa de inflação e com os efeitos da crise financeira internacional deixam as famílias e as pequenas e médias empresas à beira de uma crise de nervos.

À crise internacional, reconhecidamente, a Região não ficou imune e os seus efeitos há muito se sentem, quer na diminuição do rendimento disponível das famílias, quer nas imensas dificuldades porque passam os pequenos e médios empresários. E esta realidade, ou seja, os efeitos que a crise financeira internacional e da sua extensão à actividade económica produzem na Região Autónoma dos Açores são reais. E há muito que vínhamos a afirmá-lo com a propriedade de quem procura intervir no pano político com conhecimento da realidade sentida e vivida pelos trabalhadores, pelas famílias, pelos pequenos e médios empresário e, não apenas porque a RTP Açores o tivesse mencionado por 32 vezes no mesmo serviço noticioso, nem mesmo pelo facto do Senhor Presidente do Governo Regional finalmente o ter admitido.

É hoje claro para todos que a crescente desvalorização dos rendimentos do trabalho, em ligação com os efeitos da crise financeira e uma elevada taxa de inflação regional nos mantêm, apesar do crescimento do PIB regional, como uma das regiões do país e da União Europeia onde as desigualdades na distribuição da riqueza são mais profundas, ou seja, continuamos hoje, como em 1996, a ser uma das regiões mais

pobres e desiguais da formação social, económica e política (Portugal e a União Europeia) onde nos inserimos.

E, quanto a esta questão, tal como a outras, o X Governo Regional no seu Programa diz um incontável número de vezes que vai conseguir, continuar e aprofundar as mesmas receitas que tem aplicado até agora.

Bem! Não temos dúvidas que as ilhas açorianas são ilhas de futuros mas um futuro cada vez bem menos cor-de-rosa que aquele que o X Governo Regional prometeu e promete às açorianas e aos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui tivemos a ocasião de afirmar, este Programa de Governo apresenta-nos um conjunto de ideias avulsas, em estreito alinhamento com as políticas do PS no Governo da República.

E esse alinhamento é dolorosamente claro na área do ensino e da educação, aliás em bom rigor e porque consideramos que a verdade não deve ser escamoteada, a Região, pela mão do anterior Secretário da tutela da Educação, foi inovadora. Quando do continente vinham algumas exclamações sobre as alterações que se iam introduzindo no Sistema Educativo, a resposta dos professores açorianos era, invariavelmente: “nos Açores já é assim.”

Não há dúvida que as políticas educativas dos governos do PS Açores foram inovadoras.

Mas, nem sempre inovação é sinal de progresso, nem sempre inovação é sinónimo de elevação dos níveis de qualidade e, neste importante sector, de cuja qualidade depende o futuro das ilhas, a quantidade deu lugar à qualidade.

Na Educação a satisfação estatística foi, e continua a ser, o grande desígnio dos governos de Carlos César. E isto é muito pouco!

Oportunidades para debater este sector não faltarão, não obstante, ainda direi que, lendo o Programa de Governo e ouvir a Senhora Secretária Regional da Educação e Formação dizer que está disponível para dialogar com os professores e fazer alterações no sistema de avaliação do desempenho da função docente, ficou demonstrado, não só, o alheamento e desconhecimento da situação real que se vive

nas Escolas, mas também, a interpretação redutora do descontentamento, do mau estar e até da conflitualidade latente que se vive no seio dos educadores e professores. Não se trata Senhora Secretária da Educação e Formação de um problema corporativo.

Não se trata Senhora Secretária Regional da Educação de alterar apenas o modelo de avaliação do desempenho.

O mal-estar, o descontentamento, a desmotivação a conflitualidade latente que se vive nas Escolas e que já começou a transbordar para as ruas, note bem Senhora Secretária Regional da Educação e Formação, não decorre apenas das questões do Estatuto Regional da Carreira Docente, o mal-estar, o descontentamento, a desmotivação dos educadores e professores decorre, não tenha dúvida Senhora Secretária, decorre da falência das políticas educativas construídas pelos I, II e III Governos do PS Açores e que a Senhora herdou.

Mas o mal-estar e desmotivação sentidos nas escolas da Região não são de agora. A actual onda de contestação é o resultado de anos de políticas erradas para o sector da educação, que pesam sobre a escola pública. Há que pôr fim aos horários de trabalho pedagogicamente inadequados, aos condicionalismos que cerceiam os direitos de protecção na doença e às orientações que desrespeitam a habilitação dos docentes e o conteúdo funcional da profissão, que descaracterizam a essência da profissionalidade dos educadores e professores e professores, ou que desincentivam quem pretende melhorar as suas qualificações profissionais. A estas e outras preocupações o Programa de Governo não dá resposta.

Nem mesmo a apologia de modelos importados que nada têm a ver com a nossa realidade, feita pela Deputada sombra da Secretária Regional de Educação e Formação, sustentada por um incontável número de citações avulsas, disfarçam a falência das políticas educativas dos governos do Partido Socialista dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas também em relação às questões relacionadas com a Base das Lajes este governo apresenta uma postura seguidista e distanciada da defesa dos interesses dos Açores.

E já que falamos da Base das Lajes é bom que se clarifique que sobre a introdução de novas valências ou sobre o destino que deve dar-se àquela infra-estrutura militar não pode aplicar-se o referendo regional, uma vez que as matérias dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional são competência exclusiva do Estado.

O PCP Açores considera, no entanto, que compete à Região, através dos seus órgãos de governo próprio exigir ao Governo da República que o relacionamento bilateral entre Portugal e os Estados Unidos deve partir do reconhecimento da dignidade mútua de ambos os parceiros e que os interesses dos Açores devem ser intransigentemente defendidos e salvaguardados.

Os Açores têm uma importância estratégica e devem saber potenciar a seu favor esse facto. No entanto, o Governo Regional não coloca nenhuma condição de princípio em relação à negociação de um novo quadro de relacionamento, não são concretizados nem alvo de qualquer quantificação previsional os eventuais custos e presumíveis prejuízos das novas valências da Base e, apesar de mencionar que existirão as devidas contrapartidas, ficamos sem saber quais são ou deveriam ser, para além das que os EUA decidirem bem entender dar de esmola, enquanto para isso utilizam o território da nossa Região para movimentar livremente a sua máquina de guerra, mesmo das formas mais ocultas e sinistras, com os conhecidos prejuízos para a segurança e paz mundial.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse.

O Orador: Ainda neste âmbito, o Governo não enfrenta na origem o problema social dos repatriados, fazendo-lhes apenas uma vaga menção, sem nenhuma correspondência em termos de medidas, com vista, por exemplo, a travar a injusta, discriminatória e desumana política de repatriamento por parte dos EUA, o que poderia ser obtido, por exemplo, ao nível das contrapartidas da Base das Lajes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PCP e a CDU Açores procurou neste debate, pese embora as enormes limitações do tempo que dispõe para intervir, demonstrar que existe um caminho alternativo ao que o PS se propõe percorrer. Procurámos demonstrar que o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das famílias não são inevitáveis, que as

assimetrias regionais não são inultrapassáveis, que a defesa dos interesses da nossa região perante o exterior não é incompatível com a manutenção das necessárias relações de amizade entre os povos.

Para trilhar este caminho alternativo e procurar, no diálogo construtivo, as soluções que de facto interessam ao povo açoriano, podem contar com o PCP e a CDU/Açores. Para com o nosso voto darmos cobertura à continuação da política da inevitabilidade dos sacrifícios para os mais fracos, do acrescentar das desigualdades, da subserviência e tibieza não, para isso Não!

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda/ Açores, tal como todas as forças políticas apresentaram aos Açorianos e Açorianas os seus programas políticos nas Eleições do passado dia 19 de Outubro.

O sufrágio popular ditou a composição desta Assembleia.

Todos e todas, deputados e deputadas com assento nesta Assembleia têm, sem margem para dúvidas, toda a legitimidade democrática.

Está neste caso o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Todavia, para a maioria do Partido Socialista esta não é uma verdade insofismável.

Para esta maioria existem votos de Açorianos e Açorianas de primeira e votos de Açorianos e Açorianas de segunda.

Assim apresentação de um projecto de alteração da Lei Orgânica desta casa que a pretexto dos custos exagerados que a nova composição da Assembleia acarretaria, faz cortes dirigidos onde as formações mais pequenas são severamente penalizadas.

Quero afirmar aqui, que o Bloco de Esquerda não está contra a redução de custos, não queremos uma autonomia de luxo, mas não aceitamos que seja à custa das mais pequenas formações políticas e particularmente à custa do Bloco de Esquerda que essas poupanças se implementam.

Apontamos de forma clara que é uma acção politicamente dirigida.

E senão vejamos.

A última alteração da Lei Orgânica foi efectuada, já com a nova lei eleitoral em efectividade legal. Não deram conta tão pressurosos contabilistas que as despesas iam aumentar. O problema não foi esse.

Mas sim, o povo dos Açores trocou as voltas aos estrategas do PS. E, vai daí o PS vinga-se.

Esta é que é a realidade.

Mas fiéis ao nosso pensamento, apresentámos ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa uma proposta informal que obteria os ganhos idênticos aos objectivos do PS e tinha uma base proporcional.

Mas, a maioria do Partido Socialista não quer discutir nada, quer pela força dos números submeter tudo e todos.

Esta posição de força do Partido Socialista como é politicamente claro, fere o regular funcionamento das Instituições Democráticas.

Ao retirarem às formações políticas mais pequenas meios mínimos para um trabalho com dignidade. O Partido Socialista intenta amordaçar outras vozes.

Apesar de tudo isto, esta bancada quer afirmar nesta casa, sede primeira da democracia autonómica, que tudo iremos fazer para a dignificar, ser fiéis aos Açorianos e Açorianas que nos mandataram e sermos uma força activa para o progresso e desenvolvimento desta terra.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É portanto fiéis ao nosso programa, sufragado, que a bancada do Bloco de Esquerda vota contra o Programa de Governo apresentado a esta Assembleia pelo Senhor Presidente do Governo Regional.

As desigualdades sociais nos Açores têm vindo a acentuar-se, e não é o BE/Açores que o diz, é o INE que também tem dias, que diz que os Açores são a região que regista o maior aumento da desigualdade nas distribuições de rendimento a nível nacional, e com os crescentes efeitos da crise global económica e financeira, no futuro próximo nada de bom se augura, para os sectores da população mais carenciadas e largos sectores da classe média.

Impõe-se pois o reforço da componente pública, com uma gestão rigorosa e virada para as pessoas.

Mas nada disto nos apresenta o Governo Regional.

Na saúde, não está no centro das preocupações do Governo as listas de espera de milhares de pessoas para uma especialidade ou cirurgia, as dezenas de milhar de pessoas que não tem médico de família, a precariedade da saúde oral, ou a débil ajuda aos deslocados e suas famílias.

Quando um estudo da DECO aponta os Açores como a região do país, na qual os exames auxiliares de diagnóstico são os mais caros do país, está descoberta a real vocação deste governo.

O anúncio de mais uma parceria para o centro de radioterapia de S. Miguel é o seguimento desta política a par da construção, também em parceria do novo hospital da Terceira.

Todos os estudos do Tribunal de Contas apontam para o desastre financeiro que constituem estas parcerias.

Só servem para defraudar os cofres públicos que sustentam negócios com o rendimento máximo garantido.

Não é bom caminho para os Açores e particularmente para os mais pobres.

Num momento em que o neoliberalismo sofreu uma pesada derrota, arrastando atrás de si milhões e milhões de seres humanos para o sofrimento e o desespero, em contra ciclo nos Açores o neoliberalismo está de saúde.

Mas a matriz desta política de saúde estende-se a todos os sectores.

Nos transportes, impõe-se uma política economicista que divide os Açorianos em primeira e segunda categorias, criando um mal-estar generalizado que ajuda a promover na opinião pública um desejo de mudar.

O Menu está preparado. Com dinheiro público, entregar o serviço a privados.

Este filme volta a repetir-se na energia, no tratamento e recolha de resíduos, nos portos em sectores da educação e mesmo de apoio social, e por aí fora.

Serviços essenciais como estes, são basilares para colmatar as desigualdades sociais provocadas pela sociedade, são por isso factores de cidadania e democracia.

Para o privado, como é lógico, o seu alvo primeiro é o lucro, logo as populações tem piores serviços, mais caros e profundamente mais desequilibrados territorialmente.

Por outro lado a alienação por parte do Estado destes serviços coloca-o como refém dos interesses que os controlam.

Sabemos que nem tudo é para privatizar já, pois a conjuntura não é favorável, mas o caminho está a ser aberto por este programa de Governo.

Por aí não vamos Senhor Presidente do Governo Regional.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste programa de Governo, é apresentada com pompa e circunstância a abertura de mais valências para o Estado Americano, na base das Lajes.

Integrar a Base no plano Africom (que não é mais nem menos do que a projecção de forças americanas sobre África) e, com eixo na Base, todos os Açores, se transformarem num campo de treinos militar para aviões de última geração e mísseis. É uma aventura, e uma irresponsabilidade política de tamanha grandeza.

Assunto desta natureza, com esta magnitude exige uma consulta séria às populações. Para isso, bastará recorrer ao mesmo enquadramento jurídico que permite um referendo ao Tratado de Lisboa, também ele um tratado internacional.

Não basta a associação política e logística dos Açores à guerra ilegal e inexplicável contra o Iraque, não basta a associação do nome Açores a Guantanamo por via dos voos da CIA, quer agora o Governo assumir novas e maiores facetas na ajuda da guerra.

Quando o fundador do PS, Dr. Mário Soares, vem defender o fim da NATO, os seus camaradas nos Açores apresentam-se como falcões da guerra.

Mas para melhor passar esta ideia apressa-se o Governo a acenar com os benefícios, mas sobre isso estamos entendidos, bastou ver a intervenção do Senhor Secretário Regional da Presidência nesta Casa.

Quando quis apontar-nos os benefícios, perdeu o papel.

E, Nesta matéria os postos de trabalho estarão muito mais defendidos – como, infelizmente, a vida vem demonstrando – com a transformação desta base militar,

numa plataforma comercial, que essa sim aproveitará mão de obra especializada e a economia dos Açores agradece.

Por outro lado, não é de bom tom que, quem até agora não levantou a voz pela defesa dos trabalhadores da Base, venha agora em letra de forma ajudar a criar uma Comissão de Trabalhadores.

Não é caminho Senhor Presidente do Governo, e espera o Bloco de Esquerda que o Senhor tenha a coragem política, de fazer aos Açorianos e Açorianas a pergunta que se impõe neste caso.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não quero deixar de abordar embora de forma sucinta mais alguns aspectos com importância vital neste programa.

Como disse atrás o apoio social público é decisivo para a existência da própria democracia e seu reforço a todos os níveis da sociedade.

Neste programa do governo o que se vê é a progressão na continuidade, isto é mais do mesmo.

E, o problema é que, mais do mesmo, não chega e nesta conjuntura, significa pior.

Abordemos, agora, as duas áreas sintomáticas de forma sucinta.

Ficou o Senhor Presidente visivelmente irritado quando na minha primeira intervenção acusei este governo no seguimento do anterior de no mínimo, insensibilidade perante a chaga social que é efectivamente a violência doméstica.

Todos os estudos apontam que a nossa região ocupa o triste 1º lugar de maior número de casos de violência e nem assassinato de seis mulheres este ano, nem isso fez tocar a rebate as campanhas no palácio de Santana.

Perante um problema sério em crescimento, com custos sociais e familiares elevadíssimos, já para não falar das vítimas, a resposta do governo é, temos trabalhado alguma coisa e vamos continuar a trilhar o mesmo caminho.

Insensibilidade em política, não se mede pelo aumento do ritmo cardíaco, perante a infelicidade alheia. Em política, tomam-se medidas de acordo com a dimensão do flagelo.

Presidente: Sra. Deputada agradecia que terminasse.

A Oradora: E, essas, não estão no seu programa, Senhor Presidente do Governo Regional.

Um estudo divulgado pela PSP, apontava que 60% dos crimes contra o património, nos Açores tinham como origem a toxicodependência.

Vários estudiosos da problemática apontam que este problema está a aumentar nos Açores e atinge cada vez mais escalões etários mais baixos.

Estamos perante um gravíssimo problema de saúde pública, em paralelo com a questão da segurança dos cidadãos.

Não somos autistas ou ingénuos para que não tenhamos a consciência da dificuldade em alterar padrões culturais e comportamentais lesivos.

Mas uma certeza temos fundamentada ou iniciamos já um combate com os meios adequados ou o problema agrava-se.

Mas esta urgência não se vislumbra no programa.

Presidente: Sra. Deputada agradecia que terminasse, porque foi-lhe fixado 10 minutos, que já ultrapassou.

A Oradora: Termine já, Sr. Presidente.

E, também aqui, mais do mesmo quer dizer pior.

Na educação a política não fugiu às regras economicistas e mais do mesmo é transposto para o governo.

Na esteira do governo da república, o governo regional reduziu a função docente ao patamar de uma fábrica de pregos.

Os objectivos, entre outros, eram simples:

Dividir os professores e diminuir os custos com a educação.

Perante a forte reacção dos professores o governo, com promessas de recuo, tenta agora manobrar, para evitar o prolongar da contestação.

Mas também na escola inclusiva se deram passos atrás com o quase completo desmantelamento do apoio aos alunos portadores de deficiência. A fragilidade do apoio social e psicológico em rede, para ajudar a uma escola inclusiva é preocupante.

A negação da existência de uma disciplina não valorativa e dada por especialistas que abordasse as problemáticas das dependências da educação sexual e de Identidade de

Género não ajuda a uma escola inclusiva, nem permite que seja uma aliada séria de outros combates nesta área.

A não limitação de mandatos do Conselhos executivos, não ajuda à participação nem ao crescer para a cidadania.

São pois, alguns aspectos centrais de que o caminho que o Programa de Governo aponta, é mais do mesmo e quer dizer pior.

Estamos perante um programa de governo que conduzirá a mais desigualdades sociais, aumentando as clivagens que cada vez mais se fazem sentir e pretende colocar objectivamente colocar os Açores na rota da Guerra.

Por isso, tem o nosso voto contra.

Disse.

Deputado José Cascalho (BE): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, em primeiro lugar, me dirija ao Presidente do nosso Parlamento, Dr. Francisco Coelho, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas nobres funções.

Como Presidente do primeiro e mais importante Órgão de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, fazemos votos para que exerça o seu cargo, com isenção, imparcialidade e sempre na defesa da independência e dignidade deste Parlamento.

Sendo certo que assim o fará, conte com o apoio e colaboração institucional por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP, o maior de sempre na história da Autonomia.

Gostaria agora de formalmente cumprimentar as senhoras e os senhores Deputados de todas as outras bancadas, deste que é o maior e mais plural hemiciclo da nossa Autonomia, fruto de uma nova Lei Eleitoral, na qual o CDS-PP se empenhou, defendeu e também aprovou, na convicção de que um sistema eleitoral que melhora a proporcionalidade e aumenta a pluralidade reforça a democracia.

Infelizmente, parece que quem, afinal, se “engasgou” com tanta democracia foram aqueles que outrora na oposição se afirmavam como democratas de corpo e alma. Agora constituem-se, quem diria numa “força de bloqueio”...

Se é verdade que o Partido Socialista ganhou as eleições, também é verdade que perdeu 15000 votos nos Açores, ficando-se pelos 49,9%, muito aquém do sonho cor de rosa que tinham, depois de terem feito o que podiam e o que não podiam para o realizar, materializando o sonho numa esbanjadora campanha de 2 milhões de euros! Chegamos ao fim da discussão daquilo a que a maioria socialista chama Programa do Governo. Nós preferimos a designação mais correcta e adequada do documento: Reprograma.

De facto grande parte do conteúdo já havia sido anunciado em outros programas, nada mais sendo do que um enunciado, vastamente anunciado, outras tantas denunciado e não raras vezes mal concretizado.

A avaliar por aquilo que tem sido a política baseada na evidência por parte do Partido Socialista os Açorianos ficam aqui com mais um conjunto de diagnósticos, de prognóstico reservado, e com terapêuticas inexistentes para a cura das maleitas que tanto aflige a nossa sociedade.

Não podemos concordar que se re programe a intenção e se esqueça a acção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em política as aparências não iludem. Com os mesmos intérpretes voltamos, esta semana, nas “Ilhas Com Futuro” a reviver o passado.

Apesar deste Governo Regional se apresentar com uma maioria menos absoluta, mas mais totalizante, no quadro parlamentar, não perde o mau hábito de persistir permanentemente numa eleitoral análise ao que fez, esquecendo-se, em larga escala, de contemplar no documento o que, concretamente, quer fazer no futuro.

Utilizar grande parte do Programa do Governo e da sua discussão para fazer apologia do passado é, seguramente, a par de uma inutilidade formal e temporal, um desequilíbrio substancial. Será uma premonição de incapacidade?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Representando nesta Assembleia os três grupos de ilhas dos Açores com cinco Deputados, o CDS-PP não pode concordar com um Programa do Governo que contraria, frontalmente, políticas e medidas com as quais nos identificamos no intuito de traçar um rumo de futuro para a Região.

O CDS-PP quer aumentar as diárias dos doentes deslocados e estabelecer protocolos com unidades hoteleiras dignas para o alojamento de quem já lhe basta o sofrimento da doença quando deslocado;

O Programa do Partido Socialista não refere quaisquer objectivos neste sentido.

O CDS-PP quer acabar com os abusos que se verificam no Serviço Regional de Saúde e humanizar os cuidados de saúde;

O Programa socialista não dá qualquer importância a um eventual combate desses abusos e quanto à humanização dos cuidados pouco se propõe fazer.

O CDS-PP defende um melhor sistema de transportes aéreos e marítimos;

O Programa socialista defende a manutenção dos existentes.

O CDS-PP quer maior aposta nas energias renováveis para diminuir a dependência externa da Região;

O Programa socialista, comparado com o de 2004, prevê uma redução de investimento neste sector.

O CDS-PP quer potenciar as capacidades produtivas do sector primário, através da resolução dos problemas de escoamento que os produtores agro-pecuários e pescadores têm sentido;

O Programa socialista mantém os sectores pilar da economia regional dependentes das vontades da SATA.

O CDS-PP quer fiscalizar ao cêntimo a atribuição do Rendimento Social de Inserção, para terminar com abusos que pululam por mão socialista;

O Programa socialista é tão modesto que deixa a ideia de que se vai continuar permitindo abusos que colocam a Região como a quinta do País com mais beneficiários desta prestação social, somente atrás dos maiores centros urbanos nacionais, com 17.627 beneficiários individuais e 5118 famílias abrangidas – números do passado mês de Setembro. Pelo meio, o reconhecimento envergonhado e a muito custo, de que afinal existem “uns malandros”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No capítulo da saúde a insuficiência foi aguda e grave com muitas promessas feitas e sem cura à vista.

Não cumpriram, não acreditamos!

Os Governos do Partido Socialista falharam uma das suas mais emblemáticas promessas – um médico de família para todos os Açorianos.

Falharam e, por aquilo que hoje ouvimos, já desistiram de o fazer!

Basta esta para que quase todo o resto falhe.

Na Educação fez-se luz: a teimosia inicial foi vingada por uma estratégia mediática do Governo Regional que ao ver os estragos continentais provocados pelos seus camaradas, arrepiou caminho entrando na nova Legislatura como deveria ter procedido quando elaborou o Estatuto da Carreira Docente e o modelo de avaliação de desempenho – dando atenção, finalmente, a uma classe que outrora ousou desprezar.

Ficamos à espera para ver que proposta de alteração virá daí, até porque temos a consciência tranquila de, mais uma vez, desde o princípio, o CDS-PP ter tido razão.

A assunção de um erro não é um mau princípio. É, neste particular, a confirmação de que se andou a perder tempo.

Não se vislumbra neste Programa métodos, práticas e sobretudo objectivos com a intenção de melhorar a aprendizagem dos alunos e os resultados das escolas dos Açores, tirando-as do fundo das tabelas de ranking das escolas.

Este é o Programa de um Governo que assume a falta de crença em que as escolas das ilhas pequenas “nunca” poderão ser comparáveis com as escolas do centro das cidades maiores. Ou seja, não se aposta na excelência. Teremos açorianos de primeira e açorianos de segunda, por mais propaganda política que se faça em sentido contrário.

É a negação completa do paradigma da coesão e da redução de assimetrias. Diferenças haverão sempre, mas há margem para a sua redução.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Simplista!

Só assim é que o CDS-PP consegue descrever o capítulo dos transportes do Programa deste Governo.

Nos transportes aéreos não vemos como manter um serviço “eficiente” com o modelo vigente: um modelo que cria desigualdades entre açorianos conforme a sua ilha de origem; não pode ser “eficiente” quando se faz delongar no tempo a colocação em

funcionamento de um parque de combustíveis que prejudica os passageiros de duas ilhas, na sua ligação ao exterior da Região, e a própria companhia aérea, que vê aumentados os custos de operação; nunca será “eficiente” um serviço que quase constantemente, alegadamente por falta de disponibilidade, deixa ficar retido, nos aeroportos e aeródromos das ilhas mais pequenas, quilos e toneladas de produtos perecíveis que são sustento de várias famílias e fruto de árduo trabalho.

Este é um Programa de Governo que em termos de transportes aéreos voa sem instrumentos de auxílio à navegação. Não se fala em baixar tarifas, promover pacotes promocionais, resolver os problemas de carga nas ilhas mais pequenas e acabar com taxas que extorquem dinheiro aos açorianos...

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Governo define no capítulo da agricultura que “o grande objectivo global para a próxima legislatura deverá ser a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente atractiva”.

Louváveis intenções, que poderão induzir o leitor mais distraído a pensar que é desta que o Governo vai apostar seriamente na agricultura biológica. Desenganem-se, pois não há uma única referência a esta modalidade de agricultura nas mais de 51 mil palavras que constituem o Programa do Governo.

Aliás, ao ler este capítulo fica-se, a certa altura, com a sensação de estarmos a ler o capítulo do turismo, pois o Governo considera que a solução para a agricultura passa por “promover condições para o desenvolvimento de actividades não agrícolas” e “o desenvolvimento de iniciativas turísticas e de outras actividades de lazer e recreio relacionadas com o meio rural e que sejam social, económica e ambientalmente sustentáveis, em estreita sintonia com os macro-objectivos turísticos delineados para os Açores”.

Percebemos a dificuldade do Governo em apresentar soluções alternativas à monocultura da vaca, porquanto por demasiado tempo este PS, com proveitos eleitorais, estimulou essa prática enraizando-a de tal forma na sociedade açoriana ao ponto de se ter transformado num modo de vida dependente, qual comportamento de risco – vaca-dependência –, por contraponto a uma actividade económica de cariz empresarial com objectivos de sustentabilidade e rentabilidade.

E chegou o momento, pelo que tem que ser este Governo a apresentar uma solução válida para a agricultura no tempo em que a União Europeia, atempadamente anuncia o fim dos mecanismos de protecção à produção, ou seja, a quota leiteira.

Oxalá de que com o fim anunciado da quota leiteira as nossas explorações, em vez de apascentarem ruminantes, não passem só a apascentar turistas!

Em matéria de Ambiente ficamos perplexos ao verificar que o Governo não dá a conveniente importância ao problema da qualidade do ar criando a expectativa de instalar estações de monitorização da qualidade do ar. Concordamos, só que nas medidas a implementar está referenciada a instalação de apenas uma única estação numa única ilha.

Pouco ambicioso!

O Governo considera a necessidade de “investir rapidamente na criação da rede de detecção precoce de fenómenos hidrológicos extremos”. O fenómeno hidrológico extremo que melhor conhecemos é a seca nas torneiras do Concelho de Angra do Heroísmo por incúria e incompetência socialista. Fenómeno que, lamentavelmente, já se estende a outras ilhas e concelhos.

No capítulo da energia, o Governo refere que “a economia açoriana caracteriza-se por uma elevada dependência face ao abastecimento externo de energia primária sob a forma de derivados do petróleo” e que apresenta “fortes limitações ao nível da eficiência na utilização e consumo energéticos, em particular na produção eléctrica e nos transportes”.

Esperava-se de um Governo que já vai para o quarto mandato consecutivo, medidas mais arrojadas e objectivos mais ambiciosos. Parece-nos sensato um plano de investimentos a médio prazo no domínio das energias renováveis, o que já consideramos redutor é “procurar atingir, em seis anos, 50% de produção de energia eléctrica renovável”, quando, no programa eleitoral sufragado, o PS se propunha a atingir essa meta dos 50% em apenas 5 anos!

Mas não se julgue que a história termina aqui. O mais grave é que este PS já, em 2004, se tinha proposto no Programa do Governo a “que, em 2008, a componente renovável da produção de energia eléctrica atinja os 40%”.

Verificamos, no entanto, que conseguiu apenas 28% de produção de energia a partir de fontes renováveis em 2007. Ou seja um aumento de produção entre 2004 e 2007 de apenas 10,1% contra os 22,1% a que se propunha. Isto é um aumento anual médio de 5,9%. Ficou-se pela metade!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo afirma que “importa agora aprofundar a nossa relação com o Mar”. Porquê só agora? Será que esta afirmação significa que o Governo finalmente percebeu a importância deste território, que possui a módica dimensão de 984 mil Km², representa tão só 57% da Zona Económica Exclusiva Portuguesa e quase um terço de Zona Económica Exclusiva da União Europeia?

Tudo indicaria que sim! Até se afirma que “é fundamental que os parceiros do sector regional das pescas continuem, de forma articulada e unida, a lutar pela restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota”.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que terminasse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

No entanto, lamentamos que nas medidas enumeradas não se encontre a assunção explícita deste objectivo.

Com doze anos de governação, o PS vem dizer que “há que repensar muitas das actuais estratégias” e que existem “diversas economias insulares que oferecem à Região interessantes lições de sucesso no aproveitamento das suas posições, cujos portos contribuem de sobremaneira para a economia local”. Estas afirmações mais não são do que a assunção da falta de visão estratégica para este território insular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Perante todas estas incongruências, omissões, decalques do pretérito mais do que imperfeito e falta de capacidade em perspectivar um futuro pelo menos de quatro anos, o CDS-PP não pode, infelizmente, votar favoravelmente o Programa do X Governo dos Açores.

Continuaremos seguindo uma postura de oposição construtiva, aprovando as boas propostas que vierem a esta casa, mas também fiscalizando como é nosso dever a actividade governativa.

Porque, à semelhança do que um socialista afirmou outrora, “*não é um Programa do Governo que mais salienta as diferenças de concepção sobre o futuro dos Açores (...) têm sido os intérpretes e executores os fautores dessas diferenças, salientando-se*” naturalmente agora o Partido Socialista “*por usar um Programa em eleições e governar sem Programa fora delas*”.

Continuo, e o Sr. Presidente me permite, citando Carlos César quando era deputado, que em 1992, no fim de um ciclo político justificava o voto contra do PS ao Programa do Governo: “*Eleitoralmente renascido, este Governo é porém politicamente sobrevivente. Ou seja, aparentemente e a julgar pelo seu Programa, é outro Governo igual para governar da mesma maneira*”. Fim de citação.

Que bom era para os Açorianos se os Governos aprendessem com a história. Certamente haveria menos abstenção.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do CDS/PP e do Deputado Paulo Estêvão do PPM)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um governo de continuidade. É o próprio Presidente do Governo Regional que o consente e proclama. É um Governo que concluirá, com o Programa que agora apresentou, um ciclo de 16 anos consecutivos da mesma governação. De agora em diante, dele esperamos que passe a fundamentar efectiva e permanentemente as suas propostas e que não se escuse de prestar contas à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, valorizando, assim, o escrutínio parlamentar à acção política do Governo Regional.

Estivemos neste debate de forma séria e confrontámos o Governo Regional com os resultados alcançados ou com a falta deles. Abrimos também as portas para um conjunto de propostas que iremos apresentar ao longo desta legislatura. Com essa atitude, e com total disposição para exercer a fiscalização da actividade governativa,

estamos empenhados em contribuir para a melhor governação da Região Autónoma dos Açores e, assim, zelar pela melhoria das condições de vida dos açorianos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esperávamos um Programa de Governo para este X Governo Regional. E, formalmente, assim foi apresentado. Contudo, não podemos deixar de dizer que encontramos um documento que, no essencial, é igual ao do IX Governo Regional, ou ao do VIII, ou mesmo ao do VII. Doze anos passaram e as ideias, as propostas e as estratégias não mudaram. O mundo, esse mudou. Muda todos os anos, todos os meses ou até todos os dias. Os novos desafios necessitam de outras respostas. Este Governo mantém a mesma postura, as mesmas receitas, as mesmas abordagens. Faltam os resultados e falta a originalidade. Mas falta também o interesse e o entusiasmo. Faltam até novas caras. O ciclo socialista está no fim.

Deputado Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Este Programa é o retrato do cansaço do Partido Socialista, do partido que na campanha eleitoral dizia querer ser o partido dos açorianos, que queria ter um "score" eleitoral nunca antes alcançado nos Açores, e que na noite das eleições despertou para uma perda de 15.000 votos, em relação a 2004, que se acomodou à mais alta abstenção em eleições regionais.

Este Programa do X Governo Regional é a sequência lógica de um governo gasto, cansado, de um governo que não consegue mobilizar a sociedade civil açoriana, de um governo representativo do fim do ciclo da governação socialista da Região. De um governo, cujo Presidente já se preocupa mais com o seu futuro político na República do que com a governação do dia a dia dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se retirarmos a parte comicieira, o auto-elogio, e a tentativa de reescrever a história da Autonomia e da Democracia dos Açores a partir de 1996 – algo que representa cerca de dois terços das páginas deste Programa – sentirá um vazio, sentirá um “dejá-vu”.

Estamos, assim, perante mais do mesmo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Programa do X Governo Regional do Partido Socialista espelha, na sua essência e nos seus termos, a falta de resultados, pese embora os milhões e milhões de euros gastos ao longo dos doze anos da governação socialista da Região.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A verdade é que os Açores têm beneficiado de um significativo volume de fundos comunitários. De valor incomparavelmente superior à média dos obtidos pelas regiões europeias menos desenvolvidas, seria de esperar que a economia açoriana não estivesse quase estagnada em termos de convergência há vários anos. No entanto, com a divulgação das Contas Regionais relativas a 2006, constatou-se que a capitação do Produto Interno Bruto açoriano se encontrava em 67% da média dos Vinte e Sete naquele ano, nível que já havia sido atingido em 2003. De 2001 a 2006, os Açores apenas conseguiram convergir dois “magros” pontos percentuais, uma vez que aquele indicador representava 65% da média europeia no primeiro daqueles anos.

Sectorialmente, intensificam-se as preocupações.

Na agricultura, os agentes do sector fazem sentir os seus temores. O aumento forte dos preços dos factores de produção que se tem verificado, em conjugação com a quebra patente dos rendimentos do leite e, especialmente, da carne fundamenta as expectativas pouco pessimistas dos agentes do sector.

No importante sector da construção continua muito distante o cenário positivo que as empresas de construção já conheceram. Os licenciamentos de edifícios estão em constante descida, com quebras que ascendem a dois dígitos. A quebra dos edifícios concluídos é muito superior.

No sector do comércio intensifica-se o desânimo. As empresas do sector não se cansam de fazer sentir as suas preocupações e vêm-se obrigadas, muitas vezes, a tomar medidas de contenção com impacto negativo na actividade económica e no emprego.

No turismo, sector privilegiado pelas entidades oficiais, a evolução recente é altamente preocupante para o andamento da actividade económica em geral. Tem

criado a apreensão das empresas do sector, dado o esforço de investimento que promoveram nos últimos anos, como resposta ao desafio feito pelo Governo. Encontra-se em quebra desde Setembro de 2007, num conjunto de descidas sucessivas que perdurou, pelo menos, até Setembro do presente ano. As reduções atingiram doze dos treze meses em causa.

Com graves repercussões no domínio social, o desemprego é um fenómeno em tendência de subida desde 2003. Se naquele ano chegou a descer até uma taxa de 2%, correspondente a cerca de 2,100 desempregados, em 2006/2007 encontrava-se num patamar na ordem de 4%. Já no presente ano, chegou a atingir 5.6%, envolvendo quase 6,500 desempregados. Para informação da Senhora Secretária, que recentemente se envolveu nestes domínios, o Destaque do SREA relativo ao último Inquérito Trimestral ao Emprego refere que a “população desempregada nos Açores, no 3º trimestre de 2008, estima-se em 6.170 indivíduos, que compara com os valores de 6.364 no trimestre anterior e com 4.370 no trimestre homólogo”. Sugere-se, por isso, que a Senhora Secretária rectifique os valores bem menores que trouxe ontem a esta Assembleia.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Por outro lado, está aqui patente um aumento homólogo de 1.3 pontos percentuais, um agravamento significativo que foi esquecido, provavelmente de forma deliberada, pelo Senhor Presidente do Governo no seu discurso de tomada de posse, onde preferiu destacar a ligeira descida relativa ao trimestre anterior, o que é técnica e politicamente inaceitável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nos transportes, a falta de resultados é assustadora. No transporte marítimo de passageiros apenas se pode falar de uma história triste, continuando sem existir uma solução consistente, com 50 milhões de euros entretanto já gastos. Nos transportes aéreos a santa aliança SATA/TAP, aliada à resignação perante o Governo da República, continua a penalizar os açorianos nos preços das passagens e a dinamização do sector do turismo. Este Programa perde a oportunidade de, finalmente, se pensar num sistema integrado de transportes, aéreo e marítimo, de passageiros, viaturas e carga.

A tão badalada política de coesão fracassou. Nunca passou de uma vaga promessa. As chamadas ilhas da coesão continuam à espera da aplicação de uma estratégia de promoção do seu desenvolvimento que se revele adequada. Continuam a braços com o espectro da desertificação, a que assistem impotentes. Falta-lhes esperança.

Temos ainda um governo que, ao fim de doze anos de maioria absoluta, apresenta o vergonhoso número de 80,000 açorianos sem médico de família. Podemos também mencionar as listas de espera de meses e anos para uma consulta ou uma intervenção cirúrgica. Podemos igualmente referir os recém-formados enfermeiros açorianos que têm que emigrar à procura de emprego, quando há tantos Postos de Saúde, Centros de Saúde e Hospitais que têm falta de enfermeiros.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Podemos, enfim, constatar toda a falta de resultados da governação socialista da Região no sector da Saúde, pese embora o amontoar de dívidas da Saudaçor, dos Centros de Saúde e dos Hospitais.

Na área da Educação o Programa do Governo resume os problemas de que padece o nosso sistema educativo aos que foram revelados pelo estudo PISA. Esquece a burocracia irracional que submerge as escolas, esquece o sucesso administrativo que leva à contínua transição de alunos impreparados, esquece os guetos de violência e de exclusão que a própria escola está a criar sob o pretexto da inclusão e procura disfarçar com alguns anúncios de última hora o descontentamento e a desmotivação que se generalizou a toda a classe docente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não passa, por isso, de um programa conformista, que se auto-satisfaz na contemplação estática da bondade da obra feita, sem chama nem projecto de efectiva mudança.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A campanha de marketing e propaganda dos quatro governos regionais socialistas, ao longo destes doze anos, poderia levar a qualquer cidadão menos atento à impressão que a pobreza tem diminuído nos Açores. Que muito dinheiro tem sido gasto nos Açores nos mais diversos programas de reinserção social, de apoio aos

idosos e à infância, é uma verdade de que os Relatórios de Execução dos diversos governos regionais socialistas se têm encarregado.

A falta de resultados no Combate à Pobreza nos Açores não se deve às avultadas verbas dedicadas à Solidariedade Social. Deve-se, isso sim, a uma política assistencialista que não fornece os meios nem persiste nas estratégias que leve os beneficiários à sua autonomia. Pelo contrário, parece que os governos regionais socialistas se orgulham de todo e qualquer dado estatístico que seja sempre superior aos dados do Serviço Regional de Estatística, desde 1996. Deve-se também à incapacidade dos governos regionais socialistas de dinamizarem a economia regional, ao ponto de esta exigir uma maior participação da população feminina e dos açorianos com graus de escolaridade mais inferiores. A economia açoriana não consegue dar resposta aos sectores mais frágeis da população da Região. Infelizmente a pobreza têm aumentado nos últimos tempos na Região.

Quanto às finanças públicas, é hoje em dia já claro que não basta a mera proclamação de que são saudáveis. Falta-lhes verdade e carecem de transparência. Urge acabar com operações de mera cosmética e engenharias financeiras inadmissíveis. A descarada transferência de encargos para as gerações futuras, para acudir a meros interesses eleitorais, é imoral.

Ao contrário do Governo, o PSD não está satisfeito com este estado de coisas. Bem, pelo contrário. Está inconformado. E assim vai continuar nos próximos quatro anos. Queira a maioria absoluta do Partido Socialista ter a tolerância democrática e o bem dos Açores como ponto de partida e será fácil aceitar as propostas alternativas que o PSD irá apresentar ao longo dos próximos quatro anos.

Não é por ser este o último Governo Regional que Carlos César preside, não é pelo facto de os sinais de fim de ciclo da governação socialista da Região se tornaram cada vez mais evidentes, não será pelo simples facto de a maioria absoluta socialista dar os sinais de continuidade da sua arrogância no que concerne ao debate político e à fiscalização dos actos do governo, que este Parlamento e o PSD vão baixar os braços.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não queremos esperar quatro anos para que o poder socialista apodreça definitivamente. O PSD irá apresentar projectos alternativos às políticas socialistas,

nas mais diversas áreas. O PSD irá defender os interesses das pessoas neste Parlamento. O PSD não se deixará distrair com as lutas internas pelo poder no Partido Socialista.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

A vida dos açorianos não está fácil. Para muitos está mesmo difícil.

É para eles que o PSD vai trabalhar nos próximos quatro anos neste Parlamento que, por sinal, é o primeiro órgão da Autonomia Açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É por isso também que, neste momento, não poderíamos deixar de falar de crise. Se bem repararam, só agora estamos a utilizar um termo que parece não agradar a alguns.

Dizia o Presidente do Partido Socialista, em 7 de Outubro passado, em Santa Maria, que “os Açores estão a passar ao lado da crise que afectou o país, bem como da crise internacional que afecta países como França, Alemanha ou Espanha mercê das políticas em devido tempo adoptadas pelo Governo do Partido Socialista”.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Não é verdade!

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Está no site do PS!

O Orador: A crise, para alguns, surgiu assim por obra e graça do acaso, no dia a seguir às eleições. Essa é a crise que foi depois oficializada pelo mesmo Presidente do Partido Socialista no seu discurso de tomada de posse como Presidente do Governo Regional.

Nós conhecemos a crise que os açorianos há muito sentem. Da crise que tem penalizado fortemente a vida das famílias e empresas açorianas. Da crise que o Governo e o Partido Socialista afastaram do seu discurso até 19 de Outubro.

Curiosamente, num Programa de Governo que iniciará a sua aplicação num período como este, não se vislumbra a disposição efectiva para combater os seus efeitos. Para a economia mundial espera-se que os problemas actuais se intensifiquem, pelo menos, no próximo ano. Mesmo que não prossiga nos anos seguintes, certamente existirão efeitos gravosos que se farão sentir por mais tempo. O Governo, no seu

Programa, assobia para o lado e finge que nada de grave está a acontecer. Distracção? Certamente que não. Irresponsabilidade? Provavelmente.

Vozes do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Para nós, os tempos que correm são motivo de grande preocupação. Foi por isso que, embora com base em medidas avulsas, que não vemos vertidas no documento que encerra a estratégia a seguir pelo governo nos próximos quatro anos, considerámos, há menos de uma semana, como globalmente positivo o pacote para as empresas que o Governo apresentou às Câmaras de Comércio da Região. A bem da verdade, deve admitir-se que incluiu algumas que o PSD já tinha anunciado em plena campanha eleitoral.

Sendo um conjunto de medidas que, embora vago, pode constituir um paliativo para o sufoco financeiro que atinge o tecido empresarial regional, dissemos que não se mostrava como consistente para a consolidação da sua actividade futura. Trata-se, na verdade e apenas, de um conjunto de medidas de curto prazo. De fora ficaram as famílias, o que condiciona, quer o seu próprio bem-estar e equilíbrio, quer os efeitos que uma actuação a esse nível teria na economia em geral e na actividade empresarial em particular.

Dado que a conjuntura económica mundial, nacional e regional se apresenta realmente adversa, o Grupo Parlamentar do PSD apresentará um conjunto de propostas neste domínio, em tempo oportuno e nos termos adequados.

Para as famílias, consideramos que, desde já, e para o aumento do seu poder de compra, se deve promover a despenalização fiscal, através da redução de todos os escalões de IRS, ao abrigo da LFRA, para o limite de 30% das taxas nacionais, que o Partido Socialista recusou em Setembro último, devendo também ser aumentados os limites de créditos fiscais em sede de IRS para despesas com saúde e educação, sectores mais afectados pela inflação nos últimos anos. Consideramos ainda que se deve adoptar uma política de saúde com garantias de acessibilidade a todos e equidade no tratamento e que é essencial a criação de incentivos à criação de emprego feminino através de políticas de conciliação da vida profissional, com a vida familiar das mulheres.

Para as empresas, consideramos essencial a implementação de programa de “Pagamento a tempo”, aplicável aos poderes regional e local, para gerar maior liquidez nas empresas, a aceleração dos processos de concessão de incentivos ao abrigo dos sistemas de incentivos já em vigor e o adiantamento do valor dos incentivos, numa percentagem de 30%. Fundamental é também o lançamento de obras públicas de menor dimensão, de modo a possibilitar mais oportunidades de negócio às empresas locais, apoiar a consolidação de créditos bancários e a criação dum sistema de saneamento financeiro das empresas, a criação duma linha de crédito especial para a resolução dos respectivos problemas de tesouraria, com pagamento de juros por parte do governo ou a alteração da cobrança do IVA para que os seus efeitos ocorram a partir da emissão do recibo. Revela-se também necessário o apoio a indústrias tradicionais, designadamente as que se encontram a jusante dos sectores da agricultura e pescas, intervindo no respectivo capital em situações devidamente fundamentadas.

Assim como aceitámos como válidas as propostas que o Governo apresentou, apesar da sua insuficiência, desafiamos o Governo e a maioria parlamentar do PS a aceitar as propostas que o PSD apresentar, quer para as empresas, quer para as famílias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à nossa posição sobre este Programa de Governo, não fingimos. O PSD apresentou-se nas eleições legislativas do passado mês de Outubro como alternativa de Governo e com o seu próprio programa eleitoral. Tem, por isso, a reforçada legitimidade política de afirmar a sua oposição democrática, enquanto alternativa.

O Senhor Presidente do Governo Regional, aliás, na altura em que entregou o Programa de Governo nesta Assembleia, deu nota de que, em seu entender, o mesmo não mereceria o nosso apoio.

Disse, na mesma altura, que tal facto não o preocupava. Tem todo o direito à sua indiferença. Efectivamente, os açorianos é que devem ficar preocupados.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A manutenção da estratégia de desenvolvimento consubstanciada neste Programa de Governo é o prenúncio de que os Açores irão, por mais quatro anos, manter-se fora da rota da convergência. Mais quatro anos perdidos são, certamente, motivo de preocupação, muito mais quando coincidem com os anos centrais da aplicação do actual quadro de apoios europeus.

É óbvio para todos que o ciclo socialista está na sua ponta final. Com um governo a “arrastar-se” por mais quatro anos, surgirão, inevitavelmente, reflexos negativos nas condições de vida dos açorianos.

Quanto a nós, mantemos a preocupação e a coerência. Correspondendo à óbvia expectativa política dos açorianos e eleitores, o Grupo Parlamentar do PSD, como já anunciou, votará contra o Programa do Governo do Partido Socialista.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão do PPM)

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hélder Silva.

Deputado Hélder Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção nesta tribuna na qualidade de líder parlamentar do PS e, simultaneamente, a primeira intervenção que faço nesta Legislatura, é com gosto que cumprimento Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia e, por seu intermédio, as senhoras e senhores Deputados, augurando-lhes os maiores sucessos no desempenho das funções para que foram eleitos.

Iniciamos hoje verdadeiramente um novo ciclo governativo, marcado pela aprovação do Programa do X Governo Regional, ficando os dois órgãos de governo próprio da Região investidos de plenos poderes na decorrência das eleições do passado dia 19 de Outubro. O nosso governo autónomo está assim pronto a iniciar funções, rejuvenescido, revigorado, com um novo equilíbrio parlamentar.

O PS garantiu, com 50% dos votos expressos, a maioria absoluta de que necessita para governar em estabilidade política ao longo dos próximos quatro anos, conseguindo ainda um facto inédito, a vitória em todas as ilhas. Isto enquanto o PSD,

com 30% dos votos expressos, obtém o seu pior resultado de sempre em eleições regionais e o CDS/PP atinge quase 9% dos votos e se afirma como partido alternativo na oposição. Assistimos também ao (re)surgimento de outros pequenos partidos com representação parlamentar, nomeadamente o BE e o PCP que, à esquerda no espectro político nacional e regional, vêm reforçar a pluralidade do parlamento e significam, conjuntamente com o resultado do PP, a virtuosidade da nova lei eleitoral e um dos objectivos da sua aprovação. Entretanto o PPM elege também um Deputado, pelo círculo eleitoral do Corvo, garantindo assim uma representação singular daquele partido na Assembleia Legislativa. A verdade porém é que, compreendendo-se as mais-valias desta nova lei eleitoral, fácil será igualmente entender a resistência daqueles que agora se vêm com o estatuto de ‘menos-maior partido da oposição’, confundindo-se assim com o antes parceiro e hoje ‘menos-pequeno partido da oposição’. Congratulamo-nos por isso e também porque conseguimos uma maioria confortável que nos garante a estabilidade governativa, ainda mais necessária numa fase ensombrada das finanças e economia mundiais, mas também porque vencemos em toda a linha, merecendo a confiança dos açorianos de todas as ilhas da Região. Mais do que um sinal de esperança, entendemo-lo como um sinal de confiança e reconhecimento da obra concretizada e transformação assegurada em todas as nove ilhas.

Congratulamo-nos, mas fazemos questão que tal não represente mais custos para os açorianos, propondo cortes nas despesas de funcionamento de todos os partidos e sobretudo começando pelas do próprio Partido Socialista.

Grande consequência destes resultados: Costa Neves demite-se e abre caminho a Berta Cabral que, desejando há muito chegar a Presidente do Governo, compreendendo embora não ter condições para o tentar, se posiciona agora para 2012.

Deputado Mark Marques (PSD): Em que página do Programa do Governo é que isso está?!

O Orador: A verdade porém é que, enquanto cabeça de lista por S. Miguel, precisamente uma das ilhas onde o PSD tem uma derrota histórica, Berta Cabral é, conjuntamente com os outros Presidentes de Câmara candidatos a deputados, mais do

que parte da solução, parte das causas do problema daquele partido, por mais que se tenha esforçado por se afastar do alcance das câmaras naquela conferência de imprensa confrangedora durante a noite eleitoral.

Deputado Costa Pereira (PSD): Temos avalista político!

O Orador: Dos resultados acima houve um que tem estado na ribalta e foi nesta sessão objecto de referência indirecta, o da abstenção. Diminuir o significado do resultado do PS, afirmando por exemplo que este ganhou com o voto de apenas 25% dos açorianos, significa concomitantemente dizer, implicitamente, que a derrota dos outros foi muito maior. Este é pois um caminho que mais do que ilegitimar a vitória do maior partido, o PS, diminui a legitimidade do maior partido da oposição, o PSD, e de todos os outros, uma vez que representa apenas o voto de 15% de todos os açorianos e não os 30% dos que votaram. É pois um exercício espúrio e, mais do que isso, um exercício que evidencia o alter-ego de quem o profere. Penso aliás que existe cada vez mais uma abstenção consciente, logo não compaginável com a ideia de que estes são uns preguiçosos que resolveram ficar em casa e muito menos com a ideia de que este grupo serve para justificar a derrota deixando no ar a seguinte ideia: somos um partido muito grande (nós mais os que se abstiveram) mas temos muitos mandriões. Se eu me tivesse abtido, não permitiria que um qualquer partido se apropriasse do sentido do meu não voto. A abstenção é assim uma realidade com a qual os partidos devem aprender a conviver, isso significa tudo fazer para a diminuir antes de cada acto eleitoral e sobretudo pela prática política fora dos actos eleitorais, não a manipulando após as eleições.

Qualquer país sujeito a um sistema político autocrático, mais ou menos ditatorial, raramente atinge níveis de abstenção superiores a 20 ou 30%. Sendo certo também que, na medida em que seja posto em causa o nível de desenvolvimento, riqueza, segurança e bem-estar de um Estado ou Região, as pessoas compreendem sempre que o voto é a arma que têm mais à mão e tendem a valorizar as diferenças entre os projectos e ideias dos diversos partidos políticos, como vimos, de resto, recentemente, no país que observa tradicionalmente o seu nível mais elevado: os Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concluimos assim uma dúzia de anos de acção governativa da responsabilidade do Partido Socialista. Responsabilidade que assumimos com o orgulho de quem conseguiu, ao longo destes anos, imprimir uma marca indelével de desenvolvimento solidário, movido por um distintivo sentido estratégico que vimos promovendo de forma harmoniosa e equilibrada. Solidariedade expressa pelas políticas sociais que se têm reflectido numa franca melhoria da qualidade de vida da população açoriana. Foram desenvolvidos grandes esforços na criação de novos equipamentos e serviços específicos de apoio sócio-comunitário, principalmente dirigidos a crianças e jovens, a idosos e a pessoas portadoras de deficiência. Quase triplicámos o número de equipamentos sociais enquanto o número de pessoas abrangidas pelo sistema de solidariedade social quadruplicou ao longo da última década. Isto enquanto promovemos uma melhoria considerável da qualidade dos equipamentos e serviços prestados. Mas solidariedade também expressa na resposta dada às calamidades que ciclicamente nos assolam. Os investimentos e apoios prestados pelo Governo Regional na sequência da crise sísmica de 1998 nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, são bem o exemplo dessa marca distintiva de solidariedade na acção dos governos liderados por Carlos César.

Deputado Costa Pereira (PSD): Ainda fala nisso.

O Orador: Enquanto isto a taxa de desemprego, que era 3.8% em 2006, tem aumentado nos últimos anos (5.4% no segundo trimestre de 2008), mas está ainda assim abaixo dos 6.3% atingidos em 1996. E, sobretudo, a taxa de emprego tem crescido, passando de 56% em 1995 para 65% este ano.

Deputado Costa Pereira (PSD): Na pré-história o desemprego ainda era maior!

O Orador: Sentido estratégico porque orientado por objectivos claros, de promoção de mais e melhor educação. Nesse aspecto, como noutros de resto, considero que os últimos anos de governação têm sido anos de profunda transformação na nossa Região. Temos um corpo lectivo mais estabilizado, mais sucesso escolar e uma rede de equipamentos escolares, cada vez mais, melhorada, não à custa de remendos, mas antes pela construção de novas unidades escolares que têm vindo a substituir uma

rede desajustada, que vinha ainda do tempo do Estado Novo, a que se juntou, mais recentemente, um conjunto numeroso de escolas mais ou menos provisórias. Isto, não obstante a consciência que o fruto deste investimento só surgirá a longo prazo, diluído no tempo, como diluídos estão também no tempo os muitos anos de marasmo que marcaram e continuam a marcar a nossa existência.

Sentido também estratégico quando se pretendeu dar novos impulsos à ligação dos açorianos com o mar, por via de mais investimento directo no sector das pescas, mas igualmente por via de investimentos significativos ao nível das infra-estruturas portuárias, construindo novas marinas, da promoção das actividades marítimo-turísticas, do considerável reforço das ligações marítimas entre todos os açorianos, mas também de melhores acessibilidades para aqueles que nos visitam e ainda por via de uma participação crescente nos *fora* europeus e internacionais afirmando assim a nossa dimensão marítima e salvaguardando, no essencial, as nossas pretensões, numa área em grande transformação e fortemente globalizada, aos níveis político, social e económico. Tudo isto acompanhado do reforço do investimento na nossa capacidade de investigação, suporte essencial à afirmação da Região. Os investimentos realizados na Baía de Angra do Heroísmo, nas ‘Portas do Mar’, em Ponta Delgada, e agora também as obras no âmbito do reordenamento do porto da Horta, são bons exemplos de concretização de uma visão estratégica para os Açores. Ganhamos todos com esta projecção do mar, a sua valorização e protecção. Ganha a UE que por esta via se poderá afirmar em sectores essenciais para a prosperidade e bem-estar da Europa. Ganha Portugal, que tem aqui um mundo de oportunidades de crescimento, desenvolvimento e afirmação também dentro do espaço europeu, mas ganha sobretudo a Região que através da sua sub-área Açores dá um enorme contributo para a afirmação marítima de Portugal e da UE e isso arrasta necessariamente consigo mais-valias políticas que a médio/longo prazo representarão ganhos concretos para os Açores. Assim saibamos continuar a afirmarmo-nos no país e na Europa.

Os investimentos realizados no sector turístico resultaram num crescimento significativo do sector nos Açores entre 1996 e 2007. Crescemos em duas vezes e meia a nossa capacidade de alojamento e em cerca de quatro vezes o número de dormidas e hóspedes, conseguindo ainda um crescimento das nossas taxas de

ocupação. Sentido igualmente estratégico nos avanços conseguidos ao nível ambiental. O ambiente é uma pedra angular do nosso desenvolvimento, constituindo-se como um elemento de promoção da nossa qualidade de vida mas também de desenvolvimento económico e social, sobretudo por via do sector do turismo. Os investimentos realizados e em curso ao nível preventivo (Planos) e interventivo (protecção de orlas costeiras, regularização e naturalização de leitos de ribeiras, áreas protegidas, etc.) mas também no apoio prestado às autarquias, muitas vezes em domínios de sua competência, como é o caso dos resíduos, ao nível de acções de limpeza, construção de aterros e limpeza de ribeiras vieram transformar completamente a face dos Açores, hoje uma Região mais limpa e ordenada do que aquela que se apresentava há apenas uma dúzia de anos atrás. Ao nível dos equipamentos turístico-ambientais o investimento realizado no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, que acompanhou um vasto conjunto de outros construídos ao longo dos últimos anos, surge como um verdadeiro paradigma de uma nova visão estratégica para os Açores.

Mas também ao nível energético é bom perceber os avanços relativos conseguidos. Contrariamente à nossa sina de estarmos sempre na cauda de tudo e todos, Portugal está entre os países da Europa e do mundo que mais tem crescido na produção de energias de fonte renovável (hídrica, eólica e biocombustíveis). A União Europeia a 27 decidiu impor que os Estados-Membros tenham 39% do consumo total de electricidade a partir de energias renováveis até 2010. A UE pressupõe também que, até 2020, pelo menos 10% dos combustíveis utilizados nos transportes sejam produzidos a partir de biodiesel ou etanol. Portugal está entre os países europeus mais bem lançados nesta matéria, tendo actualmente uma potência instalada renovável de mais de 8 mil MegaWatts (MW), liderada pela fonte hídrica, e com vários investimentos previstos nos biocombustíveis. Nós, sem prejuízo dos investimentos que teremos que prosseguir, estamos hoje (dados referentes a 2007) na linha da frente ao nível energético, produzindo globalmente 28% de energias de fonte renovável, com destaque para a geotermica (22%), hídrica (4%) e eólica (2%), o que, em termos relativos, nos põe à frente de muitas outras regiões e países mundiais. Um crescimento de 220% desde 1996

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com efeito os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm sabido imprimir uma marca distinta que tem proporcionado um desenvolvimento acentuado e uma clara modernização da Região Autónoma dos Açores a diversos níveis, da administração pública aos vários sectores económicos, do ensino aos serviços de assistência médica e social, da agricultura às pescas, da investigação à comunicação social. Temos hoje uma Região, diria mesmo, temos finalmente uma Região, renovada, com mais iniciativa, mais liberta do poder público e mais coesa, isto é, somos hoje mais um todo e menos a soma das partes, embora reconheçamos que é preciso fazer mais ainda. Não tanto no plano legislativo, onde os avanços são evidentes, com a Lei de Finanças Regional, que finalmente tem reconhecido no plano financeiro os evidentes sobrecustos de uma Região com 9 ilhas em contraste com outra com praticamente uma única ilha mas durante largos anos privilegiada ao nível das transferências do Estado. O texto constitucional de 2004 passou a reconhecer um estatuto superior às autonomias, menos aproveitado pela Região Autónoma da Madeira, é certo. A nova Lei Eleitoral, aprovada em 2005, trouxe mais estabilidade política à Região e, assim esperamos, enriqueceu também este parlamento. Mais recentemente foi a vez do Estatuto Político-Administrativo da Região, lei maior da autonomia regional, ser sujeito a uma profunda alteração que se impunha na decorrência da última revisão constitucional. Mas falta ainda mais coesão política, económica e social.

Percebemos, sem entender embora, uma evidente diferença no discurso do PSD. Senão vejamos. Onde o PS pretende reforçar a coesão dos Açores vem o PSD e diz que o que importa são as partes, pretendendo que o todo é igual à sua soma, embora vindo depois falar no triângulo, sem que se perceba como nem porquê. Onde o PS oferece uma visão holística defendendo o óbvio, isto é: Região = Sociedade + Território + Economia, vem o PSD e diz ‘o que importa são as pessoas’, como se nos pudéssemos dissociar do ambiente que nos rodeia ou da forma como nos organizamos e gerimos, mas ao mesmo tempo procurando desvalorizar a evidente obra realizada, tónica também perceptível no discurso do ‘betão’ ou do ‘dinheiro

atirado para cima dos problemas’. Vê-los-emos, daqui por algum tempo, novamente a exigir mais obras, um pouco por todo o lado, ‘metendo os pés pelas mãos’. Fica aliás a ideia de revisita. Dissociando as pessoas do todo o projecto do PSD é vazio e estaria condenado ao insucesso. Revisita porque, esquecendo as outras dimensões da Região, ao fim de pouco tempo estaríamos como estávamos há uma década atrás: menos economia, logo menos emprego nos sectores privados, logo mais emprego no sector público, logo menos investimento público e apoio ao sector privado, porque menos riqueza, logo mais desemprego, inevitavelmente, mas mais dependência e controlo sobre os açorianos.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: É importante desmontar os discursos porque, na assunção de que não se trata de falar por falar, eles evidenciam um rumo. Ou falta dele!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É o caso!

O Orador: Este é, mais do que um bom Programa de Governo, um documento que se situa na decorrência lógica do Programa Eleitoral do Partido Socialista, que sufragámos no passado mês de Outubro, e do Fórum 2013 que contou com a participação de milhares de contribuições de muitos açorianos que connosco quiseram traçar um rumo para os Açores, tendo como horizonte os fundos comunitários de que dispomos durante os próximos 5 anos. Autonomia, território, sociedade e actividades económicas são os grandes pilares que suportam a realidade açoriana, em que se divide também este documento e que contêm os diversos sectores de actividade e interesse regional. Se alguns mantinham a secreta esperança de encontrar um Governo exaurido nas suas forças, acomodado nos seus sucessos, conformado com as soluções encontradas e nos rumos traçados, cujo êxito é constatável numa multiplicidade de indicadores económicos e sociais, saem hoje desenganados no termo da discussão do Programa do Governo. Os sucessos que alcançámos exortam-nos a fazer mais e melhor. As falhas e os erros, inevitáveis quando se decide e realiza obra, não nos esmorecem. Incentivam-nos a corrigir, tentar de novo, buscar novas soluções, inovar, sempre com uma boa dose de engenho, alguma arte e muita vontade de servir os Açores e os açorianos. Este é um Programa

que traça um caminho de estabilidade para os Açores, sem temer os riscos do progresso. Um Programa de Governo que reforçando o nosso património humano e natural e as nossas tradições produtivas, conjuga esse património com apostas claras de desenvolvimento, criando assim bases estáveis para um progresso duradouro e consolidado. O resultado que se projecta da sua aplicação é o de um território ambientalmente valorizado, de vocação marítima e de tradição agrícola, com uma população jovem, crescentemente qualificada, bem suportada por equipamentos e instrumentos sócio-culturais, mais capaz de se afirmar num mundo globalizado, especialmente no que respeita às áreas da investigação, da economia marítima, das novas tecnologias e das comunicações. Um bom Programa de Governo!

Graças ao Quadro de Referência Estratégico, vivemos ainda e até 2013, uma oportunidade de dotarmos a Região com um conjunto de infraestruturas e equipamentos aos mais variados níveis. O Governo Regional tem assim a responsabilidade de aproveitar estes fundos para prosseguir a infraestruturização da Região, recuperando assim das décadas de marasmo que marcaram as políticas dos sucessivos governos da responsabilidade do PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez?!

Deputado Costa Pereira (PSD): É doença!

O Orador: E a verdade é que essa apatia foi ainda assim acompanhada de um endividamento relativo da Região bastante superior ao que agora observamos, 9% do PIB contra 4 vezes mais em 1996. Isto graças a uma política de investimento acompanhada de contenção orçamental, sobretudo ao nível da despesa corrente, que há 11 anos absorvia grande parte da nossa despesa global. Mas também em resultado do aumento consistente da receitas próprias, das receitas fiscais (consequência da geração de mais riqueza), das transferências da União Europeia e das que decorrem da Lei de Finanças Regionais. O desnorte de alguma oposição tem pois que ser entendido à luz desta realidade insofismável, os governos do PS têm investido mais e melhor, com sentido estratégico e de forma harmoniosa, atendendo a realidade regional e muito especialmente a realidade ilha nela contida.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a aguardada aprovação do novo texto do Estatuto Político-Administrativo, fecha-se, pela mão da maioria do PS e, no caso concreto, com o apoio dos demais partidos com assento na Assembleia Legislativa dos Açores, graças ao envolvimento que desde a primeira hora tiveram na elaboração do respectivo texto, um ciclo de mudança ao nível do funcionamento da autonomia no que respeita concretamente aos Açores e respectivo relacionamento com a República. Quatro grandes ‘saltos’ foram assim dados pelos Açores pelas mãos de governos e do Partido Socialista, sob a liderança de Carlos César. Primeiro ao nível financeiro com a aprovação da Lei de Finanças Regionais que veio reforçar e clarificar o relacionamento financeiro das Regiões com a República. Depois a revisão da Constituição Portuguesa que, no que respeita ao quadro político-institucional do relacionamento entre a República e as Regiões, veio trazer grandes alterações, processo que só será consumado com a aguardada aprovação do novo Estatuto para os Açores. Entretanto, como disse, foi a alteração da Lei Eleitoral que veio introduzir maiores equilíbrios ao nível da representatividade dos partidos políticos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Saiu assim, por essa via, reforçada a autonomia.

Estes três pilares da autonomia regional dos Açores são fundamentais à afirmação, perenidade e eficácia do nosso sistema político. E são igualmente importantes para a estabilidade do próprio funcionamento da autonomia. As Regiões não podem, como tantas vezes aconteceu no passado, viver em eterno sobressalto, sujeitas a enquadramentos legais frequentemente desajustados da realidade das ilhas e a transferências do Estado variáveis em função de razões tantas vezes conjunturais e pouco objectivas. Com a aprovação do Estatuto Político-Administrativo, os Açores são lançados para um novo patamar de autonomia, simultaneamente mais consolidado e responsável, mas também mais facilmente responsabilizável pelos seus actos. Esperamos que por esta via se conquiste igualmente um clima de menor desconfiança, tantas vezes infundada mas sucessivamente alimentada, do Estado em relação às suas Regiões Autónomas. Um Estado que, não obstante estar a caminho de comemorar o seu 35º aniversário da Revolução de Abril, ao invés de olhar para as suas Regiões como elementos que ampliam a sua soberania e dimensões política, social e económica com uma enorme eficácia, parece olhá-las com os olhos de

alguém que já foi algumas vezes traído, não compreendendo ter sido ele tantas vezes o traidor, porque tantas vezes se subtraiu às suas responsabilidades perante as diversas parcelas do território nacional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mundo está em crise. Crise de valores, ambiental e energética, militar, social e financeira, com implicações económicas. As causas estão claramente centradas nas perspectivas políticas mais neoliberais, sendo certo que a esquerda de inspiração marxista-leninista é incapaz de oferecer respostas adequadas às justas aspirações dos povos. Onde uns falham por gerarem um descontrolo financeiro, com consequências económicas, e desvalorizarem a importância de reforçar o estado social, os outros falham por incapacidade de afirmar um modelo de desenvolvimento económico, com as consequentes implicações negativas para o reforço do estado social, e considerando que tudo deve ser pertença do Estado ou da Região, falhando igualmente no modelo ambiental, hoje chave de desenvolvimento. Mas, sobretudo, falham no ambiente democrático que deve suportar qualquer estratégia de desenvolvimento.

A esquerda democrática tem por isso uma enorme responsabilidade no mundo contemporâneo. A responsabilidade de ser capaz de centrar o desenvolvimento numa economia geradora de riqueza, suportada por estruturas financeiras sólidas e reguladas, gerando uma capacidade de desenvolvimento social sustentado, de longo prazo, capaz de responder aos mais importantes desafios ambientais, ao menos ao nível das microescalas, garantindo o ambiente democrático em que o desenvolvimento se pode gerar e proliferar. Só assim poderemos construir um mundo de paz. A paz e a guerra, a estabilidade e a instabilidade social, económica e ambiental são consequência das políticas, ao contrário de alguns que vêm as políticas como meros empecilhos ao desenvolvimento económico e social, acreditando que um mundo deixado às mãos de uns quantos interesses financeiros terá capacidade de se desenvolver e auto-regular-se. O mundo precisa de regulação e controlo, ...

Deputado Duarte Ponte (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: ... o mundo precisa de mais e melhor política. Só os partidos de inspiração verdadeiramente social serão capazes de oferecer respostas adequadas aos actuais desafios. Não os que dizem coitadinhos dos pobrezinhos e os defendem quando estão na oposição para logo se esquecerem deles quando chegam ao governo, retirando-lhes instrumentos fundamentais à afirmação da sua dignidade.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Quem fala!!!

O Orador: Não os que só se preocupam com a segurança social, a terceira idade ou o acesso aos cuidados de saúde quando são oposição, para logo se demitirem das suas responsabilidades pretendendo que os privados fazem mais e melhor quando chegam ao governo.

Deputado José Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

O Orador: Num mundo globalizado, especialmente no que respeita ao funcionamento das economias, é fundamental garantir o acompanhamento das tendências dos mercados internacionais para melhor projectarmos os seus efeitos à escala regional, sem prejuízo da nossa resiliência, dentro de determinados limites, evidenciada aliás pela capacidade que, não obstante as dificuldades do Estado, temos tido de crescer economicamente, sustentando as taxas de desemprego a níveis residuais e controlando a nossa dívida regional.

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

O Orador: Este Programa do Governo, pela aposta que faz no ambiente e especialmente no sector energético, pelo investimento que representa em duas áreas desde sempre fundamentais ao nosso desenvolvimento, a agricultura e o mar, pelo reforço que garante às áreas da educação, do trabalho e da solidariedade e coesão social é, mais do que bom, um Programa que vem ao encontro das actuais prioridades. O mundo é dinâmico, muda constantemente, como ajustadas devem ser, em cada momento, as políticas de um Governo. Essa verdade iniludível, está implícita neste documento. Mas não satisfeito, o Governo mal iniciou funções tratou de começar a executar as suas políticas respondendo com medidas concretas que aqui foram explanadas às principais preocupações dos empresários, decorrentes da alta das taxas de juro ao longo de vários meses e, mais recentemente, da falta de liquidez da banca. Realço, com um carácter mais genérico, o aumento de 10% na despesa pública

de investimento e também a duplicação dos montantes inscritos no Plano para financiamento dos sistemas de incentivo ao investimento privado. Mas também a criação de linhas de apoio específico ao sector económico.

A verdade porém é que, assim como há uns meses atrás, ninguém, nem os mais ilustres economistas, vislumbravam o evoluir entretanto observado na situação económico-financeira mundial, também agora temos razões para acreditar que temos que ter uma estratégia de desenvolvimento para além da crise, embora capacitado para se ajustar a situações novas, hoje a alta das taxas de juro ou do preço do petróleo, amanhã a sua baixa, hoje a alta dos mercados imobiliários ou do turismo, amanhã a sua baixa, hoje ou amanhã uma qualquer calamidade.

Mais do que um bom Programa de Governo, quer colhe, naturalmente, o nosso voto favorável, temos portanto um bom Governo, que dá provas de ser capaz de responder rápida e eficazmente às situações, ajustando sempre as políticas aos enquadramentos mais ou menos conjunturais. Tal é hoje, mais do que nunca, fundamental.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados:

Concluimos, neste momento, a discussão do Programa do X Governo Regional dos Açores, empossado na sequência da vitória eleitoral do Partido Socialista. Na intervenção inicial que tive a oportunidade de fazer, já pude, sector a sector, dar-vos conta das nossas ambições, das nossas dificuldades, das nossas propostas e da nossa determinação.

Estes debates parlamentares acerca do Programa do Governo mostraram-nos três dias em que a oposição não descansou um só minuto para desmerecer os resultados da acção governativa, para lançar reprovações e epítetos desmerecedores. Pouco ou nada se viu ou se ouviu em matéria de alternativas às opções e ao modelo de desenvolvimento apresentados pelo Governo.

Vozes da bancada do PS e do Secretário Regional da Economia: *Muito bem!*
Muito bem!

O Orador: Pela parte dos membros do Governo e do partido que o apoia demos conta, em todo o tempo, das nossas ideias e de centenas de medidas que julgamos possível e adequado promover e executar nos próximos quatro anos. Temos o apoio parlamentar necessário e uma grande força interior para cumprirmos os nossos deveres, empreendermos com firmeza e recompensarmos os açorianos da confiança que em nós depositaram.

O PSD passou o tempo todo também a dizer que o Governo está em fim de ciclo: o Governo que acabou de ser eleito e o PSD que acabou de ser derrotado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Quem está em fim de ciclo é o PSD!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já se referiu três vezes o PSD.

O Orador: À continuidade inovadora do Governo, o PSD responde com a continuidade de uma oposição que não dá tréguas à discordância, nem faz jus ao bom senso e à razão. Nós continuaremos a governar com o sentido da mudança e com o entusiasmo da renovação para preparar o futuro. O PSD continuará na oposição com a intransigência costumada e com a resignação de só ter encontrado para o seu futuro uma solução do seu passado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: É esse o significado da sua conduta parlamentar e da escolha da sua liderança. Nós estamos a olhar para a frente – o PSD escolheu ficar a olhar para trás. O Programa do Governo, bem como as explicações que aqui prestámos, mostram como não tememos corrigir o que entendemos que não estava a correr bem; mostram como sabemos inovar e reformular prioridades quando os acontecimentos e as

mudanças o sugerem; mostram como desenvolvemos uma visão permanentemente actualizada, com políticas novas para desafios novos.

Enfrentando com decisão os problemas actuais, expusemos o nosso plano para contornar e reduzir os efeitos da crise que se repercute nos Açores. Já antes o tínhamos feito, na sequência de um acordo com as organizações empresariais, e voltamos a fazê-lo neste parlamento, explicitando dezenas de medidas, preparadas ao longo dos últimos dois meses, boa parte das quais de aplicação imediata.

Pelo contrário, a abordagem do PSD da actual crise económica é paradigmática da forma como se integram ainda na política regional. Tudo o que é mau é por culpa do Governo e tudo o que o Governo faz é mau.

Mesmo num mundo actualmente tão conturbado e tão preocupado à escala quase global – e com medidas de compensação, em tudo similares às nossas, que vão sendo preparadas e tomadas pelas instancias decisórias, ao nível de áreas alargadas de mercados e ao nível de países e regiões – a oposição partidária nos Açores, com relevo para o requentado PSD, vai decretando a alto e bom som que, afinal, a crise é obra e graça do Governo e do Partido Socialista dos Açores. E, por isso, para o ainda maior partido da oposição, quanto pior tudo estiver, pior estará para o Governo e para o Partido Socialista. Por isso exaltam, ufanos, as contrariedades, e omitem, como podem, os outros aspectos positivos e os benefícios.

O colapso de instituições financeiras internacionais disseminou estagnações e regressões económicas por toda a parte. A economia dos Açores, porém, vai manter o seu crescimento positivo, ainda que, evidentemente, com uma quebra face aos períodos homólogos anteriores. Mas, para alguma oposição partidária nos Açores, os efeitos negativos que chegam à Região são sempre, como ouvimos nestes três dias, como ainda hoje ouvimos, consequência e culpa do nosso Governo, e o melhor comportamento comparativo da nossa economia e dos rendimentos familiares são apenas mérito do acaso.

Dizer em Julho passado que, em apenas três meses, as taxas de juro de referência estariam abaixo dos 2%, o petróleo nos 40 dólares, a economia mundial em recessão e os grandes bancos internacionais à beira da falência, era, no mínimo, uma

alucinação ou algo que se apelidaria de desconhecimento total do funcionamento dos mercados.

Exigir ao Governo dos Açores que tivesse a capacidade de antevisão duma conjuntura que nenhum governo da Europa, da Ásia ou do continente americano revelou, ou que tivéssemos instrumentos de reacção que nem o Banco Central Europeu, a Reserva Federal norte-americana ou qualquer outra instituição financeira mundial conseguiu ter, conforme alguma oposição exigiu de forma atabalhoada neste debate, é, no mínimo, desonesto ou inconsciente.

No próximo ano, a recessão económica é já uma certeza no Japão, nos EUA, na Letónia, na Estónia, no Reino Unido, na Irlanda, na Suécia, na Espanha, na Lituânia, na Itália, na França, na Alemanha, possivelmente em Portugal, na Dinamarca, na Bélgica, na Holanda. Houve mesmo um país que já faliu – a Islândia – que uns quantos alardeavam ser o paradigma a seguir pelos Açores. Os analistas económicos apontam que os Estados Unidos estão a viver a pior crise de consumo desde 1942 e estão a alcançar a mais elevada taxa de desemprego dos últimos 25 anos.

Para a oposição regional, então, todos os governos desses países, da Ásia à América e à União Europeia, incluindo o dos Açores, não prestam para nada. Só se salva o PSD/Açores, que, se estivesse no Governo, teria dado uma lição, por antecipação e subsequência, a esse mundo inteiro desacomodado. Não teria havido crise em lado algum e nem uma ligeira brisa dela teria sido sentida em qualquer dos nossos recantos. Mas acha este PSD recauchutado que engana alguém com a sua suposta antevisão e sabedoria sobre a crise? Não engana.

É verdade que já não falam da Madeira, para que não haja comparações que beneficiem os Açores: sim, a Madeira – a menina dos olhos do PSD/Açores – onde o desemprego é maior e o investimento público em tempo de crise desce, onde a dívida directa é três vezes maior que a dos Açores, onde o montante de avales concedidos é mais do que o triplo do nosso, onde, por derradeira má figura se recorre, exangue, ao “programa pagar a tempo e horas” do Governo da República, que não é mais do que outra dívida à Banca e onde a dívida do sector público não avalizada deverá estar perto dos quatro mil milhões de euros.

O PSD parece poder adormecer com qualquer crise económica e social nos Açores, mas não gosta de reconhecer que resistimos melhor e acorda inquieto quando ouve ou vê o nosso Governo a tomar medidas para superar as dificuldades: então, enciumado, atrasado e a reboque, corre para os órgãos de Comunicação Social, diz que o que o Governo anunciou é sempre pouco, que dez medidas não bastam mas quinze encantam, que vão pensar mais, apresentar e prometer pelo menos o dobro.

E prometem mesmo, a apresentação, sabe-se lá quando, de um pastiche das medidas já tomadas pelo Governo Regional, numa espécie de promoção de “Leve mais uma ou duas medidas do que o pacote deles”, visto que, depois do fiasco do plano divulgado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada – em que, por exemplo, uma das propagandeadas medidas era resolver as dificuldades habitacionais das famílias, destacando quatro irrisórios euros por habitante para o efeito (medida que nem dará para meia dúzia de casas), e outra medida era não aumentar o preço dos bilhetes dos “minibus” (em Angra do Heroísmo são completamente gratuitos) ...

Deputado Mark Marques (PSD): Por que é que a Câmara está como está?!

O Orador: ... – depois desse fiasco, urgia, agora, urge ainda, urge para a semana, urge daqui a duas semanas, conforme os sucessivos anúncios de apresentação de medidas que o PSD faz, emendar a mão com ares e propostas mais sérias, ainda que, certamente, pouco originais.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É preciso, é justificado e é muito importante transmitir confiança às famílias açorianas e às nossas empresas. Temos dificuldades, como os outros, naturalmente, mas menos do que outros. Temos dificuldades, mas temos medidas e meios para as combater. É um desafio que queremos ultrapassar; um desafio que vamos vencer.

A um problema efectivo de aumento das despesas com os encargos bancários, com os combustíveis, com as matérias-primas e com os produtos alimentares – que teve como consequência a redução do rendimento líquido das famílias açorianas e da sua capacidade de consumo – o Governo dos Açores respondeu com medidas concretas

de apoio ao rendimento das famílias e empresas açorianas, tendo, só em 2008, através da menor carga fiscal e da concretização de um conjunto de apoios complementares específicos às famílias açorianas, assegurado um rendimento disponível em 253 milhões de euros superior ao que teriam se vivessem no continente português.

Estas medidas permitiram que cada família açoriana beneficiasse, em média, de um rendimento superior em 3.491 euros ao que teriam se vivessem, em idênticas condições, em Portugal Continental.

Em 2009 vamos reforçar estes apoios e estas medidas, sendo a redução do IRS, a introdução do complemento regional ao abono de família e outras facilidades em creches apenas alguns exemplos. Temos um optimismo, que me parece justificado, que a significativa baixa das taxas de juros – que irá em 2009 começar a beneficiar progressivamente o rendimento disponível das famílias açorianas – associada à redução muito significativa do preço dos combustíveis e das matérias primas, bem como a redução da inflação, possibilitarão que os açorianos tenham no próximo ano um aumento, ainda que pequeno, mas consolidado, do seu poder de compra e, conseqüentemente, já acresça o consumo privado, com os efeitos positivos na dinamização da actividade económica.

Mas se o consumo privado terá, no próximo ano, um aumento espectável, um aumento possível, o crescimento económico da Região só será assegurado se tivermos capacidade de associar o aumento do consumo ao aumento do investimento público e do investimento privado, ao incremento da nossa capacidade de exportação de bens e serviços e à criação de emprego. Por isso, não hesitámos: decidimos aumentar em 10% as despesas públicas de investimento, em relação ao executado este ano, e duplicar o apoio ao investimento privado.

Para além das linhas de crédito de reforço, em 40 milhões de euros, do fundo de maneiio das empresas açorianas e, até ao montante de 100 milhões de euros, destinada a consolidar e reestruturar os seus financiamentos bancários, posso, também, anunciar, hoje, que o Governo dos Açores irá apoiar a implementação nos Açores do Fundo de Investimento Imobiliário para o Arrendamento Habitacional.

A criação desse instrumento permitirá reforçar o apoio às famílias com dificuldades em cumprir os seus encargos financeiros, resultantes da aquisição de uma nova

habitação, reduzindo significativamente os encargos por elas suportados e aumentando de forma expressiva o acesso das famílias de menores recursos a novas habitações.

Esta medida permitirá também dinamizar o mercado habitacional, assegurando a rentabilização das habitações existentes no mercado e, assim, dando um novo impulso ao sector da construção civil com os impactos positivos e o efeito multiplicador que essa dinamização tem em toda a actividade económica e na criação de emprego.

Com esta medida, em simultâneo, aumentamos o apoio às empresas, criando condições de reforço da sua liquidez e da sua capacidade para promover novos empreendimentos e novos investimentos.

Mas a nossa intervenção na dinamização do mercado da habitação vai mais além, pelo que posso anunciar também que o Governo Regional vai participar na criação de um Fundo Imobiliário para dinamizar a aquisição de novas habitações, que, por via da retracção dos mercados financeiros, tinha decrescido, e possibilitando a famílias, particularmente jovens – cuja taxa de esforço ou risco da sua estrutura de rendimentos ainda não permitiam aceder aos financiamentos bancários – ganharem esse acesso através da partilha, pelo Governo, desses encargos e desses riscos.

Estas intervenções na área habitacional vão certamente facilitar o acesso das famílias ao crédito para aquisição, assegurar a mais famílias o acesso a habitação própria dentro dos seus níveis de rendimento, imprimir um novo dinamismo, procurando evitar a estagnação prolongada do mercado imobiliário, e introduzir mais liquidez na economia e nas empresas, assegurando a manutenção ou o crescimento do emprego.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao abrir os debates do Programa do Governo dei ênfase à necessidade que temos de, para o nosso crescimento económico sustentado, incrementarmos as nossas capacidades de exportação.

Neste contexto, a solidez do sector agrícola tem um papel fulcral no reforço da competitividade da nossa economia. Também estamos em condições de anunciar outras duas novas medidas, que permitirão aumentar a rentabilidade das explorações agrícolas, o rendimento dos nossos agricultores e melhorar a sua situação financeira:

através da primeira dessas medidas, que pude anunciar na última campanha eleitoral, é criado um programa especial, complementar ao apoio aos projectos de investimentos promovidos pelos agricultores, que garante o pagamento atempado dos respectivos incentivos e comparticipação pública, eliminando e anulando os custos intercalares de natureza financeira que penalizavam os agricultores por causa do diferimento no tempo dos pagamentos a receber; ...

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... a segunda medida tem que ver com a disponibilização de um plano de apoio às iniciativas de reestruturação financeira dos investimentos realizados nas explorações agrícolas, com o objectivo de reduzir o impacto negativo que a subida das taxas de juro teve na estrutura de custos de produção e na rentabilidade da actividade.

Os empresários agrícolas dos Açores ouvirão, com certeza, com agrado, estes anúncios, reconhecendo o seu impacto na sua economia e no seu rendimento.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Anunciámos também que iremos criar um programa de apoio, através de subsídio reembolsável, à manutenção dos postos de trabalho nas empresas açorianas, e que iremos criar, igualmente, um apoio específico às empresas que se inserem em mercados cuja procura é manifestamente sazonal, como, por exemplo, a restauração e a hotelaria, financiando a remuneração dos seus funcionários nas épocas baixas, ao mesmo tempo que lhes asseguramos nesses períodos uma nova formação profissional. Conseguimos, assim, simultaneamente, reforçar a empregabilidade dos trabalhadores e reduzir os encargos dessas empresas.

Deputado Duarte Ponte (PS): *Muito bem!*

O Orador: No sector das pescas vamos introduzir um programa de apoio à exportação de peixe proveniente das chamadas “ilhas da coesão”, que poderá incluir uma comparticipação pública até 90%. Esta é, também, uma medida que beneficiará, em muito, a economia piscatória dessas ilhas e o rendimento desses pescadores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso Programa é o que aqui foi presente. Temos o dever de o procurar cumprir, mas nós não totalizamos nem somos donos da verdade.

A todos os partidos, tal como temos dito a todos os nossos parceiros sociais, com quem dialogamos, reafirmamos, com humildade, o nosso desejo de colher sugestões e propostas que se insiram no objectivo, que temos vindo a assegurar, de defender da melhor forma os Açores. Recebemos com gosto sugestões e propostas para compensar os que agora estão mais prejudicados pelas dificuldades que nos chegaram, mas também as queremos para as tarefas e opções que envolvem a governação em geral dos Açores. A oposição não é governo, mas não deve estar ausente da formação de opinião sobre todas as matérias que envolvem o interesse público que os governos operativamente acautelam.

Em todos os casos, a resposta à nossa disponibilidade de concertação, que se alicerça no interesse colectivo, deve ser dada com o maior sentido da responsabilidade. E é isso que muitas vezes não acontece da parte de partidos que não estão no Governo, que se aproveitam da facilidade com que podem falar sem que tenham que se preocupar com as dificuldades que separam as promessas das realidades. Tivemos, nestes debates da Assembleia Legislativa, infelizmente, muitos exemplos.

Veja-se o caso do transporte aéreo: evidentemente que é fácil – é até uma evidência – reconhecer que ele é ainda caro e às vezes é raro, apesar de, a preços actuais, ainda serem mais baratas as viagens nas rotas entre ilhas, e de e para o Continente, do que eram há dez anos. A oposição fala, no entanto, de facilidades como se, por todo o lado, nada se passasse de anormal neste sector: a previsão do volume de transporte aéreo para 2009 na Europa é de uma quebra de 6,5%; as companhias aéreas despedem na Europa milhares de funcionários; quase todas cancelam rotas e alienam aeronaves e outros activos; outras desapareceram ou entraram compulsivamente em fusões; só nos primeiros oito meses deste ano faliram trinta transportadoras aéreas em países como o Reino Unido, a Espanha, o Canadá, os Estados Unidos, a Noruega; países como a Itália, a Suíça e a Áustria perderam as suas companhias emblemáticas.

Como se pode, pois, exigir da SATA, que continua a ser uma pequena companhia – e tão dependente de um contrato com o Estado português e a Região Autónoma dos Açores para rotas de serviço público que outras transportadoras não querem fazer –, que baixe sempre e mais os preços, que faça mais e mais promoções em mais lugares e rotas, que alargue rotas e que aumente frequências em todas as ilhas e nos destinos de exterior, como aconteceu vários senhores deputados exigirem ontem aqui sem se atreverem a fazer uma única conta? Na sua demagogia, contando agradar todos, só dizem ao Governo: “baixem os preços, façam isto e aquilo, é para isso que a SATA existe!” O problema é que baixando assim, e fazendo isso e mais aquilo, depois a SATA deixa de existir e isso é que seria, verdadeiramente, o maior prejuízo, nos próximos anos, para as acessibilidades e para o desenvolvimento dos nossos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Veja-se, senhoras e senhores deputados, o caso do emprego e do desemprego na nossa Região. Como se pode desabonar os resultados das políticas do Governo em matéria de emprego, apenas com o recurso à evidência retórica de que é preciso mais e mais emprego. Evidentemente que nós temos a ambição de acolher imediatamente no nosso mercado de trabalho os jovens que concluem a escolaridade e a sua formação, mas isso não é possível sempre, em todas as ilhas ou em todas as áreas profissionais, como não o é em lugar algum.

Mas, mesmo assim, nós somos melhores do que muitos outros: entre 1996 e este ano a população empregada cresceu quatro vezes mais nos Açores do que na União Europeia, o emprego cresceu seis vezes mais do que na Madeira, a madeira do PSD, e catorze vezes mais do que em Portugal.

As últimas informações estatísticas conhecidas do Eurostat e do INE revelam que o desemprego nos Açores, apesar de ter aumentado face ao ano anterior, é mais baixo do que na maioria dos países europeus e voltou a ser o mais baixo entre todas as regiões do país. Como pode uma oposição responsável pedir o pleno emprego?

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Veja-se outro caso, ainda. Por todo o mundo, à escala global, ao nível de governos de Estados e de associações criminosas, o tráfico de drogas progride, mobilizando meios incalculáveis de combate para conter a expansão desse negócio sinistro. São mais de oito mil mortes anuais de jovens por consumo nos países da União Europeia e os efeitos devastadores em jovens, nas suas famílias e nas nossas sociedades, são efeitos terríveis. A nova orgânica do Governo passou a integrar uma Direcção Regional de Prevenção e Combate às Toxicodependências.

Anunciámos a criação e construção do Centro de Tratamento e Reabilitação de Jovens Toxicodependentes dos Açores – nem sequer uma manifestação de apreço da parte da oposição; anunciámos programas especiais de reintegração de toxicodependentes e de apoio às famílias com pessoas com dependências – nem uma palavra elogiosa ou animadora da oposição.

Os partidos, nos Açores, são unânimes, evidentemente, na condenação e preocupação com o fenómeno, mas não resistem, como tem acontecido no caso da oposição, de forma pouco séria, a apontar o dedo ao Governo, como se um governo sozinho pudesse pôr termo a esse flagelo. Pode-se pedir isso a um governo? Não se deve, a nosso ver, estar sem limites éticos e morais na crítica inter-partidária.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Termino:

Vamos continuar a trabalhar. A trabalhar para que haja mais riqueza, mais emprego, mais segurança, mais oportunidades e melhores condições em todas as nossas ilhas. A trabalhar para valorizar as pessoas, particularmente as jovens, e para estimular e apoiar as empresas. Para melhorar o rendimento das famílias e para ajudar na capitalização e capacitação das empresas.

Tal como todos os membros do Governo, tenho consciência mas não temo a complexidade dos desafios. Temos, todos, muito orgulho e muita determinação em servir a nossa terra e em trabalhar pelo bem comum.

As açorianas e os açorianos podem contar connosco. Os Açores precisam de todos.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminado que está o debate, permitam-me, e na parte que me diz respeito, que vos agradeça a todas as palavras simpáticas que ao longo de todo ele me foram designadamente dirigidas, a respeito das novas funções que ocupo, de forma muito lisonjeira e até quase sempre exageradas.

Acho que em política se agradece com actos e podem contar, da parte do Presidente da Assembleia, com o respeito estrito e formal de todas as regras.

Penso que em democracia os formalismos são fundamentais e são garantísticos, os acordos e as regras de auto-organização são para se cumprir.

Da minha parte, Sras. e Srs. Deputados, podem ter a certeza que nunca terei preguiça em ler o Regimento.

Gostava de passar para o ponto seguinte e de pegar no Regimento.

O artigo 162º, nº 1 do nosso Regimento estabelece que: “Até ao encerramento do debate, e sem prejuízo deste, pode qualquer grupo parlamentar apresentar uma moção de rejeição do Programa.”

O nº 2 estabelece o seguinte: “Encerrado o debate procede-se na mesma reunião, e após um intervalo de 30 minutos, à votação das moções de rejeição do Programa do Governo que, eventualmente tenham sido apresentadas.”

O debate do Programa do Governo está feito. A mesa não recebeu até ao período de tempo, regimentalmente admissível, qualquer moção de rejeição do Programa do Governo nem qualquer moção de aprovação do mesmo Programa do Governo.

Assim sendo, Sras. e Srs. Deputados, não há daqui a meia hora votação, porque não há objecto para haver uma votação, porque esta mesa não recebeu qualquer tipo de moção.

As consequências jurídicas disto não me parecem difíceis de determinar. Se lermos os artigos 50º e 53º do Estatuto Político-Administrativo vigente e os nºs 6 e 7 do artigo 162º a que me referi, é fácil constatar que só tem consequências jurídicas a aprovação de uma moção de rejeição. Não existindo essa moção de rejeição e muito menos tendo sido aprovada, temos que considerar e é o que eu considero e declaro aprovado o Programa do X Governo da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

De acordo com o nº 6 do artigo 162º do nosso Regimento, darei formalmente conta dessa declaração e dessa realidade, quer ao Sr. Representante da República, numa interpretação actualista do mesmo artigo, quer ao Sr. Presidente do Governo Regional.

O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação à mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente não me atrevo a fazer uma discussão jurídica com o Sr. Presidente, uma vez que não sou propriamente um especialista na matéria. De qualquer forma gostaria que o Sr. Presidente visse a alínea a) do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo e verificasse se, em função disso, não obriga a uma aprovação do Programa do Governo.

Presidente: Eu acabei de declarar, Sr. Deputado António Marinho, a aprovação do Programa do Governo Regional. Resta saber é, de acordo com o nosso Regimento e o próprio Estatuto, como é que se chega à conclusão de que ele foi aprovado.

É certo, Sr. Deputado, que nas últimas duas legislaturas o Governo Regional apresentou uma moção de aprovação do Programa do Governo que foi, efectivamente, aprovada.

Mas, se bem reparar, Sr. Deputado, o artigo 53º do Estatuto Político-Administrativo, ao nível do efeito prático e do efeito fundamental que implica a não aprovação ou a rejeição do Programa do Governo, que é a demissão do Governo Regional, apenas fala na rejeição do Programa do Governo. É evidente que temos que chegar à conclusão que não sendo rejeitado o Programa do Governo, o efeito prático é que ele está aprovado.

Eu não sei se o Sr. Deputado António Marinho quer recorrer da minha decisão para o plenário.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, a questão é que, no nosso entender, a aprovação, tal como vem definida na alínea a) do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo, faz-se votando e se tal não ocorrer, ficará para a história da autonomia que é a primeira vez que um Programa de Governo Regional não é votado.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

Deputado Mark Marques (PSD): Não é verdade! Quando é que foi?

Presidente: Sr. Deputado, permita-me esclarecê-lo.

Em primeiro lugar a solução que nós temos no Estatuto vigente é exactamente a mesma que se passa ao nível nacional e ao nível da Assembleia da República e é evidente que a consequência é a aprovação do Programa do Governo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é verdade, Sr. Presidente!

Presidente: Esta é a minha deliberação.

O PSD apresenta oralmente, e eu vou aceitar, um recurso da minha deliberação para o plenário.

Eu vou pôr à votação o recurso do Partido Social Democrata a respeito da minha deliberação.

Os Srs. Deputados que votam a favor do recurso apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O recurso foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado António Marinho.

(* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Votámos favoravelmente o nosso recurso, porque nos parece, e queremos que fique registado, que nada implica, na leitura do Estatuto Político-Administrativo, tal como ele existe actualmente e do Regimento da Assembleia, que levasse à não aprovação, numa prática nunca antes ocorrida na história da autonomia, do Programa do Governo.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é verdade!

O Orador: Registamos também que é o próprio Partido Socialista que recusou poder votar favoravelmente o seu próprio Programa e teve medo dum voto contra que pudesse ser aqui declarado por parte dos partidos da oposição.

Gostaríamos que isso ficasse registado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar uma congratulação, a título pessoal, por 8 anos depois finalmente se cumprir escrupulosamente o Regimento no que diz respeito à aprovação do Programa do Governo.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Apoiado!

O Orador: Sr. Presidente, da conjugação do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores com o artigo 162º do Regimento desta casa, é claro que o Programa do Governo se considera aprovado se não foi aprovada qualquer moção de rejeição.

Deputado Pedro Gomes e José Manuel Bolieiro (PSD): Não é não senhor.

Deputado Mark Marques (PSD): Há 8 anos não tinha essa opinião.

José Manuel Bolieiro (PSD): O Estatuto prevalece ao Regimento.

O Orador: Não me vão obrigar os Srs. Deputados da oposição a ler o artigo 162º do Regimento que, por conter 7 pontos, é significativamente extenso.

O que diz a alínea a) do artigo 30º do Estatuto é que compete à Assembleia aprovar o Programa do Governo Regional.

O artigo 162º do nosso Regimento, sob a epígrafe “Aprovação do Programa do Governo”, estabelece que o Programa se considera aprovado desde que não tenha sido aprovada qualquer moção de rejeição. E só poderia ser assim, Sr. Presidente.

Vamos admitir que colocando o Programa à votação estaríamos numa situação de empate, numa votação pela afirmativa, um empate não corresponde a uma aprovação.

Um empate não rejeita o Programa do Governo. Só pode ser assim, Sr. Presidente.

Uma interpretação exacta do Regimento e do Estatuto só pode levar a essa sua decisão, aplaudida e votada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Finalmente se cumpriu o Regimento, finalmente se cumpre o Estatuto, finalmente se faz democracia.

(Aplausos da bancada do PS)

Deputado Costa Pereira (PSD): Tivemos três presidentes incompetentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostava de dizer que, depois do que aconteceu aqui hoje, fiquei a perceber por que é que o Sr. Presidente do Governo não estava preocupado em relação à votação da oposição, porque já sabia que ela não ia suceder.

Eu não gostava de ficar na sua situação política de não ter sido eleito aqui democraticamente,...

Deputado Domingos Cunha (PSD): Eleito! O senhor não sabe o que é que está a dizer, nem sabe ler o Regimento.

O Orador: ... seguindo aquelas que foram as regras democráticas da autonomia dos Açores ao longo destes anos todos.

O senhor é um Presidente sem legitimidade.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou, Sr. Presidente, obviamente discutir consigo o Regimento, porque não tenho a sua formação jurídica, mas tenho certamente bom senso e formação democrática e devo dizer-lhe que é lamentável que pela primeira vez na história da autonomia tenha acontecido isso e vou lembrar as palavras do então Presidente, a que V. Exa. assistiu, sobre o último Programa do Governo: “Encerrado o debate, vamos proceder à votação do Programa do IX Governo da Região Autónoma dos Açores” e, portanto, há que haver respeito pelos costumes.

A lei também é para ser interpretada, todos nós queremos cumprir o Regimento e a lei, mas há que haver, sobretudo, bom senso, democracia e respeito pelos costumes.

O aspecto jurídico e legalista não o discuto.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não tenho condições para colocar em causa a forma como foi colocada a questão da votação ou não do Programa do Governo.

Sou um recém-chegado a esta casa e lamento profundamente alguns acontecimentos que já se deram no decurso deste plenário.

(Voz inaudível do Sr. Deputado Herberto Rosa)

O Orador: Sr. Deputado, agradeço que respeite, porque tem sido respeitado.

Deputado Herberto Rosa (PS): O senhor acalme-se!

O Orador: Eu estou calmíssimo. O Sr. Deputado é que parece que está perturbado pelo facto de agora haver outra vez possibilidade de nós podermos falar, porque podemos falar muito pouco, Sr. Deputado.

Eu peço desculpa, Sr. Presidente, mas aqui o Sr. Deputado florentino digamos que poderia ...

Presidente: Sr. Deputado, faça a sua declaração de voto.

O Orador: É só para dizer que lamento que o Partido Socialista esteja a inaugurar esta IX Legislatura com situações como aquela que se verificou hoje e com a pressa de entrada do pedido de urgência de discussão e aprovação da proposta de alteração à orgânica.

É um mau começo, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é um mau começo Sr. Presidente do Partido Socialista.

Lamento que, depois de se conseguir dar pluralidade a esta casa, tivessem acontecido situações como aquelas que se estão a verificar neste primeiro plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria apenas de acrescentar àquilo que já foi dito pelas diversas oposições uma conhecida frase que faz parte do nosso imaginário, que reza assim: “Palavras para quê. É o Partido Socialista dos Açores no seu pior e com maioria absoluta”.

Vozes da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Estêvão do PPM: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Creio que não há mais declarações de voto.

Sras. e Srs. Deputados, relativamente à deliberação do Presidente da Mesa, eu gostava apenas de reafirmar o seguinte:

Essa deliberação corresponde, de forma absolutamente cristalina, àquilo que é a melhor interpretação jurídica do artigo 153º e das consequências que daí podem advir.

Cabe ao Governo apresentar ou não uma moção de aprovação. Não o fez. Cabe aos Grupos e Representações Parlamentares apresentarem ou não uma moção de rejeição.

Não o fizeram, mas, contudo, eu não posso, ao nível formal, Sras. e Srs. Deputados, deixar no ar a ideia de que, de forma positiva ou de forma negativa, alguém aqui, a começar pelo Presidente da Mesa, tentou impedir que se fizesse uma votação.

Acontece que essa votação tem regras, elas são absolutamente claras e estão no nosso Regimento.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Retomamos os nossos trabalhos amanhã pelas 10,00 horas.

Boa noite.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 55 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

Centro Democrático Social (CDS)

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Diana Rosa Ávila Valadão

(*) Texto não revisto pelo orador.

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*